

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da
TAP, S. A**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 37

15 de junho de 2023

(14:05 h — 21:53 h)

Ordem do dia

1.ª Parte — Apreciação e votação do requerimento n.º 100 — GP PCP — Requer à TAP e ao Ministério das Finanças toda a documentação, designadamente, troca de correspondência, faturas que tenham eventualmente sido remetidas à TAP por David Neeleman ou suas empresas (incluindo DGN), ou pela Atlantic Gateway, referentes a serviços de assessoria prestados a David Neeleman ou suas empresas; toda a documentação de pagamentos efetuados pela TAP a consultores externos, ou outras entidades, relativas ao processo de aquisição da TAP e de negociação dos contratos com a Airbus, desde 2014 até ao presente.

2.ª Parte — Audição do Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**, na qualidade de ex-Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

Presidente da Comissão: António Sales (PS)

Deputados Oradores: Bruno Dias (PCP)
Bernardo Blanco (IL)
Pedro Filipe Soares (BE)
Hugo Carvalho (PS)
Paulo Moniz (PSD)
André Ventura (CH)

O Sr. **Presidente** (António Sales): — Muito boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Jornalistas, temos quórum, pelo que vamos dar início à nossa reunião.

Eram 14 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados, da primeira parte da nossa ordem do dia, temos a apreciação e votação do requerimento n.º 100, do PCP, que requer à TAP e ao Ministério das Finanças toda a documentação, designadamente troca de correspondência, faturas que tenham, eventualmente, sido remetidas à TAP por David Neeleman nas suas empresas DGN ou Atlantic Gateway, referentes a serviços de assessoria prestados a David Neeleman ou às suas empresas, e toda a documentação de pagamentos efetuados pela TAP a consultores externos ou outras entidades relativas ao processo de aquisição da TAP e da negociação dos contratos com a Airbus, desde 2014 até ao presente.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP, para apresentar o requerimento.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

O requerimento do PCP tem a ver com a necessidade de recebermos, nesta Comissão de Inquérito, a documentação relativa aos pagamentos feitos pela TAP, nomeadamente à consultora Seabury e a outras eventuais consultoras que tenham prestado serviços de consultoria a David Neeleman.

Isto tem a ver, precisamente, com o aspeto que nós referimos ontem, na audição desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Temos, já hoje, no acervo da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, documentação que comprova que, pelo menos em relação a estas

duas consultoras, Seabury e Boston Consulting Group, foram pagos mais de 40 milhões de euros ao longo daqueles anos, sendo que esta empresa que comecei por referir era, nada mais nada menos, do que a empresa que assessorou a operação do Sr. David Neeleman com a Airbus, que num dia foi contratada a aquisição daquelas 53 aeronaves e que, no dia seguinte, foi passada a posição do adquirente David Neeleman à TAP.

Quem foi o consultor que apoiou e assessorou esta operação? Foi a Seabury, que recebeu, como digo, naqueles dois anos, 16 milhões de euros da TAP.

Portanto, consideramos que é elementar e evidente a necessidade de apurarmos cabalmente, do ponto de vista documental, da faturação, da troca de correspondência, esse tipo de elementos que têm a ver, precisamente, com a aplicação e a operacionalização dos chamados fundos Airbus.

O Sr. **Presidente** (António Sales): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não sei se há mais Srs. Deputados que queiram intervir, relativamente a este requerimento n.º 100, do PCP.

Não havendo, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vou suspender os nossos trabalhos para ir buscar o Dr. Pedro Nuno Santos.

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos entrar na segunda parte da nossa ordem do dia que consiste na audição do Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, a quem dirijo um particular e caloroso cumprimento e agradeço por estar presente na nossa

Comissão na qualidade de ex-Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

Como o Dr. Pedro Nuno sabe, a grelha de tempos que está estabilizada desde há algum tempo na Comissão é a grelha A.

Entretanto, Sr. Doutor, vou ler-lhe um conjunto de direitos e deveres.

Relativamente aos direitos, o depoente tem o direito a não responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilidade penal, nomeadamente quando da resposta puder resultar a violação de segredo de justiça punível criminalmente, nos termos do artigo 371.º do Código Penal; ao depoente não podem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes ou de qualquer outra natureza, que possam prejudicar a espontaneidade e a sinceridade das respostas; o depoente tem o direito a ser inquirido sobre factos de que possua conhecimento direto; e o depoente tem direito a apresentar objetos ou documentos, que podem servir de prova, fazendo-se menção da sua apresentação e junção ao processo.

Relativamente aos deveres, o depoente tem o dever de depor sobre factos relativos ao objeto do inquérito, mantendo-se à disposição da Comissão de Inquérito até por ela ser desobrigado; a recusa de depoimento só se tem por justificada nos termos gerais da Lei Processual Penal; o depoente deve cumprir as ordens legítimas da Comissão de Inquérito, nomeadamente quanto à forma como o depoimento deve ser prestado, sob pena de incorrer na prática de crime de desobediência qualificada (artigo 19.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares); o depoente deve responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho (artigo 360.º do Código Penal); quando conveniente, podem ser mostradas peças de processo e documentos que a eles respeitam; não pode servir de meio de prova o depoimento de quem recusar, ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou fonte, através da qual tomou conhecimento indireto dos factos; e, por fim, a manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua

interpretação, só é admissível nos casos seguintes e nas estritas medidas neles indicadas: *a)* quando for impossível cindi-la do depoimento sobre factos concretos; *b)* quando tiver lugar em função de qualquer ciência, técnica ou arte.

Lidos os direitos e os deveres do depoente, vou dar a palavra ao Dr. Pedro Nuno Santos para apresentar o seu depoimento.

Tem a palavra, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Dr. **Pedro Nuno Santos** (ex-Ministro das Infraestruturas e da Habitação): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: É um gosto enorme estar convosco, estar aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito. Tive já a oportunidade de estar no Parlamento na semana passada, na Comissão de Economia. Hoje, na Comissão Parlamentar de Inquérito, é uma audição mais difícil, com temas desconfortáveis para mim, mas era uma audição por que eu ansiava há muito tempo.

Foram quase seis meses desde a minha saída do Governo, muito foi dito sobre o que eu disse, sobre o que eu não tinha dito, sobre o que fiz, sobre o que não fiz, e era para mim muito importante que tivesse uma oportunidade para poder falar, para me poder defender.

Ao longo destes meses, as únicas declarações minhas que existem são dois comunicados. Não fiz mais nenhuma declaração pública, apesar de, ao longo do tempo, ter sido dito o que eu teria dito sobre o que aconteceu, para lá daquilo que está nos comunicados.

Fui Ministro das Infraestruturas e da Habitação, entre 2019 e 2022. Era um Ministério pesado, com muitos *dossiers* complexos. Eu tinha a rodovia, tinha a ferrovia, tinha a habitação, tinha os portos, portanto, grande parte do investimento público; tinha as telecomunicações, tinha os correios, tinha os aeroportos, tinha a aviação civil; tinha vários reguladores, várias

empresas públicas, vários institutos. Era, de facto, um Ministério pesado e complexo.

A TAP era um dos *dossiers*. Não era só mais um, a TAP era o *dossier* mais difícil, mais complexo, mais escrutinado, que nós tínhamos em mãos.

A indemnização à Eng.^a Alexandra Reis é menos de 1 % do trabalho que tivemos na TAP e é menos de 0,1 % do trabalho que tivemos no Ministério, mas foi um processo que, objetivamente, correu mal e foi ele que ditou a minha saída de Governo e é ele que me faz estar aqui, hoje, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu quero começar pela minha participação, direta e indireta, no processo de atribuição da indemnização à Eng.^a Alexandra Reis. Ao fim destes meses, de dezenas de audições, já não há muito que nós todos, eu e os Srs. Deputados, não saibamos sobre a participação de cada um.

E a minha participação neste processo foi em três momentos.

Primeiro, o momento em que é dada a autorização à Eng.^a Christine para proceder à substituição da Eng.^a Alexandra Reis. Nós, mesmo a Comissão Parlamentar de Inquérito, temos tentado perceber quais eram as incompatibilidades entre as duas e esta é, para mim, uma questão muito clara, enquanto Ministro que tutelava sectorialmente e que era responsável pela indicação de quatro dos cinco membros da Comissão Executiva, entre eles a Alexandra Reis.

Era para mim fundamental, independentemente da opinião que eu, enquanto representante do acionista ou tutela setorial, tivesse sobre a Eng.^a Alexandra Reis, ter uma Comissão Executiva coesa, coerente e na qual a CEO (*chief executive officer*) se revia na totalidade dos seus membros. Isto, para mim, é evidente ainda hoje.

Nós não podemos ter uma Comissão Executiva em que a Presidente da Comissão Executiva, e muito se falou aqui em pares — e nós estamos a falar de uma Presidente da Comissão Executiva —, entendia que um dos

membros da Comissão Executiva não cabiam na sua ideia de Comissão Executiva dali para a frente.

Esse é um direito que, deve ser reconhecido aos CEO, na medida do possível, e, normalmente, quando o acionista não é o único, quando há mais do que um acionista, às vezes, há equilíbrios que têm de se fazer na Comissão Executiva que nem sempre correm bem.

É fundamental haver coerência numa equipa que gere uma empresa, não estamos a falar de uma empresa qualquer, estamos a falar de uma empresa que tinha quase 10 000 trabalhadores ou já 10 000 trabalhadores, estamos a falar de uma empresa que faturava cerca de 3,5 mil milhões de euros.

A Comissão Executiva é um espaço onde tem de haver coerência, coesão e liderança inquestionável. Aliás, o que foi reconhecido ao atual CEO da TAP, e bem, e eu relembro, para sairmos um pouco da TAP, o que foi reconhecido também a Paulo Macedo quando foi convidado para substituir António Domingos na Caixa Geral de Depósitos.

A Caixa já tinha, julgo, pelo menos, dois vogais nomeados, que não tenho a certeza de que tivessem já feito sequer um ano, e um deles saiu com uma indemnização de um milhão de euros e o outro saiu com uma indemnização de 750 000 euros.

São processos diferentes — como sabem, a Caixa Geral de Depósitos tinha sido excluída da aplicação da totalidade do Estatuto do Gestor Público —, mas o ponto foi reconhecer, mesmo com um custo, a importância e o valor de o Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos poder constituir a sua equipa. Apesar do custo, é reconhecido um valor à importância de ter uma Comissão Executiva da confiança do Presidente da Comissão Executiva.

Essa possibilidade não foi conferida à Eng.^a Christine quando tomou posse. Por variadas razões: nós não tínhamos tempo; a Eng.^a Christine teve

oportunidade de ainda escolher uma das cinco pessoas, a Silvia Mosquera; o outro era indicado pelas Finanças; e dois, era fundamental que, pelo menos, lhes fosse dada a possibilidade de continuarem e veríamos como é que corria, porque obviamente, eram duas pessoas que tinham estado na TAP, na Comissão Executiva, durante o período mais difícil, nomeadamente na transição do privado para o público, na elaboração do plano de reestruturação, apresentação em Bruxelas, e estas duas pessoas eram o Ramiro Sequeira e a Eng.^a Alexandra Reis.

A Eng.^a Christine não conhecia a TAP, não conhecia o País, e esse histórico era também importante na Comissão Executiva.

Ao fim de meio ano, a avaliação que a Eng.^a Christine faz é de que queria, primeiro, rever o figurino da Comissão Executiva, os pelouros que estavam distribuídos, e pede a substituição de uma pessoa. Não achei que isso fosse irrazoável — aliás, achei que o bem que estava em causa era mais importante e foi esta a razão pela qual essa autorização foi dada logo nesse momento.

Este é o primeiro momento e esta é a minha intervenção, verdadeiramente, enquanto Ministro. Não acompanhei mais o processo. Tenho competências, em matéria de transporte aéreo e aviação civil, delegadas. O processo não foi coordenado por nós, e, ao fim destes meses, acho que está — diria eu — claro, para todos, que foi um processo coordenado pela empresa, acompanhado pelo Secretário de Estado.

A minha intervenção volta a acontecer no final do processo, quando sou interpelado pelo Secretário de Estado, na véspera de fecharem o acordo com um valor, ao qual eu respondo, dizendo que achava que o valor era alto.

No dia seguinte, há um novo contacto com um valor mais baixo, que continuava alto, mas com o adicional de que, segundo a opinião da minha Chefe de Gabinete e do meu Secretário de Estado, não era possível baixar mais. E aquele, para mim, era o momento em que tínhamos de tomar uma

decisão, em que era preciso fechar. O processo foi iniciado, o bem de ter uma Comissão Executiva coesa e coerente era muito importante e, por isso, eu dei o *okay*. A minha intervenção no processo é esta e são estes os três momentos.

Queria, ainda, dizer três coisas sobre este processo.

A primeira, é o valor: o valor é alto. E o valor é alto em qualquer país do mundo e em Portugal ainda mais. Mas é um valor de indemnização alto numa empresa onde os salários dos administradores são altos, onde temos uma empresa que é atípica, onde temos trabalhadores que também ganham muito, alguns deles mais do que os vogais do Conselho de Administração, e por isso, a indemnização, sendo um valor alto, é condicente com os salários que são pagos naquela empresa — aliás, tal como aconteceu na Caixa Geral de Depósitos, quando pagaram um milhão de euros a um ex-administrador e 750 000 euros a outro.

Só que, efetivamente, como eu já expliquei, era importantíssimo que nós tivéssemos uma Comissão Executiva a funcionar de forma coesa, coerente, em que a CEO se pudesse rever na totalidade dos seus membros e na qual todos os membros se pudessem encaixar naquela que era a sua visão da Comissão Executiva.

Segunda questão: a legalidade do processo. Essa não foi uma questão que alguma vez me tenha sido colocada. Não me foi sequer apresentado nenhum enquadramento jurídico, nenhuma alternativa jurídica; eu fui confrontado com um valor, ao qual dei a minha opinião pessoal.

Mas queria dizer algumas coisas, também, sobre isto: cada um de nós tem as suas responsabilidades. Os Membros do Governo têm as suas e os gestores das empresas também têm as suas responsabilidades. Eu, quando reúno com o Presidente da Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) para discutir uma estrada e nós estamos a conversar sobre ela, não lhe estou permanentemente a perguntar se ele vai cumprir a lei, não lhe pergunto: «Olhe, você vai cumprir o Código de Contratação Pública?»

É um pressuposto que as empresas que são tuteladas e cujos gestores estão à frente das mesmas garantam que a lei é cumprida. E esse foi um pressuposto de que o Secretário de Estado partiu e que eu compreendo e respeito. E eu, obviamente, também, no quadro daquela que foi a interação comigo, não coloquei essa questão em causa.

Terceira questão, formalidade: as decisões do Ministério das Infraestruturas não são tomadas por *WhatsApp*. Nós comunicamos de muitas maneiras diferentes: comunicamos por *WhatsApp*; comunicamos por mensagem; comunicamos por telefone; comunicamos por *e-mail*; comunicamos presencialmente. É assim em qualquer Governo do mundo, em qualquer empresa do mundo, em qualquer organização do mundo.

Outra coisa, é o processo decisório, que, num Governo, é um processo decisório formal.

E dou-vos outro exemplo, fora da TAP também: o Presidente da Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) tem uma reunião comigo — é um exemplo hipotético, não muito longe da realidade — e diz: «Sr. Ministro, temos mais comboios em circulação, estamos a recuperar muito material circulante que estava encostado, precisamos de mais técnicos de manutenção, começamos a ter as oficinas em rutura, precisamos de mais técnicos de manutenção, se não podemos começar a ter comboios a parar». Nós temos uma reunião, trocamos algumas impressões, eu dou o *okay*, vamos avançar com isso.

O Presidente da CP não volta para a empresa e diz à sua equipa: «Temos o *okay* do Ministro, está aqui o *okay* do Ministro, podemos avançar com o processo de recrutamento»; o Presidente da CP volta para a empresa e sabe que tem de instruir um processo: vão fazer um documento, vão fundamentar o seu pedido, vão explicar, vão quantificar, enviam o documento para nós, enviam o documento para as Finanças, ou seja, enviam para as duas tutelas, e nós fazemos a nossa avaliação, que é diferente da das

Finanças, não é melhor ou pior, mas preocupamo-nos com coisas diferentes.

A nossa preocupação é operacional, ou seja, não queremos que os comboios comecem a parar, normalmente somos mais rápidos a dar o *okay* à empresa tutelada.

As Finanças têm outro tipo de preocupações, nomeadamente quais são as consequências, se nós dermos o *okay* a esta, para outras empresas, o chamado efeito de contágio, fazem mais perguntas — por exemplo, «mas são precisos 30? Mas quantos comboios a mais é que estão a recuperar?» — e há um momento em que as Finanças também dão o *okay*.

E quando há um despacho com a assinatura de dois Ministros, a partir desse momento, sim, o Presidente da CP está habilitado a iniciar o processo de recrutamento.

Isto para dizer o quê? O facto de ter tido uma reunião com o Ministro e o Ministro ter-lhe dito: «*okay*, vamos avançar com isto», não dispensa a empresa nem o gestor de seguir todos os formalismos.

A TAP entendeu que não carecia, ou que não precisava de fazer esse processo, que não precisava de instruir esse processo decisório, mas as decisões não são tomadas por *WhatsApp*; as decisões são tomadas seguindo um procedimento formal, como é seguido com todas as empresas que tutelávamos e com a TAP.

Sobre o que eu sabia ou não sabia, foi dito várias vezes: «Pedro Nuno Santos tinha dito que não sabia de nada e, afinal, sabia de tudo.» E isto foi repetido, exaustivamente. Nem é verdade que eu alguma vez tivesse dito que não sabia de nada, nem é verdade que eu, afinal, soubesse de tudo.

Aquilo que há, da minha parte, são dois comunicados. Todas as pessoas que falaram comigo nessa altura sabiam, e o comunicado não o desmente, antes pelo contrário, que o início do processo de substituição de Alexandra Reis tinha sido dado por mim — aliás, nem podia ser de outra maneira.

Portanto, quando dizem: «Não, não sabia de nada!» Não, não; sabia! Tanto sabia, que autorizou a Eng.^a Christine a fazer a substituição e sabia que, entretanto, se fechou um acordo. No comunicado está que o Ministério autorizou a substituição da Eng.^a Alexandra Reis. Em lado nenhum, alguma vez, foi dito que, no quadro desse Ministério, não tinha sido o Ministro a dar autorização para a substituição da Eng.^a Alexandra Reis, como não podia deixar de ser.

E também não é verdade que soubesse tudo, porque eu não acompanhei o processo e não sabia do enquadramento jurídico que sustentava o valor a que se chegou.

E este é um ponto muito importante, desde logo para o primeiro momento e para o primeiro documento que é usado para invocar a tentativa de enganar, e que é o pedido de esclarecimento à TAP.

Os Srs. Deputados têm o pedido de esclarecimento, sabem, neste momento, ao fim destes meses todos, o que é que eu sabia e não sabia e o pedido de esclarecimento é sobre matéria que eu não sabia.

O pedido de esclarecimento é a perguntar à TAP qual é o enquadramento jurídico e como é que se chega àquele valor, àquele montante. É isso que é questionado à TAP, no pedido de esclarecimento. E, portanto, perguntei sobre matéria que eu não sabia, não perguntei sobre matéria que sabia, mas, mesmo que soubesse, nós precisaríamos sempre de uma resposta formal da TAP, porque, tendo começado a ser levantadas dúvidas sobre a regularidade e a legalidade do processo, nós precisávamos de uma resposta oficial da TAP para poder encaminhar para a IGF (Inspeção-Geral de Finanças), para que a IGF pudesse fazer a sua inspeção.

Aquele momento, não foi um número político; foi um pedido de esclarecimento sobre matéria que eu não conhecia, que o Sr. Ministro das Finanças também não conhecia, e cuja resposta era essencial para iniciar o processo de fiscalização por parte da IGF.

Primeiro comunicado: e eu digo primeiro comunicado de demissão, porque eu, na prática, fiz dois comunicados de demissão.

Sobre o primeiro comunicado de demissão, é importante que nós todos tenhamos presente que a demissão foi apresentada quatro dias depois de a notícia rebentar.

Nós estávamos, como sabem, na época natalícia, não havia notícias, aquilo ganhou uma centralidade enorme e era para nós claro — para mim e para a minha equipa — que não nos podíamos arrastar no Governo, por nós próprios e pelo Governo.

É muito difícil, para quem faz política há tantos anos, para quem estava no Governo há muitos anos e gostava e queria continuar, tomar aquela decisão. Mas faz parte da nossa atividade e faz parte da vida e da vida política ainda mais, conseguirmos ler o momento, interpretar e perceber que a nossa demissão — que não foi pedida por ninguém — era essencial para nos livrar, a nós e ao Governo, daquilo que se estava a transformar num pesadelo.

Portanto, foram quatro dias. Nós fizemos o comunicado com a informação que tínhamos naquele momento e com a memória que tínhamos, que era suficiente para percebermos que aquele processo, não só não estava a ser bem aceite como, de alguma forma, o nosso Ministério tinha estado envolvido e, portanto, tínhamos de assumir a nossa responsabilidade e apresentar a demissão.

Aquilo que nós sabíamos, e aquilo que nós dissemos, era suficiente para tirarmos aquela conclusão. Nós, hoje, olhamos para todos estes temas com uma clareza, uma limpidez, que não tínhamos na altura. Eu era Ministro daquelas coisas todas que disse no início, tinha muitas responsabilidades em mãos, mas eu não tinha aquele processo; eu estive no início, mas não acompanhei aquele processo.

Fui interpelado, no fim, com dois valores em dois dias: eu não tinha memória — no final do ano ou quase um ano depois — daquela mensagem

e da minha participação sobre o montante e sobre a autorização.

Há verdades — e eu sei disso — que são mais inverosímeis do que a mentira, mas eu não vou passar a mentir, só porque a mentira parece mais credível do que a verdade. As coisas são como são! Eu não acompanhava aquele processo, eu tenho dois momentos, no final do processo, e o meu trabalho segue... Recebo dezenas de *e-mails* por dia, recebo dezenas de mensagens por dia, tenho dezenas de entidades tuteladas, tenho centenas de problemas...

Nas semanas seguintes, há um momento de descompressão e de luto com a decisão que nós tomámos, e, depois, à medida que se aproxima a necessidade de termos, muito provavelmente, e de eu próprio ter de dar testemunho à IGF, há a necessidade de tentar perceber, exatamente, o que é que tinha acontecido e como tinha acontecido, porque a memória das pessoas que trabalharam comigo era que eu tinha sido informado do fecho das negociações.

Eu não me lembrava do valor, nem eles... Eles lembravam-se; eles não se lembravam era do meu envolvimento. Eu não estava plenamente satisfeito com a ideia de que tinha sido contactado verbalmente e queria perceber o que é que tinha acontecido.

Nos dias a seguir às eleições, não estive no Ministério. Aliás, percebi isso à medida que fui tentando perceber o que é que exatamente tinha acontecido, pois eu tinha de dar declarações à IGF, ia haver uma audição da Eng.^a Christine, e percebi, por mensagens trocadas com algumas pessoas, que não tinha estado no Ministério, pelo que não podia ter sido informado oralmente, e também sabia que o meu Secretário de Estado não é mentiroso e não mente, portanto tinha de ter havido algo mais do que uma conversa verbal.

A audição da Eng.^a Christine, em que ela diz que tem uma autorização por escrito, ainda cria mais necessidade de tentar perceber exatamente como.

De facto, procurando, não são mensagens de *WhatsApp*, depois as coisas vão... Não foram mensagens individuais, foram mensagens no *iMessage*, em que eu encontro a mensagem em que me é apresentado o valor, em que é dito que achavam francamente que não era possível baixar mais, e o meu *Okay*.

Para mim, ficou claro... Quando vejo aquela mensagem, não passei a lembrar-me... E vi a mensagem e não pensei: «Ah, agora já me lembro!». Não, eu passei foi a ter, obviamente, um suporte físico que me explicava aquilo que tinha acontecido. Eu não me passei a lembrar: «Olha, agora, lembrei-me que tinham sido 500 000 € e que eu tinha dado o *Okay*.» Não! Pensei: pronto, tenho aqui esta mensagem. Quantas vezes não acontece com os senhores, quando trocam *e-mails*, dizerem: «Afinal, não me disseste nada sobre aquele assunto!»? «Disse, disse, está lá no *e-mail*.» «Não está, não!...». «Então, vai lá ver.». «Ah, tens razão.»

As pessoas não são todas iguais e as pessoas não têm todas a mesma responsabilidade. As coisas são como são e aconteceram como aconteceram.

No dia seguinte, ligo ao Secretário de Estado e digo: «Bom, já sei o que é que aconteceu, vocês enviaram-me uma mensagem e eu respondi. Tu tens de rever o teu testemunho à IGF e eu vou tornar pública a mensagem.»

E digo que é o meu segundo comunicado de missão, porque foi assim que foi sentido. Eu ando, como já disse, na política há muitos anos... Não me passaria pela cabeça fazer dois comunicados de missão com uma distância de três semanas. Ter-me-ia poupado àquele momento. Não aconteceu nada. A Comissão Parlamentar de Inquérito é aprovada cerca de 15 dias depois. A Comissão Parlamentar de Inquérito, sim, mas não mudou nada, desse ponto de vista. Não se perspectivava, pelo menos eu não, que a Eng.^a Christine fosse demitida.

A verdade é que, para mim, era claro que a informação que eu tinha, tinha de ser conhecida. E foi dada a conhecer, com todo o custo que isso tinha, sendo que foi uma decisão minha. Ninguém a revelou por mim,

ninguém descobriu nada, fui eu que decidi que aquela informação, que contrariava a percepção que estava instalada, tinha de ser conhecida. Fui eu! Não foi mais ninguém. Isto, no que diz respeito ao que sabia e não sabia. É espetacular? Não, não é! Os senhores têm de acreditar? Não, não têm! Eu não tenho é de dizer nada de diferente do que realmente aconteceu, e foi assim.

Sobre a ingerência política na TAP, posso dizer que, estes meses todos, estas dezenas de audições que foram feitas, permitiram... Obviamente, cada Deputado faz uma leitura diferente, cada comentador faz uma leitura diferente, mas, da mesma maneira que quem está a ser inquirido tem de dizer a verdade, nós todos temos de ser fiéis à verdade e aos factos.

Ao longo destas dezenas de audições, aquilo que se consegue comprovar, por ausência de exemplos com relevância material, é que não há interferência na gestão corrente da TAP e, aliás, os Srs. Deputados terão a oportunidade de confrontar com outros exemplos.

Agora, temos o exemplo do *e-mail* sobre o voo do Sr. Presidente da República. É um *e-mail* que me escapa a mim, que não tem a minha participação, nem o meu conhecimento, nem anterior nem posterior, que lamento que tenha existido, da mesma maneira que, aliás, o Sr. Secretário de Estado lamentou ontem.

Esse *e-mail* nada diz sobre a minha interferência na gestão da empresa, nem a participação do Sr. Secretário de Estado na corrente de *e-mails*, onde se preparava a resposta ao pedido de esclarecimento, também não foi pedida por mim, essa participação, ou presença, nessa corrente de *e-mails*, que lamento que tenha acontecido, tal como o Sr. Secretário de Estado, aliás, lamentou ontem.

Não há nenhum exemplo de uma interferência minha na gestão da empresa, mas há exceções que confirmam a regra. Os senhores têm falado num tema, desde o início ao fim, que tem a ver com a frota automóvel. Esse

é um exemplo de um tema que ganhou proporções públicas e políticas com relevância, não só com declarações do Sr. Presidente da República, mas também com declarações dos Srs. Deputados. Tenho aqui citações de declarações de Deputados que fazem parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tema. A frota ganhou essa dimensão política e aquilo que foi pedido à TAP foi para pensarem numa alternativa; provavelmente, isso foi errado.

Mas essa é uma exceção que confirma uma regra: não há interferência na gestão da empresa. E não há porquê?! Não há interferência na gestão da empresa porque, para mim, era claro que as coisas tinham de correr bem e eu não percebo do negócio da aviação. Sabia que, no dia em que começasse a dar instruções ou a interferir na gestão da empresa, as coisas iam correr mal e quem perdia era a TAP, era o Governo e perdia eu. Era muito claro, para mim, que, em matéria de gestão, governa quem sabe. E isto, para mim, era fundamental.

A Eng.^a Christine disse aqui que sentia muita pressão política e ruído político. A Eng.^a Christine em nenhum momento se estava a referir à pressão política minha sobre ela, e eu convido os senhores a reverem a audição. Eu não exercia nenhuma pressão política sobre a Eng.^a Christine, porque ela sabe do negócio e eu não! Eu nunca me atreveria a dizer à Eng.^a Christine: «Desculpe lá, mas tem de criar uma rota Porto-Milão», rota que eu conheço, aliás, muito bem.

Na sequência de muitas declarações sobre esses temas, de rota para aqui e para acolá, a partir deste aeroporto e a partir daquele, nós chegámos a pedir informação sobre algumas rotas, recebemos essa informação, vimos os resultados, e nem tocámos mais no assunto. Para nós, é matéria de gestão. Não sei se foi assim no passado, mas foi assim connosco.

Chegámos a ter intervenções políticas não só sobre as rotas — o Sr. Secretário de Estado ontem falou sobre isso —, mas também sobre a

microgestão. Tivemos intervenções no Parlamento sobre a louça *Vista Alegre* ser usada pela TAP na 1.^a classe. Tivemos uma intervenção, que eu nunca esquecerei na minha vida, sobre o preço das maçãs que eram servidas nos aviões da TAP. Foi o Governo.

Quero ler partes desse debate, porque esse debate permite perceber qual era a filosofia do Ministério e a minha sobre o tema.

Dizia assim um Sr. Deputado: «Arranjava já uma forma de a TAP poupar 12,5 milhões de euros só numa coisa: numa maçã.»

Atenção, obviamente, isto é um discurso livre, improvisado, não é lido nem pelo Sr. Deputado, nem por mim. Portanto, o português não é o melhor. Não é o melhor para os dois, mais para mim até do que para o Sr. Deputado. Atenção! Não estou a fazer... Pelo amor de Deus!

Dizia o Sr. Deputado: «Arranjava já uma forma de a TAP poupar 12,5 milhões de euros só numa coisa: numa maçã. Sabe qual é o custo de uma maçã num avião da TAP? 1,35 €. Se fizermos a conta, voando 12,8 milhões de passageiros, são 12,5 milhões de euros. Contribui para a economia nacional, mas não é com estes excessos. Não sei para onde vai o excedente. Alguém está a ganhar com isto. Mas é importante que o Sr. Ministro tente perceber onde isso está.»

Respondo eu: «É importante que não cometamos na TAP os erros que, durante décadas, se cometeram em empresas públicas. Por ser pública, não deixa de ter uma forma de funcionamento correta. O Estado comporta-se como acionista e os ministros não se comportam como gestores. Temos uma relação contratual com a empresa. Temos uma administração, que foi nomeada por um processo inédito em Portugal, à qual depois é dada autonomia de gestão. E cá estará o Estado para ir prestando contas, o Governo, o Parlamento, enquanto a empresa for pública. É assim que deve funcionar. Não vai ser o Ministro a dizer “olhe, ontem, no Continente, vi que

a maçã estava a 90 cêntimos e parece que vocês estão a comprar a 1,35 €”. Não faz sentido ser o Ministro a tomar estas decisões.»

Digo, mais à frente: «Mas, voltando à questão da maçã, não pela maçã em si, mas pelo que significa, nós, enquanto acionistas, devemos questionar, colocar dúvidas, temos esse permanente contacto com a gestão, mas conscientes de que, no dia em que começarmos a interferir em decisões correntes da vida da empresa, vamos fazer asneiras gravíssimas. O meu trabalho é como ministro, não posso ser gestor da companhia. Aí é que as coisas não iam funcionar bem.»

Isto foi para dar nota de que a TAP foi uma empresa sem paralelo, sobre a qual havia uma atenção — e não há nada de mal nisso, é só a constatação de um facto e de uma realidade — mediática, uma pressão mediática tremenda, a vários níveis.

Eu, muitas vezes, refleti sobre porque é que havia essa perceção de que nós interferimos na gestão. A responsabilidade é minha. Tenho dificuldade em resolver isso, porque é uma perceção criada pela forma como me entreguei a este tema, como me entrego aos temas em geral e como me entreguei a este em particular.

Eu entreguei-me de corpo e alma ao *dossier* da TAP. Era determinante, era muito importante, era uma empresa onde tinham sido injetados 3,2 mil milhões de euros. Eu queria que as coisas corressem bem! Dei a cara, dei o corpo às balas, entreguei-me pela empresa, mas sabia que a melhor forma de contribuir para que as coisas corressem bem era não me meter na gestão. Eu era representante do acionista, tinha de prestar contas públicas e políticas... Quantas vezes diziam «não, Pedro, deixa a administração, a administração que responda...»? Havia momentos em que, para mim, o tema era mais do que administração; eram temas políticos, que exigiam a assunção de responsabilidades, a defesa da empresa, e eu fiz isso. Fiz isso no meu registo, no meu estilo, e admito que isso tenha gerado a perceção de interferência e

intromissão na empresa, que não corresponde à realidade, como, aliás, estas dezenas de audições confirmam.

Por isso, nós, quando repetimos à exaustão — e não estou a falar dos Srs. Deputados — que houve interferência, que espelha bem a forma como os Governos do Partido Socialista veem as empresas públicas... Aquilo que conseguimos foi uma coisa diferente e aqui queria falar de competência e resultados.

Eu, na semana passada, não disse, Sr. Deputado, que tinha sido o melhor Ministro das Obras Públicas e dos Transportes, nos últimos 50 anos. Nós, aqui, temos todos de ser, presumo, fiéis à verdade. Não foi isso que eu disse; aquilo que eu disse foi que tinha sido... E são 50 anos, porque são os 50 anos da democracia, que é o tempo de governação que nós, socialistas, levamos a sério. Os últimos 50 anos são a referência para nós, da democracia e é verdade, porque, no caso da CP, é desde que a CP existe.

Aquilo que eu disse foi que tinha sido o único governante, tinha sido o único Governo — isto é importante — e tinha sido o único Ministro a deixar funções com a CP e a TAP, simultaneamente, a dar lucro. E isso é verdade!

Nas horas seguintes, porque tinha visto algumas críticas, que diziam: «Ah, o Sr. Ministro vai ali fazer autoelogio», eu próprio senti-me mal. Senti-me mal com aquilo!

Risos do PSD e do CH.

Não devia ter dito aquilo! Não devia ter dito aquilo, achei eu. E comentei com algumas pessoas: «Não devia ter dito aquilo!» Mas, depois, comecei a pensar: não devia ter dito aquilo porquê? Ninguém vai dizer por mim...! Os senhores farão questão de dizer aquilo que eu fiz mal. Se não for eu a dizer os resultados que apresentei, quem é que será?

Vozes do PSD e do CH: — Ora, ora!!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vamos fazer silêncio.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos:** — Isso, para mim, era claro e eu queria dizer algumas coisas sobre este tema.

Nós herdámos uma empresa e conduzimos a transição de uma empresa de condição privada para pública, num processo que, obviamente, é sempre traumático. Há anos que isso não acontecia. Esse é um processo difícil. Conduzimos com sucesso essa transição.

Tivemos de liderar a elaboração de um plano de reestruturação, esse plano de reestruturação teve de ser negociado em Bruxelas, com a Comissão Europeia, que, em matéria de concorrência, é duríssima e é exigente, como o partido que governa sabe que é, foram escritos dezenas de artigos editoriais a garantir que a TAP ia sair esfrangalhada do processo de *rescue and restructuring*, que ia sair de lá uma «Tapzinha»... Basta visitar a quantidade de artigos que foram escritos sobre isso.

Tivemos sucesso, o Governo português, com um papel determinante das Finanças e do Secretário de Estado do Tesouro, em particular. Tivemos um processo e um resultado que foi de sucesso. Conseguimos fechar acordos de emergência com todos os trabalhadores. É verdade, numa situação difícil, em que os trabalhadores estavam perante uma situação complicada, mas conseguimos assinar esses acordos de emergência.

Pela primeira vez — não sei se há mais algum caso —, em Portugal, na reconfiguração que fizemos dos órgãos sociais, o Conselho de Administração passou a ter um dos administradores não executivos eleito diretamente pelos trabalhadores. Deve ser caso único em Portugal! Se não é caso único, no setor empresarial público é. No Conselho de Administração!

Escolhemos uma CEO que, para nós, era importante, dada a situação da TAP, viesse de fora da TAP, com experiência na área. Não nomeámos nenhum comissário político ou alguém «Olha, tenho aquela pessoa que é muito boa e está disponível...». Não; quisemos fazer um processo fundamentado, documentado. Nomeámos uma nova equipa, novos órgãos sociais, que tinham um plano de reestruturação para executar e conseguiram entregar resultados antes daquilo que estava expectável.

Uma das situações mais frustrantes e desagradáveis de todo este processo é a tentativa de diminuição dos resultados positivos que a TAP teve, quando isso devia ser motivo de congratulação para todos e de celebração até, porque grande parte das pessoas, e dos que iam comentando, não acreditava que era possível algum dia aquela empresa pública poder ter resultado positivo, mas teve!

Sobre este tema, muito se diz. Nem toda a gente é obrigada a perceber como funciona uma empresa. Portanto, ouvimos: «Ah! Com 3,2 mil milhões de euros injetados na empresa, até eu punha a empresa a dar lucro!» Uma coisa não tem a ver com a outra, como os senhores sabem! A empresa deu lucro, porque o resultado líquido daquele exercício foi positivo.

Estava previsto dar 54 milhões de euros de prejuízo. Deu 66 milhões de euros de lucro. Houve um desvio positivo de 120 milhões de euros. Qual é a apreciação que alguns Srs. Deputados fazem sobre o desvio negativo dos últimos dois anos da gestão privada, altura sobre a qual era dito por toda a gente que tinham sido os melhores anos de sempre e que ia ser muito difícil algum dia termos anos tão bons para a aviação? Bem, nós tivemos, em 2018 e em 2019, cerca de 100 milhões de euros de prejuízo, em cada um dos anos.

No debate, puxa-se pelos fatores positivos, que ajudam a explicar o lucro. Então, os fatores que têm sido apresentados têm sido: os cortes salariais e a alteração de regras de reporte fiscal.

Bom, as alterações de regras de reporte fiscal são aplicadas a toda a economia, pelo que também à TAP. Era só o que faltava... Aquilo resultou do acordo de rendimentos entre parceiros sociais, neste caso, com os patrões, e, obviamente, aplicando-se a toda a economia, aplica-se também à TAP.

Os cortes salariais estavam previstos até 2025, sendo que a única diferença que há, em 2022, é que eles são menores do que aquilo que estava previsto no plano de reestruturação, porque, entretanto, tinham sido alterados parcialmente.

Mas, quando queremos fazer este debate, então, também temos de identificar os elementos que puxam para baixo os resultados. Em 2022, ainda tivemos a covid, ainda tivemos a ómicron com impacto no transporte aéreo, no início do ano, tivemos o caos dos aeroportos na Europa e nos Estados Unidos da América, com milhares de voos cancelados, tivemos a migração do sistema de gestão de tráfego aéreo em Portugal e em França, em Marselha, com impacto tremendo na operação, e tivemos o preço do petróleo a explodir em 2022, com impacto naquela que é uma das matérias-primas mais importantes numa companhia de aviação: o *jet fuel*.

Portanto, foi um bom resultado, e esse resultado deve ser celebrado, na minha opinião, por todos.

Só para vos dar um exemplo, em 2018, estava orçamentado, para a S.A., um lucro de 110 milhões de euros e o prejuízo verificado foi de 58 milhões de euros; em 2019, estava projetado um lucro de 106 milhões de euros e o prejuízo foi de 95 milhões de euros.

A TAP pública deu lucro e eu acho que isso é positivo para quem quer manter a empresa pública e para quem defende a privatização da empresa. Ter a empresa viável e mostrar que ela é viável é muito importante.

Queria terminar com algumas considerações sobre a TAP.

Não tem assim muita atenção política, mas julgo que todos os Srs. Deputado sabem que Portugal está em contraciclo com a zona euro. A zona

euro está em recessão e Portugal está a crescer, economicamente. Acho que não é segredo para ninguém que o setor do turismo, goste-se ou não, é um dos maiores contribuintes para este resultado. Não sei se os Srs. Deputados sabem, mas as visitas para Portugal, em 2022 e 2023, têm crescido mais do que em Espanha, do que em Itália e do que na Grécia. A TAP é responsável por cerca de 30 % das visitas a Portugal. A Portugal, não se chega de outra maneira. A não ser de Madrid para cá, chega-se de avião.

Se tivéssemos deixado a TAP fechar em 2020, não teríamos a recuperação que temos. Mesmo os que acreditam que o mercado se ajusta rapidamente, até esses acho que conseguem conceder que a substituição não é imediata. Eu acho que nunca seria. Então, do ponto de vista do negócio de *hub* e de transatlântico, desapareceria de Portugal, até porque seria facilmente deslocalizado para outro aeroporto na Península Ibérica, mas isso teria consequências desde logo dramáticas nos primeiros anos.

Só para terem uma ideia, vejamos o exemplo da Adria Airways, companhia de bandeira da Eslovénia, que fechou portas em 2019. Em 2022, o número de movimentos dos aeroportos eslovenos estava ainda 45 % abaixo do de 2019. Aquilo que hoje se está a fazer na Eslovénia é tentar criar uma companhia de bandeira. E estamos a falar de um país que está localizado geograficamente no centro da Europa.

Isto é para dizer que foi tomada uma decisão política pelo Governo, correta, de salvar a TAP. O dinheiro que foi injetado na TAP é muito e eu compreendo perfeitamente a inquietação, a incompreensão até, num País com dificuldades, a vários níveis, onde se ganha pouco, como é que se injeta tanto dinheiro numa companhia aérea?

Só que aquele negócio, aquela companhia, é central para Portugal, para a economia portuguesa, e, portanto, para todos, mesmo para aqueles que nunca na vida viajarão na TAP. E é por isso que, para nós, aquela intervenção se justificava. Felizmente, conseguimos atingir resultados. Infelizmente, não

correu tudo bem e o processo indemnizatório da Eng.^a Alexandra Reis correu mal e é isso que, obviamente, nos traz aqui.

Mas não queria deixar que nós, no meio deste trabalho importante que se faz aqui, perdêssemos a imagem e a ideia superior da decisão que se tomou, em 2020, de salvar a TAP e os resultados que se conseguiram apresentar até agora.

Muito obrigado, Srs. Deputados, e peço desculpa por me ter alongado tanto.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Dr. Pedro Nuno Santos.

Vou só relembrar às Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados de que, por volta das 17 horas e 30 minutos, tentando não interromper nenhuma das intervenções, vamos ter de ir ao Plenário para fazer as votações.

Vamos, então, iniciar a nossa audição. A primeira intervenção cabe hoje ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. Bernardo Blanco (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante estes seis meses, certamente teve muito tempo para se recordar dos acontecimentos, ou, como diz o Ministro João Galamba, para «reconstruir a verdade».

Gostava de lhe perguntar se, afinal, naquela reunião do dia 4 de janeiro, que, supostamente, do que sabemos, foi a sós com a CEO, deu ou não autorização à CEO para substituir Alexandra Reis.

O que está no comunicado que referiu — e as palavras são importantes — não é que o Sr. Ministro deu; é que foi pedido ao Ministério e que o Ministério deu. Em todos os pontos a seguir, fala-se da responsabilidade do Secretário de Estado, por isso é que toda a gente, obviamente, assumiu que o Sr. Ministro não tinha dado autorização alguma, porque o correto a

escrever naquele parágrafo era «eu, Ministro, dei autorização», e não é isso que lá está, não vale a pena agora mudarmos as palavras.

No início, sabia que havia uma indemnização, pelo menos, tinha responsabilidades, e os serviços jurídicos da TAP tinham acompanhado tudo. Vai-se a ver e, afinal, isso é tudo mentira. O Sr. Ministro deu autorização, os serviços jurídicos da TAP não acompanharam nada, o Sr. Ministro soube dos valores do acordo, inclusive chegou-lhe a informação sobre as férias, as regalias, etc., e, depois, deu a autorização final. É tudo bastante diferente do que tinha dito inicialmente.

Por isso, volto a perguntar-lhe se, naquela reunião, deu autorização, ou não, e se foi uma reunião a sós.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Em primeiro lugar, o comunicado sobre essa matéria da autorização para a substituição da Eng.^a Alexandra Reis não tem nenhuma mentira. Não tem! Se quiser, posso ler, fala numa decisão do Ministério.

Em segundo lugar, nunca foi escondido a ninguém que ela tenha falado comigo. Existe este comunicado e quem falou comigo sabia que a autorização para a substituição da Eng.^a Alexandra Reis tinha sido dada por mim. Portanto, foi dada por mim, numa reunião entre a Eng.^a Christine e eu.

Também não é verdade que aqui não diga que fui eu e que, depois, em todos os pontos, se responsabiliza o Secretário de Estado. O Secretário de Estado aparece no sétimo ponto.

A verdade é importante para os dois: para mim e para o Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Posso repetir a pergunta? A pergunta não foi respondida.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Na reunião do dia 4, deu autorização, ou não, à CEO para substituir a Alexandra Reis? Foi uma reunião a sós?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, colocou a questão, vamos deixar o Dr. Pedro Nuno Santos responder.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Obrigado, Sr. Presidente.

É pela segunda vez, porque, ao contrário do que o Sr. Deputado disse, na primeira resposta, eu disse que a reunião foi comigo, a sós, e que eu tinha dado autorização. O Sr. Deputado não se apercebeu...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não ouvi o «a sós», então.

Mas vamos ao comunicado. Então, no primeiro ponto, se não mentiu, pelo menos, omitiu que tinha dado autorização. Não disse isso aos portugueses. Disse às pessoas, segundo o que me diz, que lhe perguntaram.

Relativamente aos valores e aos termos do acordo, afinal, descobriu na tal mensagem que conhecia os valores e, no comunicado, diz que só toma agora conhecimento dos termos do acordo. Correto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Correto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas recebeu a informação do Secretário de Estado Hugo Mendes sobre quais eram os valores, quais eram os montantes das férias, quais eram os montantes das regalias. Confirma isso?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Isso foi também explicado, Sr. Deputado. Quando fizemos o comunicado, foi com a memória que tínhamos

no momento. Logo que eu identifiquei a mensagem, tornei pública a mensagem, que confirma aquilo que o Sr. Deputado está a dizer.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas a mensagem é só da autorização, a mensagem não fala de valores. Ou fala também dos valores das férias, etc.?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Fala.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quando falou com o Secretário de Estado Hugo Mendes, não sei se nessa mensagem ou se verbalmente, fez-lhe notar que achava os valores demasiado altos e que tinha medo da perceção pública. Lembra-se desta conversa? Ontem, o Secretário de Estado Hugo Mendes não sabia confirmar, porque não tinha o telefone, tinha-o perdido. Não sabia se tinha sido presencial ou não.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Essa conversa há de ter sido ao telefone. Eu também não tenho o registo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nessa altura, preocupou-se com a perceção pública dos valores, mas não teve uma preocupação jurídica, digamos assim, ou seja, assumiu que, do lado da TAP, estava tudo acautelado.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não é correto dizer que não tive uma preocupação jurídica; essa é uma preocupação constante. Eu não estou é sistematicamente a perguntar, na relação com o gestor, se ele está a cumprir a lei, e, na resposta a um secretário de Estado: «Mas olha, estão a cumprir a lei?» Não, Sr. Deputado, não faço isso.

Sou um decisor político. Parto do pressuposto que, seja dentro do Governo, seja nas empresas tuteladas, a lei está a ser cumprida.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ontem, o ex-Secretário do Estado já assumiu o erro e disse que não devia ter participado na elaboração da resposta da TAP ao despacho a pedir os esclarecimentos. Pergunto-lhe se sabia que Hugo Mendes tinha participado nessa elaboração.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não sabia.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Só teve conhecimento pela Comissão de Inquérito?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Só tive conhecimento quando foi público. Não sei se foi pela Comissão de Inquérito, se foi pela comunicação social, mas há de ter sido via Comissão de Inquérito. Mas acho que foi pela comunicação social, antes da Comissão de Inquérito.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi aqui.

Nessa reunião de dia 4, também falou do bónus com a Sr.^a CEO?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não tenho essa memória. Não havia razão para falar do bónus com a Sr.^a CEO nessa reunião, não me lembro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A Sr.^a CEO — ainda ontem se falou aqui disso — diz que, nessa reunião, o Sr. Doutor tinha dito que ela ia ter direito ao bónus relativo a 2021. Não se recorda de nada disso?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, sei do *e-mail* que foi trocado com o Secretário de Estado das Infraestruturas e com o Secretário de Estado do Tesouro.

Eu tive uma conversa informal com a CEO da TAP sobre esse tema. Eu estava satisfeito com os resultados que estávamos a ter com a gestão dela, e com certeza disse-lhe que estava satisfeito, que a *performance* dela era boa, e que isso haveria de se refletir, depois, no reconhecimento dos direitos de 2021.

Mas isso não é mais do que uma conversa da qual não se pode retirar mais nada, porque, obviamente, o bónus e o reconhecimento dos direitos anuais referentes ao bónus dependem do contrato de gestão e, depois, julgo eu, da comissão de vencimentos.

Portanto, isso é uma conversa cordial que o Ministro tem com a CEO. Eu estava satisfeito com o trabalho dela, ela tinha cumprido as metas que estavam previstas no plano de reestruturação, mas aquela conversa não lhe atribui nenhum bónus.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, porque, obviamente, não é normal atribuir qualquer tipo de bónus sem sequer os indicadores estarem definidos.

Por isso, pergunto-lhe quando é que iriam definir esses indicadores e porque é que ainda não o tinham feito.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Acho que aí, entretanto, os Srs. Deputados já sabem.

Os contratos de gestão não dependem das tutelas setoriais, esse é um tema que foi sempre tratado entre as empresas e a tutela financeira. Por isso, só quando esse processo estivesse resolvido é que iriam ser reconhecidos os direitos.

Como sabem, sobre o bónus, aquilo que estava previsto era só ser recebido no final do mandato, embora se fossem reconhecendo os direitos ao longo dos anos, conforme o cumprimento ou não do contrato de gestão. Mas esse é um *dossier* que não depende do ministério setorial.

Aquilo que foi sendo explicado, que eu ouvi também aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, e conhecia as explicações do Secretário de Estado do Tesouro, é que, primeiro, iam esperar pela aprovação do plano de reestruturação, porque não fazia sentido estar a aprovar um contrato de gestão em que a peça central da gestão seria o plano de reestruturação, que podia ainda ser alterado no quadro das negociações com Bruxelas.

Portanto, esse primeiro tinha de ser esperado. E, depois, julgo que há uma explicação daquele que é o procedimento normal, que é ser feita uma proposta pela empresa à tutela financeira, e, aí, haver uma interação. Mas esse não é um *dossier* da responsabilidade da tutela setorial.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não chegou a responder ao *e-mail* de Alexandra Reis, no final de dezembro, em que a mesma coloca o lugar à disposição, correto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Correto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Gostava de lhe perguntar porque é que não o fez e porque é que nunca o referiu à IGF.

Eu acho que isto é relevante. Quando alguém coloca o lugar à disposição, pode sair sem receber nada, e, passadas três semanas, está a pedir 1 milhão e meio de euros — é um facto relevante.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Peço desculpa, não é. Para este caso, não é. Não tem nada a ver com o processo de saída da Eng.^a Alexandra Reis, e eu explico porquê.

Recebo um *e-mail*, com conhecimento para o Secretário de Estado das Infraestruturas e para o Secretário de Estado do Tesouro, da Eng.^a Alexandra Reis disponibilizando-se para sair, embora quisesse continuar. Para mim, estava resolvido. Nós não tínhamos... Ouvi já várias vezes essa questão, que mostra muito como o Sr. Ministro vê... Esse é um tema importante também para percebermos o que é que faria de mim ter atuado de outra maneira, o que é que diria sobre mim ter atuado de outra maneira.

A Eng.^a Alexandra Reis sai da TAP não porque o acionista da TAP estivesse de mal com ela ou achasse que ela fosse incompetente; a Eng.^a Alexandra Reis sai da TAP porque a CEO da TAP queria fazer uma alteração à Comissão Executiva e entendia que ela não tinha lugar na ideia de comissão executiva que tinha. Essa é a razão.

Tive interação com a Eng.^a Alexandra Reis, e a Eng.^a Alexandra Reis era um quadro da TAP competentíssimo, altamente competente, inteligente, trabalhadora. Lamento muito isto que lhe aconteceu e espero que ela consiga refazer-se rapidamente, porque será útil para quem quiser trabalhar com ela.

Agora, a razão que leva à autorização para a sua saída tem a ver com o facto de uma CEO querer ter uma comissão executiva coesa, coerente, onde se revissem todos os membros da Comissão Executiva.

Eu não ia... E era a isso que eu queria chegar. A CEO da TAP falava comigo e dizia: olhe, acho que a Eng.^a Alexandra Reis deve sair, por isto e por isto... E eu dizia à Eng.^a Christine: «Olhe, desculpe lá, não lhe diga nada! Não lhe diga nada, que eu tenho aqui um *e-mail* dela, vou-lhe telefonar e dizer: “Olhe, ó Eng.^a Alexandra Reis, a propósito daquele *e-mail*, eu acho bem que você saia!”» O que é que isso diria de mim? Quer dizer, que forma é essa de nos relacionarmos?

Eu não tenho nenhuma razão para substituir a Eng.^a Alexandra Reis. O processo é apresentado pela CEO e é dada autorização à CEO para iniciar o processo. Esse processo é conduzido pela CEO.

Três semanas depois, ou quando a questão é colocada, a Eng.^a Alexandra Reis, ou os advogados da Eng.^a Alexandra Reis, pede 1 milhão e meio de euros. Eu também... Quer dizer, não posso partir do pressuposto de que a diferença entre ser eu ou ser a Eng.^a Christine a falar com a Eng.^a Alexandra Reis é 1 milhão e meio de euros, não é?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas também diria que não é forma de governar não responder ao *e-mail*.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ó Sr. Deputado, não é forma de governar não responder ao *e-mail*?... Infelizmente, há de haver mais *e-mails* a que não respondi, e, se visse a minha caixa de correio na altura, compreenderia.

A questão, para mim, estava resolvida. A Eng.^a Alexandra Reis coloca o lugar à disposição, mas, no mesmo *e-mail*, diz que quer continuar, e nós não tínhamos nenhuma razão para a substituir — nós, acionistas, não tínhamos nenhuma razão para a substituir.

A substituição da Eng.^a Alexandra Reis não parte de uma iniciativa do acionista. Portanto, esse *e-mail* é-nos dirigido, mas nós não temos nenhuma razão para a substituir, e não partiu de nós a iniciativa de substituição.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A mim, não me parece que um *e-mail* de um administrador a demitir-se seja igual a um *e-mail* que vai para o *spam*, mas o Sr. ex-Ministro lá saberá as prioridades.

Gostaria de saber porque é que as Finanças não foram informadas, se sabia que Hugo Mendes tinha dito à CEO que o Ministério das

Infraestruturas era a única porta de entrada no Governo e se também já tinha tido conversas similares com a mesma.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Vou-lhe pedir que repita a pergunta, se faz favor, porque, entretanto, eu estava a apontar o comentário.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Porque é que as Finanças não foram informadas? Sabia que Hugo Mendes tinha dito à CEO que o Ministério das Infraestruturas era a única porta de entrada para o Governo? E teve conversas similares com a CEO?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu pedi-lhe para repetir porque, entretanto, estava a apontar, porque antes de se fazerem as perguntas, fazem-se comentários, e o Sr. Deputado parte de pressupostos, mas eu não quero que as coisas avancem sem as clarificar.

Os outros *e-mails* não vão para *spam*; isso disse o Sr. Deputado. Obviamente, não tem conhecimento, nem tem de ter, daquela que é a caixa de correio de um ministro, por isso, quando estamos a fazer aqui o nosso trabalho, temos também de ser rigorosos com o que dizemos.

Portanto, estava a apontar esse comentário lateral do «não é a mesma coisa que um *e-mail* que vai para *spam*». Eu não estava a falar de *e-mails* que vão para *spam*, portanto, o Sr. Deputado também não o deve fazer, julgo eu, ou diria eu.

Eu não tinha conhecimento de que não tinha havido um contacto entre o Secretário de Estado das Infraestruturas e o Secretário de Estado do Tesouro. E ele aqui disse que, do ponto de vista de cordialidade, o devia ter feito. Aliás, eu sabia que a relação entre o Secretário de Estado das Infraestruturas e o Secretário de Estado do Tesouro, como, aliás, ficou aqui evidente nas duas audições, era boa e era próxima, portanto, para mim, era

normal que, no quadro do acompanhamento que o Secretário de Estado estava a fazer, pudesse ter falado com o Secretário de Estado do Tesouro.

Portanto, não sabia, mas quero dizer uma coisa sobre isso: não sabia, mas não tinha de o fazer, como, aliás, a IGF aqui o disse, como, aliás, o ex-Ministro João Leão também o disse, e julgo que o próprio Secretário de Estado do Tesouro também o disse.

Não existe, na relação que temos com as empresas, uma espécie de hierarquia entre tutelas, em que a tutela setorial é que tem de informar a tutela das Finanças. Não é assim que as coisas funcionam. As empresas, quando precisam de autorização para um determinado procedimento, contactam e instruem processos junto das duas tutelas. Acontece, às vezes, haver autorização de uma e não haver das Finanças. Normalmente, é mais assim do que o contrário!...

Portanto, não têm de o fazer, mas eu não sabia que não tinha havido sequer um contacto com o Secretário de Estado do Tesouro. Isto para responder diretamente à questão.

Eu nunca disse a ninguém, ou nunca disse à Eng.^a Christine, que a única porta de entrada dos temas da TAP era o Ministério das Infraestruturas, nem pedi ao Sr. Secretário de Estado para o dizer à Eng.^a Christine, mas também ouvi o Secretário de Estado a explicar aqui qual é que era o contexto daquelas mensagens. Nós tínhamos uma ideia formulada e mantemo-la, mesmo depois de termos ouvido a explicação. Isso é tudo aceitável. Pronto.

A verdade é que, nas mensagens, o Secretário de Estado deixa expresso que a tutela... Desde logo, uma coisa que depois ninguém sabe e ninguém se lembra, que é que a mensagem foi enviada quatro meses depois do caso que está em análise na CPI. Não é anterior, é quatro meses depois.

Depois, nessas mesmas mensagens, o Secretário de Estado diz expressamente: «A tutela da TAP são as Infraestruturas e as Finanças.» E ele explicou que acontecia várias vezes estar com colegas Secretários de Estado,

julgo, até, na reunião de Secretários de Estado, em que lhe eram colocadas questões de âmbito setorial que ele desconhecia. E ele pediu à Eng.^a Christine que as Infraestruturas fossem informadas.

É um procedimento normal para, que um ministério que tem a tutela setorial de uma empresa, esteja por dentro dos temas e da interação com o Governo, que seja informado, e foi isso que ele pediu.

Mas eu não lhe pedi, e nem sabia dessas mensagens, a que, obviamente, não atribuo o mesmo valor negativo que o Sr. Deputado atribui.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não atribuí valor, só fiz uma pergunta.

O *chairman* tentava fazer a ligação com a tutela, diz que tentou falar várias vezes consigo, e não conseguia. Porque é que não respondia a Manuel Beja?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, há várias formas de atribuir valor, e a forma como se fazem as perguntas significa alguma coisa. Portanto, interpretei mal, e estamos, provavelmente, então, de acordo sobre a interpretação que fazemos das mensagens.

Relativamente a Manuel Beja, Sr. Deputado, eu falei com o *chairman* da TAP várias vezes, reunimos várias vezes, mas... Não vou repetir aqui a lista do que tutelava e das responsabilidades que tinha... Portanto, eu não conseguia atender toda a gente a toda a hora, infelizmente, mas tinha competências delegadas.

Obviamente, quem determina a forma como um ministério se organiza não são as tuteladas, é o ministério, e, se o ministério tinha competências delegadas no Secretário de Estado, o *chairman* da empresa tem de falar com o Secretário de Estado, se não consegue falar com o Ministro.

Até, para mais, na altura, a propósito deste tema, em que há várias chamadas do *chairman*, como é sabido já, e a democracia é assim, eu estava em campanha. Eu estava em campanha! Era o cabeça de lista, em Aveiro! Mas tinha a minha Chefe de Gabinete disponível para atender, e atendeu, e tinha o Secretário de Estado.

A forma como nos organizamos é determinada por nós. Eu percebo a insatisfação do *chairman*, que fez o melhor que podia. Mas eu atendo quando posso, quando não posso não atendo, sendo que, felizmente, tenho Secretários de Estado, e o Secretário de Estado que esteve sempre disponível para conversar com o *chairman*.

Portanto, percebendo o *chairman*, e lamentando não ter podido falar com ele, parece-me uma questão que acaba por ser lateral. Se fosse imprescindível para o *chairman* falar com o Ministro antes de assinar o acordo, só havia uma maneira: era o *chairman* não assinar enquanto não falasse com o Ministro. O *chairman* não conseguiu falar comigo, mas conseguiu falar com o Secretário de Estado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Como é que Alexandra Reis foi para a NAV (Navegação Aérea de Portugal)? Sabia que Hugo Mendes lhe tinha feito um convite informal antes da tomada de posse do Governo?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não me lembro se sabia de um contacto antes ou depois da tomada de posse. Sei, obviamente, que o Dr. Hugo Mendes se lembrou do nome de Alexandra Reis para a NAV e que eu achei uma boa ideia. Foi assim!

Agora, se o primeiro contacto... Já sabemos que sim, que houve um contacto, mas não me lembro se o contacto tinha sido antes ou não da tomada de posse, embora o convite, como também já ouvimos aqui, tenha sido depois da tomada de posse.

Tanto pela Eng.^a Alexandra Reis, que disse que entendeu aquela conversa como exploratória, como pelo Secretário de Estado, foi isso que aconteceu. No máximo, daquilo que ouvimos das duas partes do telefonema, ou da conversa, foi uma conversa exploratória. O convite foi feito depois da tomada de posse.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A Comissão já teve acesso aos resultados da auditoria da EY e, além de Alexandra Reis, houve 13 ex-administradores que terminaram o seu vínculo à TAP entre 2019 e 2023, período da sua tutela, e que, até lá, receberam 8,5 milhões de euros.

Gostaria de lhe perguntar se sabia de algum destes casos e se deu autorização a mais algum pagamento de saída.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Já o ouvi, mas, do meu conhecimento e do meu período, tenho conhecimento da saída da Eng.^a Alexandra Reis e do CEO Antonoaldo Neves.

Eu até tinha ideia de que a rescisão do contrato com Fernando Pinto tivesse sido antes de 2019 — acho que foi um dos casos de que falou ontem. Do Trey Urbahn — acho que é esse o nome — eu nem sequer sabia das condições de saída, pré-reforma... Isso foi tudo identificado pela gestão pública da TAP.

Mas desconheço não só esse documento como essas saídas, que não passaram por mim. Diz foram entre 2019 e 2023, 13 administradores... Os que saíram e de que eu sei saíram por renúncia, sem acordo e sem indemnização, com exceção da Eng.^a Alexandra Reis e do Dr. Antonoaldo Neves.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, posso só dar um esclarecimento muito rápido?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Só para dar um esclarecimento muito rápido: estes anos são os anos de saída, em que deixa de haver um vínculo.

Por exemplo, no caso do Dr. Fernando Pinto, de que já sabemos, o contrato de prestação de serviços, o tal contrato de que não sabe bem quais são os serviços, acabou em fevereiro de 2020. Por isso, ele, obviamente, já tinha saído, mas a sua saída enquanto vínculo da TAP é em fevereiro de 2020.

Por isso, entre 2019 e 2023 há 13 casos destes, dois deles, que são mais mediáticos, já os referi, mas gostava de lhe perguntar especificamente sobre o caso de Fernando Pinto, ex-Presidente da TAP, que recebeu 2,4 milhões de euros, 400 000 € em subsídios, 420 000 € em prémios e 1,6 milhões de um serviço que ninguém sabe o que é que é, apenas o administrador do Estado, o Dr. Lacerda Machado, diz que ele lhe dava conselhos, e a auditoria também diz que não há nenhum documento a provar trabalho, algo que nós não tínhamos encontrado também.

Gostaria de lhe perguntar se nunca soube de nada disto.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, primeiro, eu não posso fazer perguntas, sei disso, mas houve várias coisas que foram do conhecimento público e talvez fosse importante conhecermos que 13 administradores são esses e em que datas é que foi, para sabermos do que é que estamos a falar, porque, às páginas tantas, depois vejo notícias e comentários... Pronto.

Não, mas acho que é importante, porque depois há comentários: «Afinal há mais 13 saídas...» E, quer dizer, acho que, a bem da verdade, para todos, interessa a mim e interessa ao Sr. Deputado, que seja dito quem são

esses administradores e quando é que saíram, que é para nós podermos falar sobre isso abertamente. Senão, parece que há aqui 13 administradores que saíram durante o período em que eu era ministro...

O único caso que trouxe aqui agora foi o do Fernando Pinto, que sai, como bem disse, em fevereiro de 2020. A empresa não era pública ainda... Não era pública. Não vale a pena abanar a cabeça, não era pública, portanto, as regras eram diferentes.

A gestão era controlada pelo privado, tinha uma delegação de competências muito ampla. Eu não conhecia esse contrato de prestação de serviços com o privado.

Pode ter a certeza de que, se conhecesse esse contrato, eu teria, de alguma forma, dito alguma coisa, fosse aos administradores do Estado, fosse à Comissão Executiva, na interação que tivesse, da mesma forma que fiz com os prémios.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu até tendo a concordar, e não tenho nada contra.

Por isso, se quisermos, se calhar até depois, no fim, ou amanhã, desclassificar o documento, não tenho nada contra. Se essa até for a vontade da maioria, por mim desclassificávamos o documento à vontade. Evidentemente, estão ali os nomes de 13 pessoas, e isso também tem um risco reputacional, mas, por mim, é à vontade.

Queria só dar nota também de que — não quero estar a dizer o nome das pessoas — há casos de 2021, assinados por Miguel Frasquilho e Ramiro Sequeira. Em 2021, o Estado, totalmente, 100 %, tinha a companhia.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Administradores? Com indemnização?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pagamentos...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Então, mas pode dizer «pessoa A».

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Depois desclassificamos o documento...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor, muito rapidamente, para darmos depois sequência.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É só um esclarecimento: a classificação ou desclassificação de documentos não depende da maioria, não é uma prerrogativa nossa.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Graças a Deus!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar a audição, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria avançar para os 55 milhões pagos a David Neeleman e perguntar-lhe se esses 55 milhões foram pagos porque o Sr. Neeleman ganhou, com os acordos de 2017, o direito a pedir o reembolso, em caso de incumprimento do Estado, das prestações acessórias e, de modo a evitar uma potencial litigância, um processo judicial, o Estado, nas negociações, achou por bem pagar os 55 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Presidente, neste lugar estou de costas para o relógio. É uma desvantagem que nós temos, porque é informação relevante para a nossa inquirição.

O Sr. **Presidente**: — Deixe-me só dizer-lhe que o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal tem oito minutos e, neste momento, tem 5 minutos e 40 segundos utilizados.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpa, mas, como nós não temos essa visualização, eu queria saber... Não tenho espelho retrovisor.

O Sr. **Presidente**: — Da próxima vez tentaremos pôr o cronómetro noutra local...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, eu estou à vontade. Era só para explicar porque é que estava a olhar para trás, para não estranharem. Estava a tentar perceber qual era o tempo que o Sr. Deputado tinha.

Antes de passar para os 55 milhões de euros, queria só dizer que tenho pena que tenhamos ficado por duas declarações, uma de que há 13 administradores...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não tenho tempo!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Pois, não tem tempo!...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E além disso o documento está classificado.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Pois, claro. Não, não, mas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, vamos tentar não cruzar nem sobrepor o diálogo, para deixar o Sr. Dr. Pedro Nuno Santos responder.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Era só para deixar esta nota: não tem tempo, *okay*, mas tenho pena que se faça uma afirmação de que há 13 administradores que saem, e depois aquilo que nos é apresentado, como já tinha acontecido noutras audições, é o Dr. Fernando Pinto, causando a ideia de que houve mais 13 «Alexandras Reis».

Portanto, como é muito importante que sejamos todos claros e transparentes — não só os que estão a ser inquiridos —, eu quis fazer esse desabafo. Não quero que desclassifiquem o que está classificado, não quero meter-me nisso... Queria só deixar esta nota, que, obviamente, não deixa de ser relevante, porque, depois, a seguir à sua declaração, há comentário sobre isso.

Como ouvi ontem muita gente a dizer: «Ah, há mais não sei quantos...» Já agora, era bom sabermos o quê, quem, quando, para podermos responder, porque, provavelmente, como a Eng.^a Alexandra Reis, não há mais nenhum. Por isso é que é tão importante, e tenho pena que não tenha tempo e que seja confidencial. Queria deixar esta nota.

Sobre os 55 milhões de euros, não sei se fez uma pergunta específica, mas posso discorrer à vontade, e depois... À vontade não, não corre bem aqui.

Nós, em 2020, estávamos confrontados com a iminência óbvia de encerramento da TAP se não houvesse uma intervenção. A solução que eu já ouvi o Sr. Deputado defender aqui era, obviamente, para nós

absolutamente inaceitável: darmos garantias públicas de 100 %, porque não se conseguia, na altura, menos do que isso, no mercado.

A TAP, pela situação financeira e de dívida em que estava, uma empresa com rácios de capital e de dívida profundamente desequilibrados... Eu tenho aqui alguns, se tiver curiosidade, para perceber a situação, porque também ouvi, não só o Sr. Deputado, dizer: «Ah, podíamos ter feito em Portugal o que se fez, por exemplo, com a Lufthansa...» Não podíamos! E não podíamos por uma razão muito simples: a situação de capitais próprios, de capital e de dívida, da TAP não tem paralelo com as empresas que recorreram a essa modalidade.

O que ia acontecer era: primeiro, não íamos ter autorização para a garantia pública e a ajuda de Estado, teríamos de passar por Bruxelas na mesma. Não íamos ter autorização, porque um empréstimo não dava nenhuma garantia de que a empresa pudesse entrar numa trajetória de sustentabilidade, além de que seria uma enorme irresponsabilidade.

Portanto, o que aconteceria era que nós assinávamos uma garantia e a garantia ia ser executada, o Estado pagava e nem tinha a empresa.

Essa solução que já lhe ouvi aqui — se calhar só em forma de pergunta, mas que interpretei como defesa — era uma absoluta irresponsabilidade e, aí sim, estaríamos a tratar de forma profundamente negativa o erário público.

Restava-nos outra solução, que nós tentámos, que era fazer o auxílio de emergência, que seria sempre convertível em capital, dados os rácios da empresa. Não sabíamos, na altura, ainda, se os 1200 milhões de euros seriam convertíveis na totalidade ou parcialmente, mas sabíamos que essa eventualidade era muito provável.

Mas a nossa primeira tentativa foi: fazemos este auxílio de emergência de 1200 milhões de euros, mas queremos alterar aqui um conjunto de regras, queremos um contrato de financiamento que garanta ao Estado um controlo

muito apertado sobre a utilização deste empréstimo e queremos também fazer alterações na governança da empresa, com os privados lá.

Não se chegou a acordo, e eu não quero dizer que o privado não quis, ou que forçou, ou provocou, uma situação de bloqueio. Não digo isso, porque, quando analisamos a argumentação e a fundamentação, é uma fundamentação em que o privado discorda da solução de controlo que o Estado estava a defender. Portanto, estou a partir sempre da boa-fé das partes.

Mas a verdade é que não havia entendimento: o Estado não queria alterar mais, porque houve interação, ou ceder nalgumas matérias, e o privado entendia que não as podia aceitar.

Entretanto, o dinheiro tinha de entrar na TAP, senão a TAP fechava, e aí nós tínhamos duas alternativas: ou fazíamos uma negociação, e, portanto, recuperávamos o controlo da empresa através de uma negociação direta com um dos sócios, ou nacionalizávamos a empresa.

A nacionalização da empresa, atenção, não é isenta de custos, porque depois há aquela ideia — e aí o Sr. Deputado já compreende — de que se nacionaliza e não se paga nada. As coisas não funcionam assim!

Portanto, em primeiro lugar, sabíamos que tinha riscos. A nacionalização tinha vários riscos, desde logo, se houvesse um processo de litigância. Como ouvi: «ah, é para evitar um processo de litigância!» O processo de litigância é o quê? Resulta numa indemnização, para evitar o risco de uma determinada indemnização. Quando se diz: «Pagou para evitar litigância.» Não! Pagou, fez um acordo, que achou que era mais benéfico, do que correr o risco de poder pagar mais num processo de litigância.

Eu sei que devia estar só a falar para si, mas estou a aproveitar também para explicar o que é que é isso da litigância.

Além de que seria muito complicado, muito complicado — admito que nem toda a gente... Isto não é comprovável — para o Estado português

fazer uma nacionalização contra a vontade do privado e ir, a seguir, negociar um auxílio de Estado com Bruxelas. A interação, nesse contexto, seria muito complicada.

Há quem ache — eu não tenho a certeza — que, provavelmente, nós nem sequer conseguiríamos o apoio e que, se o conseguíssemos, nunca seria como o que nós conseguimos.

Além de que teríamos sempre uma nuvem a pairar sobre a TAP, o que tornaria difícil não só o regresso ao mercado, como qualquer eventual processo de privatização da própria empresa. Por isso, a nacionalização não foi o caminho por nós desejado. Nunca deixou de estar em cima da mesa, porque não íamos deixar a empresa fechar, mas quisemos tentar um caminho alternativo.

O nosso aconselhamento jurídico, que os senhores relevam, como se não fosse relevante, mas, obviamente, que o Estado é assessorado, seja por serviços internos, seja por serviços externos que são contratados para esse efeito, o que disse ao Governo português foi que havia risco de o Estado ter de pagar uma indemnização, que, no mínimo, poderiam ser as prestações acessórias pelo seu valor nominal.

Já ouvi aqui várias interpretações, e elas são todas legítimas — seja porque o evento excecional diria que o acordo parassocial não estava em vigor, ou outras teorias sobre o caso —, mas a leitura que foi feita e foi transmitida ao Estado português foi a de que, fosse numa situação de bloqueio, fosse na passagem da empresa a pública, havia um risco de o Estado ter de pagar um valor bastante superior àquele que acabámos por acordar com o privado.

Perante esta informação que o Estado tinha, a decisão que foi tomada foi o de dizer: «Bom, vamos tentar negociar e ter aqui um ganho». «Um ganho», quer dizer, tentar diminuir ao máximo o custo desta intervenção pública. E aí, inicia-se um processo negocial com o privado, com os

interlocutores que foram nomeados por cada uma das partes, e, quando se chega a um valor em que as partes se encontram — esta é a definição de um processo negocial —, dentro, obviamente, de balizas, e as balizas eram aquelas que o Estado considerava serem riscos possíveis que resultariam de um processo de litigância, avança-se para um processo negocial, que foi concluído e o acordo é atingido no valor dos 55 milhões de euros.

Este é um ponto importante e permita-me dizer mais algumas coisas sobre isto. A pergunta repete-se, e eu percebo porque é que a pergunta se repete. O nosso raciocínio é: «De que forma é que os 55 milhões de euros são decompostos? O que é o quê?»

A partir do momento em que nos dizem que há o risco de, se perdermos, no limite, pagarmos isto. Então, temos de fazer uma negociação que nos permita distanciarmo-nos ao máximo desse risco — por isso é que há aquela declaração minha a dizer que conseguimos poupar 169 milhões de euros — e o Estado faz essa negociação.

E esta é uma questão muito importante, porque há muitos casos de processos que estão em tribunal arbitral — e alguns conheço-os — em que, na minha opinião, o Estado se fosse para uma negociação, provavelmente, poderia conseguir vir a pagar menos.

É que há esse anátema criado sobre a negociação: «Não! Que seja o tribunal arbitral a decidir, nem que o resultado seja mais dispendioso», e isso é um problema.

Neste caso em concreto, nem sequer tínhamos tempo para nos dar a esse luxo. Não tínhamos tempo e queríamos evitar a nacionalização. Fez-se um processo negocial e o processo negocial chega a um valor onde as duas partes se encontram, valor esse que, depois, é aprovado e autorizado em Conselho de Ministros. Não é uma decisão do Ministro das Infraestruturas, não é uma decisão do Ministro das Finanças; é uma decisão do Conselho de Ministros.

Mas, pronto, os 55 milhões de euros resultam de uma negociação, é o ponto em que as partes se encontram e permitiu ao Estado comprar participações sociais, direitos económicos, prestações acessórias e evitar o compromisso de qualquer disputa judicial futura.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Só uma última coisa.

A resposta ficou no geral, mas há uma parte da pergunta inicial que importa esclarecer, que é esse direito de o Sr. David Neeleman poder disputar os 224 milhões das prestações acessórias tem a ver com os acordos de 2017. Certo?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Obviamente, decorre da interpretação jurídica que foi feita do acordo parassocial.

Sobre isso, queria também dizer algumas coisas, depois, obviamente, pode haver interpretações diferentes daquilo que decorre do acordo parassocial.

Nós tínhamos aconselhamento jurídico, contratado pela PARPÚBLICA, e, obviamente, o Estado segue os pareceres que tem e que contrata e não trabalha de outra maneira, obviamente, trabalha dessa e só pode ser dessa.

Agora, o acordo parassocial... Nós só tivemos de fazer aquele acordo com David Neeleman, porque ele era dono da empresa. Ele não é dono da empresa com o acordo parassocial; ele é dono da empresa com uma privatização que é feita anteriormente.

O acordo parassocial é o resultado a que se chega de uma negociação e de um trabalho feito por um Governo que tinha um determinado compromisso eleitoral e que quer, dentro de um facto consumado com o qual foi confrontado, ter um resultado diferente daquele que herdou. Isto é, o Governo anterior tinha privatizado a TAP, a TAP já era julgo que 61 % de

David Neeleman, quando tomámos posse, a empresa já era de David Neeleman, com direito a ter o resto passados dois anos, e é perante este facto que o Governo e o Ministro que me antecedeu fez uma negociação muito difícil, porque a empresa já era de David Neeleman.

Há quem defenda a tese que, naquele momento, o Estado português devesse ter contestado judicialmente, julgo eu, aquela privatização, mas o entendimento do Estado português na altura não foi esse e partiu para uma negociação com um empresário que não estava obrigado a ceder nada.

Por isso, quando vão fazer essa negociação, perante um facto consumado, tentam o melhor resultado possível para garantir aquilo que era o objetivo do Governo, que era recuperar o controlo estratégico da empresa, porque, obviamente, a gestão era privada.

Conseguiu-se aquele equilíbrio, e eu acho que, dentro das balizas com que o ex-Ministro estava confrontado, foi uma negociação muito bem-sucedida. Obviamente que isso tem consequências, tem condições, porque ninguém cede voluntariamente uma participação social sem um conjunto de condições, que estavam inscritas no acordo parassocial.

E, sim, foi com base já nesse acordo que foi feito o aconselhamento jurídico que levou à tomada de decisão sobre a negociação.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Em 2020, no tal empréstimo de auxílio de emergência, que foi convertido em capital no final do ano, até ao final do ano, penso que foi perceção pública que seria um empréstimo, pois não sabíamos que seria convertido em capital.

Souberam desde o início que o empréstimo não ia ser devolvido?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, o auxílio de emergência era, efetivamente, um empréstimo convertível.

Eu não me lembro... Se diz isso, vou partir do princípio que está a dizer isso com base em declarações que foram feitas, senão não diria, certo? Ou não? Senão, é mais grave.

O empréstimo que é negociado é, desde o início, um empréstimo convertível. Quando o empréstimo foi contraído, qualquer declaração sobre ele ser convertido era errada, porque não sabíamos se teria de ser convertido na totalidade, parcialmente... Quer dizer, havia a ideia de que era possível ele ter de ser convertido em capital, pelo menos parcialmente, mas era efetivamente um empréstimo. Não me lembro de eu, ou alguém, ter dito que não era convertível e que não havia risco de ser convertido em capital.

Se o Sr. Deputado tem essa declaração, pedia-lhe que me ajudasse, porque não me lembro. E não é por mal, é porque eu, como os senhores, apesar de acharmos que nos lembramos de tudo, não nos lembramos de tudo.

Portanto, se há alguma declaração de algum Membro do Governo a dizer «Este empréstimo nunca será convertido», eu, sinceramente, não me lembro de que alguma vez alguém tenha dito isso, porque o empréstimo, quando é negociado com Bruxelas, tem já essa possibilidade de ser convertido, caso se entenda que é necessário converter.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não, até pelo contrário. Nós, na altura, dissemos muitas vezes que iria ser convertido em capital, tanto que, no Orçamento suplementar, o empréstimo já vinha como injeção de capital, numa altura em que, publicamente, ninguém tinha ainda percebido que ia ser convertido em capital — acho eu.

Depois até disse, no final do ano, que, em 2025, a TAP já estaria em condições de devolver algum dinheiro. Quando se diz «algum dinheiro», pressupõe-se que seja devolver dinheiro do empréstimo. Isto é o que eu penso, mas também nos pode corrigir, porque se for devolver dinheiro no aspeto geral, que refere muitas vezes, isso é todos os dias, não é? Por isso,

penso que se estava a referir ao empréstimo, mas também se não for, depois pode corrigir.

Queria fazer-lhe uma segunda pergunta no seguimento disso: porque é que a TAP foi a única empresa que ficou ao abrigo do mecanismo de resgate e reestruturação, quando, por exemplo, nem a Condor, que penso que também foi um caso discutido na altura, ficou? Foi alguma falta de diplomacia económica, digamos assim, ou não?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu sei que as perguntas se repetem, e não tem mal nenhum as perguntas serem repetidas, até porque querem ouvir as respostas...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ainda não tinha feito esta pergunta.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não, mas já fez e já tem resposta a essa questão.

Não tem mal nenhum, não estou a fazer nenhuma crítica sobre isso... É só porque o Sr. Deputado sabe já que a Condor tinha sido alvo de um plano de *rescue and restructuring* em 2019. E o Sr. Deputado também sabe já que, pelo menos durante 10 anos, a empresa não pode voltar a ser alvo de um plano semelhante e essa é a razão pela qual a Condor teve o *rescue and restructuring* em 2019 e, portanto, em 2020, só podia ir ao apoio covid.

Vou-lhe dizer uma coisa, esse debate...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Que não era o caso da TAP.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu sei. Mas deu o exemplo da Condor, eu queria só mostrar que o exemplo da Condor não suportava a sua pergunta, porque havia uma diferença.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Podia ser usado para as negociações.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, porque já tinha recebido o *rescue and restructuring* e, portanto, dir-nos-iam...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos tentar evitar essa sobreposição de diálogo.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — A resposta era óbvia: esses já tiveram. Não me parece que seja tema de suporte para a pergunta.

Agora, vamos à questão da TAP. A TAP, inicialmente, e não foi por mim, tentou apenas o apoio covid e há quem, ainda hoje, diga que podia ir só pelo apoio covid.

Eu vou dar a resposta de duas formas. Uma delas é que se, por alguma razão, a Comissão Europeia estivesse a dormir, coisa que não está, e nos tivesse deixado ir só pelo apoio Covid, a TAP não existia, porque o apoio Covid, que a TAP também recebeu, como sabem, foi de cerca de 600 e tal milhões de euros.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foram 640 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Foram 640 milhões de euros e o apoio covid tem regras muito específicas: o que é que, da atividade, é afetado e que paragens são motivadas exclusivamente pela covid.

A TAP já tinha problemas. Essa é a parte que escapa, não sei porquê, a tanta gente, porque não é difícil.

A TAP, SGPS tinha capitais próprios de — e os senhores agora têm esses números todos melhores na cabeça do que eu —, acho eu, 580 milhões de euros negativos e a TAP, S.A. tinha, no final do ano de 2019, 100 e tal milhões de euros de capital próprio positivo, só que com um detalhe: tinha um crédito sobre a SGPS, como os senhores também já sabem, gigantesco, por conta, na sua grande maioria, daquilo que nós, e que o Sr. Deputado Paulo Moniz sabe e tanto fala aqui.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E voltarei a falar!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — E bem, Sr. Deputado, fale do que quiser.

Portanto, a Comissão Europeia nunca permitiria que se fizesse essa separação entre as duas, porque elas estavam, obviamente, ligadas e, falindo a TAP, SGPS, a outra ia atrás. Nestas relações de grupo, a Comissão Europeia, como eu disse há pouco de forma mais corriqueira, não anda a dormir.

Portanto, o trabalho foi feito e a Comissão Europeia exigiu tratar do grupo. E o grupo cumpria as condições que a encaixavam num plano de *rescue and restructuring*, em matéria de rácios absolutamente desequilibrados, capitais próprios negativos, dívidas já vencidas superiores a 300 milhões de euros...

Mas, por acaso, esse plano de *rescue and restructuring* foi o que permitiu à TAP uma injeção daquela dimensão e fazer face aos problemas reais, concretos, estruturais e antigos da TAP. Por isso, acabou por ser bom e não mau.

Os riscos que existiam, que eram riscos reais, de ter de se fazer uma reestruturação também são uma falsa questão. São uma falsa questão — atenção, Sr. Deputado Bruno Dias — quando comparamos com as empresas

que vão ao abrigo de covid. Porque, em matéria de custos com o pessoal, de despedimentos, e de redução de frota, se for ver o que é que a Air France KLM e a Lufthansa fizeram, não está longe, em matéria de despedimentos e de redução de frota, daquilo que fez a TAP, e foram pelo apoio covid.

Isto para dizer que a TAP cumpria as condições para o *rescue and restructuring*, não tinha como não ir pelo *rescue and restructuring*, que se fôssemos pelo apoio covid, a TAP tinha recebido uma parte muito menor daquilo que recebeu, e se tivesse ido pelo apoio covid, não estava livre na mesma de fazer uma reestruturação, de fazer despedimentos, de reduzir a frota, tal como fizeram todas as outras companhias aéreas. Todas, quer dizer, pelo menos lembro-me destas, porque me lembro que, no plano de reestruturação era feito... Aliás, não sei se não cheguei a fazer essa comparação na minha apresentação pública, mas eu, pelo menos, tinha os dados e não tenho ideia, até, se não transmiti isso aos grupos parlamentares quando reuni com todos, de qual era a percentagem de aviões e de pessoal que a Lufthansa estava a reduzir e a Lufthansa tinha ido pelo apoio covid na mesma e também não se livrou da reestruturação.

A reestruturação era uma necessidade da empresa, ponto. Não é só uma questão de imposição da Comissão Europeia.

Nós costumamos dizer várias vezes, e é verdade: a TAP não recebeu um cêntimo do Estado português em 20 e tal anos. Isso explica, também, parte dos problemas... Quer dizer, ninguém quis fazer uma reestruturação ao longo daqueles 20 e tal anos, e isso também tem consequências.

Portanto, a reestruturação que foi feita era necessária na empresa, como se veio a verificar e a comprovar.

Quanto à dimensão e à forma podemos discordar, mas, pronto, podemos sempre discordar da necessidade ou não de reestruturar a empresa, quem sou eu, não quero... Na nossa opinião, com ou sem a imposição de Bruxelas, a TAP precisava de uma reestruturação.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Vou fazer uma última pergunta sobre resultados, mas, antes disso, por questões de tempo, deixe-me perguntar-lhe qual foi a sua relação profissional e qual é a avaliação que faz do trabalho de Frederico Pinheiro no seu gabinete e no seu Ministério.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O Dr. Frederico Pinheiro trabalhou comigo cerca de seis anos, até ao fim. Se eu não estivesse satisfeito com o seu trabalho, ele não tinha trabalhado comigo tantos anos. Por isso, é evidente que a avaliação que eu faço do seu trabalho é muito positiva: é inteligente, trabalhador, respeitador, daquilo que foi sempre o contacto comigo e que eu vi com os outros. Portanto, é uma avaliação positiva. Muito positiva, aliás.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Tenho uma última pergunta sobre aquilo que apelidou de «os sucessos da TAP».

Também queria fazer um comentário que me parece importante. Não pode, quando as coisas correm mal, dizer que a culpa é da administração ou dos gestores, ou dizer que o Estado não se intromete na gestão, e depois também querer ficar com os louros da gestão.

Mas isto é apenas um comentário lateral que me parece relevante.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — É lateral, mas merece resposta.

Risos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É isso! Merece resposta!

Em relação a esses tais resultados, gostava de lhe perguntar se sabe qual seria o resultado líquido em 2022, sem benefícios fiscais e sem cortes salariais.

Porque temos 66 milhões de resultados líquidos, não é? É aquilo de que tanto se orgulhou. Mas 32 milhões são de benefícios fiscais e, neste ano, são estimados 90 milhões de cortes salariais.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Quem lhe disse isso?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Estimei, com as contas que são públicas.

Por isso, o resultado líquido é de 56 milhões negativos. Mas, olhe, posso-lhe dizer que até é conservador, mas daqui a uns meses poderemos fazer as contas exatas, digamos assim.

E tudo isto só com esses dois componentes. Porque, como nós sabemos, há tudo aquilo que se reflete indiretamente no resultado líquido, para não dizer que eu estou aqui a pôr as injeções de capital, etc.

Porque se quisermos somar tudo o que a TAP já teve de apoios: primeiro, o empréstimo dos 1200 milhões que, depois, passou a ser 3200 milhões, sendo que, como sabemos, faltam 700, mas que estão dentro desses 3200 milhões; 150 milhões em *lay-off*; 32 milhões em benefícios, que vão acontecer todos os anos; 75 milhões em *vouchers* não utilizados de 2020 a 2022, e penso que ainda não tem estes dados, pois as pessoas pagaram, não usaram os *vouchers*, os *vouchers* expiraram, e daqui surgem 75 milhões de euros nestes três anos; e cerca de 2000 pessoas despedidas — deve ser outro orgulho socialista, certamente, até tem várias declarações...

O Sr. **Presidente**: — Atenção ao tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Tem várias declarações sobre a estabilidade do emprego, e, certamente, não se deve orgulhar disto.

Além disto, as pessoas que ficaram viram cortes salariais de 20 %, todos os anos e há dezenas e dezenas de milhões a chegar daí; depois, nem vou falar dessas contas dos juros por ano, de quanto é que custou dar os 3200 milhões à TAP, aliás, houve aqui quem fizesse essas contas, de 70 e tal milhões por ano, mas não vale a pena entrarmos nestas estimativas...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não sabe, mas vai dizendo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não, não vou dizer quais são os valores.

O Sr. **Presidente**: — E a questão é, Sr. Deputado?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por isso, perante todos estes apoios, pergunto-lhe porque é que a TAP, ao contrário de companhias de outros países, ainda não devolveu um único euro aos portugueses.

Muito obrigado.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Já terminou o tempo?

O Sr. **Presidente**: — Sim, já terminou.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Estava a distrair-me com os comentários laterais, porque...

O Sr. **Presidente**: — Sabe que o posicionamento na mesa de alguns grupos parlamentares é, para mim, muito desfavorável, porque cruzam comunicação. Estão mais próximos, e eu não consigo, às vezes, perceber isso.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu sei, Sr. Presidente, peço desculpa.

Os comentários não eram para mim, mas era uma espécie de antecipação e desvalorização de uma resposta potencial.

Primeiro, sobre a questão de, para umas coisas, a responsabilidade é da gestão e para outras é do Estado, sejamos claros: se a empresa estivesse a dar 200 milhões de euros de prejuízo, o Sr. Deputado estava-me a chatear era a mim.

É provável! Diria: está provado que uma empresa pública nunca pode dar lucro. Aliás, é compreensível este exercício que o Sr. Deputado fez, porque, obviamente, o Sr. Deputado — na minha opinião, peço desculpa e permita-me fazer este comentário rápido — quer provar que a TAP pública não é viável.

Agora, sobre os resultados e sobre puxar para nós... Quer dizer, eu sou responsável pelo mau e pelo bom. Eu assumi a responsabilidade pelo que

aconteceu com a indemnização à Eng.^a Alexandra Reis e demiti-me. Mas também sou responsável pelo que corre de bem, naquilo que me diz respeito.

Nós fizemos uma aposta na TAP, conseguimos um plano de reestruturação, ele está a ser implementado, está a ser implementado com sucesso, está a dar resultados... Eu sou responsável por isso, já agora.

O Sr. Bernardo Blanco (IL): — E a gestão da empresa?

O Sr. Dr. Pedro Nuno Santos: — A gestão da empresa também, não é? Claro, antes de mim, se calhar, geriram a empresa de forma que desse lucro. Bem como os trabalhadores todos, que são quem faz a TAP voar todos os dias. Por isso, é muita gente. Mas eu, obviamente, como tutela setorial, também sou responsável. Para o bem e para o mal, é assim!

Agora, Sr. Deputado, fiz-lhe uma pergunta e sei que não devo, mas, antes que me esquecesse, perguntei-lhe de onde vinham os 90 milhões de euros de poupança, e o Sr. Deputado disse que foi das contas que fez.

E porque é que eu refiro isto? Isto é muito importante, porque nós estamos sempre a ser traduzidos e interpretados por outras pessoas e quando alguém ouve um Sr. Deputado a fazer uma afirmação, qualquer pessoa lá fora parte do pressuposto que isto está em algum lado.

O Sr. Deputado diz: «90 milhões de euros!»... Eu já tinha ouvido alguém falar aqui na Comissão em 20 ou em 30 e tal, e, agora, é difícil estar a recuperar as muitas horas, mas isso eu ouvi e fui acompanhando.

Agora, o Sr. Deputado diz que, nas suas contas, são 90 milhões de euros. E eu só estava a dizer: «nas suas» e quis deixar isso claro, que é para quem nos ouve saber que são contas do Sr. Deputado Bernardo Blanco. Era só para isto deixar claro!

Isto é muito importante, porque nós estamos aqui todos a apurar a verdade, e as pessoas que estão em casa não sabem e partem do princípio que se lançou o número é porque esse número é verdade.

Portanto, é para deixar claro que o número dos 90 milhões de euros é uma conta que o Sr. Deputado Bernardo Blanco e, provavelmente, os seus assessores fizeram. Pronto. Estão no direito de o fazer, mas é importante fazer o *disclosure* disso. Pronto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Contas feitas com os números que temos...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu sei, eu sei. Eu é que estou a aproveitar, agora que estou em *on*, para deixar isso claro.

Agora, o que eu lhe posso dizer, Sr. Deputado, desde logo, é que os cortes já estavam previstos com o prejuízo de 54 milhões de euros. Isto é, o que estava previsto no plano de reestruturação era um prejuízo de 54 milhões de euros em 2022, que o Sr. Deputado Paulo Moniz disse uma vez, num debate parlamentar, que iam ser 400 milhões de euros de prejuízo...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quer que eu responda, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. Deputado Paulo Moniz terá oportunidade, durante a sua intervenção, de replicar, de fazer a réplica da réplica... Terá oportunidade nessa altura.

E peço ao Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, também, que se dirija e que responda às questões do Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, é sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu compreendo a saudade do Sr. Dr. Pedro Nuno Santos de interagir comigo, mas torna-se difícil, porque se ele vai sempre interagir comigo das outras vezes, eu terei imensa dificuldade em...

O Sr. **Presidente**: — Teremos oportunidade de dar oportunidade a esse saudosismo daqui a pouco, quando o Sr. Deputado Paulo Moniz intervir. Vamos agora deixar o Sr. Dr. Pedro Nuno Santos responder.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Peço desculpa, mas eu não tenho a ideia de ter violado alguma regra da Comissão por ter dito que um Sr. Deputado, noutra fórum, disse que ia haver um prejuízo de 400 milhões de euros.

Queria só deixar isso claro, porque parece que disse alguma coisa de errado, ou que atropeli alguma regra da Comissão Parlamentar de Inquérito, e não atropeli.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não!

O Sr. **Presidente**: — Normalmente, o efeito deste tipo de interrupções sucessivas acaba por ser mau para a condução equilibrada dos trabalhos.

O que eu peço é que me ajudem e que colaborem com esta condução equilibrada e, portanto, que deem oportunidade ao Dr. Pedro Nuno Santos de continuar a responder ao Deputado Bernardo Blanco, estando tudo bem e tudo tranquilo.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Obrigado, Sr. Presidente.

É que, para mim, era importante dar nota de que o que estava previsto no plano de reestruturação era um prejuízo de 56 milhões, e que até havia quem achasse que ia ser de 400 milhões de euros. Pronto.

Era um elemento importante da minha resposta, e por isso é que o disse.

Esse prejuízo de 56, ou de 54 milhões de euros... 54, correto?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mais ou menos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim, 54 milhões de euros.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu tenho 56 milhões.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Tem 56? Eu tenho 54 milhões de euros de prejuízo.

Nestas previsões do plano de reestruturação já estavam os cortes, *okay*? Os cortes salariais já estavam previstos no resultado. Agora, estamos a acrescentar os cortes, para retirar aos 66, mas os cortes já estavam previstos na conta dos 54, não são um dado novo.

Se há alguma novidade em matéria de cortes é que eles são menores do que aquilo que estava inicialmente previsto no plano de reestruturação,

porque, entretanto, houve negociações com alguns sindicatos e houve alguma redução desses cortes. Portanto, quando muito, houve um efeito negativo para o resultado da empresa face ao que estava previsto no plano de reestruturação, não sei se me estou a fazer entender.

Depois, é óbvio que as saídas de trabalhadores contribuíram para o resultado que a TAP teve, mas isso... O Sr. Deputado fala da estabilidade do emprego e, claro, que a estabilidade no emprego é importante e é importante para mim também, muito, e é importante para mim, e acho que para qualquer socialista — e quando digo para qualquer socialista, não estou só a falar de socialista enquanto militante do Partido Socialista —, que as empresas públicas tenham os recursos necessários para o trabalho que é realizado.

É verdade que nós hoje olhamos para a estrutura de custos da TAP e ela tem uma estrutura de custos muito favorável, mesmo com a reposição dos cortes, e a produtividade por trabalhador na TAP hoje é muito mais alta.

Isto é relevante. Nós não podemos diminuir o resultado com base num resultado que prova que a decisão é correta. Eu acho que ninguém quer ter uma empresa, seja ela privada ou pública, com recursos que não são necessários, ou que são necessários alocar num outro tipo de atividade.

Por isso, a redução de pessoal não pode ser apontada aqui como um fator excepcional e profundamente negativo, porque, verdadeiramente, para a atividade que a TAP tinha — e, obviamente, que tem havido recuperação de trabalhadores —, aquilo que se comprovou é que podia fazer-se mais com menos.

Tudo o resto de que fala, sobre *vouchers*, a TAP tem as mesmas práticas de qualquer companhia aérea. A TAP, desse ponto de vista, não atuou de forma diferente de qualquer um dos seus concorrentes.

O *lay-off*, tudo isso, estamos a falar de medidas que são aplicadas a todas as empresas. Senão, então, o Sr. Deputado vai fazer essa conta para todas as empresas públicas, para todas as empresas privadas, porque

beneficiaram disto, beneficiaram daquilo... E o Sr. Deputado quis fazer uma lista tão exaustiva, com coisas que, na minha opinião, não fazem sentido nesta avaliação, mas na lista que faz não diz que o preço do petróleo disparou em 2022, o *jet fuel*...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não falou do facto de o preço do *jet fuel* ter disparado; não falou do ómicron; não falou — e com certeza que se lembra — do caos que foram os aeroportos na Europa e nos Estados Unidos e dos milhares de cancelamentos que afetaram a operação da TAP; não falou do sistema de gestão de tráfego aéreo Top Sky, a migração para um novo sistema da NAV, que teve um impacto terrível durante algumas semanas em Portugal e na TAP.

Por isso, se nós quisermos ser verdadeiros, então, temos de falar sobre tudo. Com o que é que ficamos, no fim? Ficamos com resultados objetivos. E a verdade é esta: estavam previstos 54 milhões de euros negativos, mas a empresa teve um resultado positivo de 66 milhões de euros e daqui não há como fugir. Não há como fugir!

E quando nós olhamos para os últimos dois anos da gestão privada — que têm, atenção, muitos contributos positivos, foram dados contributos importantes para a TAP, não os ignoro —, mas não podemos é fazer de conta que a gestão pública foi ruínosa quando deixa a empresa a dar lucro, enquanto os últimos dois anos da gestão privada têm um desvio acumulado negativo, em dois anos, de quase 400 milhões de euros.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, não sei qual é a formação do Sr. Deputado e é irrelevante para o caso, como é evidente, mas o facto de se fazer uma injeção de 3,2 mil milhões de euros não significa necessariamente que o resultado líquido desse exercício vá ser positivo.

Podem estar a injetar milhares de milhões de euros em algumas empresas e elas não conseguem libertar dinheiro num ano. As coisas são diferentes, porque, senão, então, injetava 3,2 mil milhões de euros numa empresa e ela naquele ano tinha de dar de lucro 3,2 mil milhões de euros. As coisas não funcionam assim!

O resultado líquido de exercício da TAP foi positivo e isso é bom para todos, e a Iniciativa Liberal pode continuar, na minha opinião, a defender a privatização de todas as empresas públicas sem ter de estar a diminuir um resultado que é objetivamente positivo.

Portanto, no privado, no último ano, houve um desvio negativo de 21 milhões de euros e a gestão pública teve um desvio positivo de 110 milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.
Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Doutor, na altura Ministro, fez uma declaração numa entrevista, no dia 11 de dezembro de 2020, que, aliás, já referiu nas suas respostas hoje, quando disse que David Neeleman aceitou perder 169 milhões de euros. Isto tem a ver com o tal processo que resultou no pagamento de 55 milhões para que ele saísse da TAP.

A minha pergunta é: nessa altura, tinha ou não conhecimento dos chamados fundos Airbus?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sobre os fundos Airbus, até à auditoria, que me dá informação consistente sobre o mesmo, eu não tinha mais do que aquilo que o PCP ia dizendo no Parlamento — aliás, tenho memória de o Sr. Deputado Bruno Dias já ter falado algumas vezes sobre isso.

Eu assumi funções em 2019 e esse processo foi uma questão que não foi colocada. Portanto, já tinha não só a privatização acontecido, a reconfiguração acionista acontecido, e estávamos em 2019 quando assumi funções. Eu fui lidar com uma empresa que era legal e, corretamente, propriedade 50 % nossa, mas 45 %, com controlo da gestão corrente, do privado.

Por isso, quando é feita a negociação não existe essa clarividência sobre «atenção que há...». E ainda hoje eu não posso dizer que a operação tenha sido ilegal. A empresa, quando nós intervencionámos, era de David Neeleman — pelo menos, a percentagem necessária para termos o controlo da mesma.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, eu pedia só uma pequena interrupção da contagem do tempo para fazer um breve esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado.

É apenas para fazer um esclarecimento breve para nos situarmos, até para que não fique a ideia de que o PCP ficou com o ónus da responsabilidade de esclarecer o Sr. Ministro em relação aos fundos Airbus, em 2019.

Se bem se recorda, a questão que nós colocávamos na altura, em 2019 — aliás, já antes, ao seu antecessor Pedro Marques —, tinha, precisamente, a ver com a questão da desistência da transação dos A350 e a troca por outros aviões A330neo e a família dos A320.

O que, mais tarde, viemos a saber foi, precisamente, a questão do envolvimento do Sr. Neeleman relativamente à operação que, na prática, fez com que a comissão daquele desconto fosse para ele comprar a TAP. E quando nós falamos dos fundos Airbus, atualmente, é disso que estamos a falar.

O seu antecessor, o Ministro Pedro Marques, confirmou, como sabe, aqui nesta Comissão de Inquérito, que tomou conhecimento concreto dessa operação através da documentação que encontrou no Ministério.

Agora, retomando o fio à inquirição, ficamos com a confirmação de que o seu antecessor Pedro Marques não lhe transmitiu qualquer informação sobre esse processo e essa questão dos fundos Airbus.

Mas eu só fico sem perceber, e importa clarificar, dois aspetos: quando é que tomou conhecimento desta matéria — não dos A350 de uma forma mais prévia, como discutimos aqui na Assembleia, mas, em particular, desta situação de o Sr. Neeleman, como já ficou muito óbvio, ter comprado a TAP com dinheiro que a TAP iria pagar.

Como e quando é que soube? E, não sabia disso na altura da negociação dos 55 milhões?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não sabia! E aquilo que sei é de uma auditoria que está por... Quer dizer, há visões diferentes, não é, sobre o...? Eu tendo a confiar na auditoria da TAP. Mas isso é porque era ministro, tutelava a TAP, conhecia as pessoas que pediram a auditoria.

Ao contrário do que já ouvi, a TAP não pede a auditoria, porque o Governo lhe dá orientações para fazer auditoria; a TAP, a determinada altura,

achou que estava a pagar mais pelos aviões do que os seus concorrentes, e, julgo que num trabalho de tentar procurar a redução de custos, concluiu isso e pediu uma auditoria — que não é um papel, como também já ouvi aqui dizer... Qual papel?! É uma auditoria que foi pedida a duas sociedades de advogados e a uma consultora, ou auditora, especializada na aviação. Uma sociedade de advogados portugueses, uma sociedade de advogados inglesa e uma...

Eu não sei se os senhores receberam essa informação ou não, mas foi a partir desse momento, em que a TAP disse: «nós achámos que era possível que estivéssemos a pagar mais pelos aviões, e vamos pedir uma auditoria.»

Depois, nós recebemo-la já no último trimestre de 2022 — setembro ou outubro, já não sei bem quando — e eu e o Sr. Ministro das Finanças encaminhámo-la para o Ministério Público e foi aí que tive conhecimento mais concreto de que era possível que a TAP estivesse a pagar mais.

Depois, com o resultado da auditoria, percebe-se de que forma: há um valor implícito na desistência de uma encomenda, que permitiria à Airbus, ao recuperar esse contrato, ter um ganho, e que, ao mesmo tempo, eventualmente, haveria um prémio.

Eu ouvi aqui desvalorizar essa auditoria — se me permite, se posso estender-me só um bocadinho...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Só um bocadinho!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — ... só um bocadinho, peço desculpa, mas também é importante .

Portanto, ouvi aqui alguma desvalorização da auditoria...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas não por nós.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim, eu sei que não por vocês.

Da mesma forma que, se as avaliações são relevantes e nós não as podemos desconsiderar, nós também não podemos desconsiderar a auditoria que a TAP pediu.

Se não retiro nenhuma credibilidade nem nenhuma consequência sobre a validade das avaliações feitas, ou pedidas, ou entregues sobre os aviões, também não posso retirar nenhuma validade à auditoria da TAP.

Por isso é que eu, na outra audição, disse: bom, se calhar, o melhor era mesmo as duas empresas acordarem encomendar uma auditoria, para se esclarecer se é verdade ou não que havia um valor implícito naquela encomenda ou naquela troca de encomendas, um valor implícito que, a existir, era da TAP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há, nesse aspeto, aliás, três componentes e quem vai falando sobre elas escolhe dedicar-se mais a uma ou a outra.

Não estou a dizer que seja agora o nosso caso, mas há quem tenha falado só do *rappel* comercial, assim batizado por Sérgio Monteiro; há quem tenha dito «não senhor, não há cá preço nenhum acima do que é cobrado aos pares e às outras companhias aéreas» — estas duas vertentes existem claramente — e existe, como disse, o valor implícito ao contrato dos A350.

Estas matérias, umas já se tornavam evidentes há muito tempo, outras foram-se tornando mais claras com o avançar destas etapas, mas o que nós podíamos dizer — e essa é a questão, é que o senhor também podia dizer nos idos de 2019/2020 —, é que estava claro que o Sr. Neeleman tinha comprado a TAP com dinheiro que não era dele e estava a ganhar muito mais dinheiro tirando-o da TAP por formas diversas, desde os ATR, aos A330, às manutenções, ao contrato da Seabury, etc., e, portanto, já nem era preciso voltar a 2014/2015 para avaliar a ilegitimidade da privatização, mas era possível.

Portanto, a questão é: quando afirma ao povo português que o Sr. Neeleman estava a desistir de 169 milhões, era mesmo essa a visão que tinha do que estava a acontecer?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu já fui claro sobre isso: era! Eu não vivi a privatização de 2015 nem a reconfiguração acionista. Portanto, eu não acompanhei os documentos que dizem que estavam numa *pen* e que foram passados numa *pen*, porque, aparentemente, não tinham importância suficiente para serem relatados na reunião, mas passaram na *pen*.

Essa informação foi relevante para o momento em que há uma negociação com David Neeleman e há uma reconfiguração acionista. Para mim, o problema está resolvido quando eu chego em 2019. Eu não cheguei às funções em 2015, ou em 2016, ou em 2017; eu cheguei em 2019 e esse assunto está arrumado e, portanto, por ele já tinham passado outros processos. Por isso, não tenha muitas dúvidas de que se eu tivesse consciência daquilo que tomei conhecimento em 2022...

Eu tive um momento de alguma tensão com o privado, logo, em 2019, com os prémios — isso é público —, que eu não sei se é interpretado ou não como pressão sobre a gestão privada, mas já agora, achava, na altura, e acho, hoje, que uma empresa com aquele nível de prejuízos nunca deveria pagar prémios num ano com aquele montante de prejuízos, mesmo que o direito fosse reconhecido. Achava isso e defendi que não fossem pagos esses prémios! Portanto, olhe, se alguém considerou isso como pressão... De facto, era a defender que não fossem pagos os prémios.

Não tenha dúvidas de que se tivesse informação mais consistente sobre outras questões as colocaria.

Em 2020, quando se faz o negócio, faz-se com alguém que era legalmente proprietário de uma determinada participação na empresa e, portanto, foi nesse quadro.

Em 2022, sim, eu tive acesso à auditoria. Eu li que a *pen* tinha um documento da Price e o parecer da Vieira de Almeida. Eu tive conhecimento do parecer da Vieira de Almeida, pela primeira vez, no decurso da auditoria; do documento da Price, nunca, nem sei que documento é esse, nunca o vi.

O parecer da Vieira de Almeida tive-o no decurso da auditoria em 2022, e esse parecer ajuda-nos a perceber melhor a situação. Todavia, agora, não tenho a memória exata dos riscos legais da operação que estão previstos na auditoria ou que foram identificados pelas sociedades de advogados, nem os domino e, portanto, não os conseguiria reproduzir exatamente, mas creio que não eram tão taxativos sobre a legalidade ou a ilegalidade da operação.

Não tenho isso de memória e, portanto, não consigo fazer esse juízo, mesmo tendo tido a posse da auditoria.

Mas isso não deixa de suscitar alguma inquietação — pelo menos, a mim, que agora tenho mais conhecimento do processo —, porque eu ouvi duas explicações diferentes aqui, com nomes como «*rappel* comercial» e eu acho que as pessoas que não são da área não sabem o que significa *rappel* comercial,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas soa bem!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — ... mas se explicarmos o que é toda a gente entende: é um desconto comercial que o fornecedor dá quando uma empresa compra em grande quantidade. Isto toda a gente entende! E se essa for a explicação — se essa for a explicação —, o desconto comercial é da TAP. O desconto comercial não é dado ao patrão ou ao acionista,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ainda não!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — ... é dado à empresa.

A outra explicação que eu ouvi *en passant*, e foi na interação com o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, foi de que era um *cash credit*. O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares disse: «Bom, isso é outra definição de comissão.» Também não é comissão, mas é, como diz o próprio conceito, um *credit*. É um crédito. Um crédito, como nós dizemos de forma mais popular, tem um *v* de volta. Um *cash credit* é — se eu não estiver a dizer uma grande asneira, se houver aqui mais financeiros... — um crédito de tesouraria, é um crédito de curto prazo, com remunerações elevadas, normalmente. É um crédito, não é? Vai e volta, é suposto.

Portanto, algumas das explicações que foram dadas aqui suscitaram-me ainda mais alguma inquietação. Eu sei que a preocupação do Sr. Deputado não é essa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Também!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Mas a sua pergunta anterior foi: «quando compra, não sabia dos fundos Airbus?» Não!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Esse é que é o problema, exatamente.

É que ao longo dos anos e dos Ministros e dos Governos, quem decide não sabe e quem sabe não decide. É isso que tem vindo a acontecer. Nas alturas em que assinaram os contratos e tomaram as decisões, não sabiam. Quando é que souberam? Quando já não tinham nada para decidir! E isto é um problema. Porquê? Porque, do meu ponto de vista, essa explicação muito válida, que acabou de partilhar connosco, era relevante num momento em que estavam a negociar os 246, ou 169, ou 55, ou zero. Porque, depois de acontecer tudo isso, o Sr. Neeleman tinha direito a quanto? Do nosso ponto de vista, isto era de outra maneira.

Portanto — isto já é mais um comentário, de facto, do que uma pergunta, naturalmente que terá comentários a fazer —, quando dizia há pouco que o Governo dificilmente poderia fazer uma nacionalização contra a vontade do acionista e, depois, negociar com Bruxelas uma autorização para capitalizar — estas «camisas de onze varas», este tipo de situações, a gente já tem visto ao longo dos anos, muitas vezes — dizia, também, que a nacionalização estava em cima da mesa, mas o Governo não a queria fazer.

Isto, na prática, não significava que o Sr. Neeleman tinha direito de veto e que o Governo só estava disposto a intervir contra a vontade do Sr. Neeleman se aquilo estivesse tudo a arder? — passo a expressão Faço-me entender na pergunta? É que não seria tarde demais, se não fosse aceitar aquilo com que o Sr. Neeleman concordasse num processo negocial?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Precisava que explicasse melhor, mas deixe-me só fazer um comentário ao comentário.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Claro!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Se nós hoje temos mais informação sobre os fundos Airbus foi durante o período em que eu era Ministro. Não é o exercício que fez, dizendo que não sabiam, depois já sabiam...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ignorando, porém, as informações que já existiam em antecessores seus. Mas pronto, lá está, depois passa de uns para os outros, é só esse o problema.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, Sr. Deputado.

Se, entretanto, há um processo de reconfiguração acionista que ocorre num determinado momento e que é feito em determinados moldes, para

quem vem a seguir o assunto está resolvido. É que essa ideia de que nós vamos estar sempre a ver os documentos de há 4, 5, 10, 20, 30 anos... Não é assim que acontece. Eu herdo a tutela de uma empresa que tinha a situação acionista e societária resolvida e estabilizada, e, portanto, não havia nada para ir ver. Eu não tinha de ir ver nenhum documento numa *pen* de uma empresa que eu acabo de herdar para tutelar e que tem a sua situação societária resolvida e estabilizada.

Depois, nós temos, sim, a empresa a suscitar dúvidas sobre o preço dos aviões. Obviamente, eu confio na auditoria que a TAP deu, mas, quer dizer, não sei! Eu também não posso afirmar, com toda a certeza, de que a TAP está a pagar mais caro, porque não sei, não conheço os preços dos aviões e não consigo...

Ouvi uma explicação ontem, num artigo do David Neeleman, que é compreensível: o fornecedor acreditou naquele empresário para poder dar a volta à empresa. Eu, Airbus, não confio em ti para dares a volta à empresa, mas eu confio naquele empresário que conheço há três décadas para dar a volta à empresa. E, com isso, acredito que ele vai conseguir não só dar a volta à empresa, como pagar-me a encomenda grande que está a fazer... Quer dizer, é uma explicação que eu acho melhor do que a do *rappel* comercial e a do *cash credit*.

Portanto, o que eu acho relevante, neste momento, é que há uma auditoria que foi pedida pela TAP e a única coisa que eu defendi na semana passada, e continuo a defender, é que ela não deve ser ignorada. E essa auditoria, sim, foi feita sob a égide do meu Ministério, da minha liderança enquanto Ministro, e é uma informação que é relevante, mas que não é uma bíblia. Quer dizer, nós não sabemos... essa não é a analogia correta...

É uma auditoria que, obviamente, pode ser disputável. Foi colocada a questão de ela não ser conhecida e isso tornar mais difícil a avaliação da mesma. Eu não sei se ela pode ou não... Eu ouvi o Sr. Deputado Bruno Dias

perguntar: «Porque é que não enviaram essa informação para cá?» Não enviámos, porque a avaliação que fizemos é que ela devia ser enviada para o Ministério Público, e, depois, ficámos sem saber — eu, pelo menos, não sei — se ela pode ou não ser pública, porque eu acho que poderia ser importante até para que quem está a ser posto em causa se possa defender e possa dizer: «Bom, essa auditoria é, de facto, errada, porque faz a conta assim e a conta deveria ser feita de outra forma.»

Por isso, com alguma cautela, a única coisa que sei é que foi feita uma auditoria que dá um conjunto de informação e esse conjunto de informação é relevante e não pode ser ignorado. E se tiver alguma adesão à realidade, se for verdadeiro — e para lá não vou, porque não tenho capacidade para isso —, deve ser reposta alguma normalidade contratual e relacional entre a TAP e a Airbus. Esse é o mínimo! A partir daí já não sou capaz de ir.

Mas é como digo, é uma auditoria que pode ser disputada, pode haver outras com outros resultados, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Falta a questão do direito de veto do Sr. Neeleman. Ele já tinha colocado entraves muito grandes a apoios no contexto da emergência covid, havia um conjunto de situações de ameaça à companhia e tudo o que não fosse de acordo com ele depois impedia o avançar da capitalização e do apoio à TAP.

Então, na prática, ele estava a ter direito de veto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Havia matérias que implicavam a concordância das partes e, quando não havia concordância entre as partes, na prática, poderia haver uma situação de bloqueio. E isso é objetivamente verdade dos dois lados.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Mas isso decorre de uma sociedade. Quando há uma sociedade, mais do que um acionista, normalmente há acordos parassociais que regulam a relação entre eles sobre determinadas matérias. E essas regras existiam, o acordo parassocial não foi uma coisa inventada; o acordo parassocial existe nas sociedades. Também existia na sociedade entre David Neeleman e Humberto Pedrosa, também existia entre o privado e o Estado, e tem regras que regulam a relação.

Eu não vou aqui dizer que havia uma discordância sobre o contrato de financiamento e o acordo complementar, porque se queria impedir, de alguma maneira, o apoio, mas a discordância existia. Nós, agora, temos toda a liberdade para poder fazer as nossas especulações, mas, do ponto de vista factual, havia uma discordância sobre a forma como o Estado estava disponível para emprestar o dinheiro.

Dir-se-ia: «Nós estávamos disponíveis para fazer este empréstimo nestas condições. Eu não concordo com isto, isto, isto nestas condições... Então, temos aqui um problema, temos de o resolver». A partir do momento em que nós, o Estado ,não estava disponível para ceder em alguns pontos e que a outra parte não concordava, teve de se encontrar outra solução.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Que leitura fez da opinião, que, pelos vistos, viemos nós a saber depois, era colocada pelo Dr. Lacerda Machado, relativamente à alteração de circunstâncias que ditava a possibilidade de o Estado intervir de outra forma, não só como autoridade do Estado, mas como acionista da companhia nesse contexto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu tenho dificuldade em fazer esse debate, porque não tenho capacidade de fazer essa avaliação jurídica.

Por isso, tenho de ter algum cuidado com o que digo quando estou a entrar em áreas que não domino. O que sei é que a sociedade de advogados, que estava contratada pela PARPÚBLICA, tinha um entendimento diferente. Isso eu sei! E é a partir desse entendimento que se faz a negociação.

E agora vou começar a entrar em terreno onde eu não tenho segurança, mas vou tentar deduzir: mesmo que o Estado fosse invocar um evento excecional, que permitisse, no limite, não pagar nada, até essa interpretação do Estado teria de ser disputada judicialmente, porque, obviamente, que o outro ia dizer: «Não, desculpe lá, não há cá nenhum evento excecional que permita isso que agora os senhores estão a dizer».

Portanto, isso também teria de ser disputado. Não havia tempo para isso. Isto é, mesmo que fosse esse o caminho, para haver uma intervenção naquele momento, então tinha de ser nacionalizada a empresa, com o decreto de nacionalização e a tomada de posse da empresa e, depois, a disputa ia correr nos tribunais e logo se veria quanto é que o Estado iria ter de pagar, mas eu não consigo dar-lhe uma opinião jurídica.

A única coisa que lhe consigo dizer é que o aconselhamento jurídico dado ao Estado português não ia nesse sentido. Isso eu posso dizer-lhe.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu não estava a pedir a sua interpretação agora; estava a perguntar-lhe se foi essa, de facto, a leitura que se fez e, pelos vistos, foi e foi esse o racional que levou à decisão das opções que foram tomadas relativamente a esta temática.

Sobre o aconselhamento jurídico, por via da PARPÚBLICA, nesse processo, houve alguma documentação de pareceres jurídicos? Era um apoio à decisão feito por telefone ou em reuniões? Ou seja, há o aconselhamento espiritual e há o aconselhamento jurídico; o aconselhamento jurídico implica

um conjunto de análises e de documentos e o que eu pergunto é se existiram, se foram elementos do processo, porque nós não os conhecemos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu tenho a ideia de que a assessoria jurídica foi produzindo documentação. Eu não sei exatamente quais os documentos, quantos, não tenho essa informação agora, não tenho essa memória, mas esse aconselhamento foi dado de forma escrita e de forma também oral, na medida em que aquele era um processo em que nós estávamos todos a correr contra o tempo e, portanto, era preciso resolver.

Era preciso, primeiro, que tentássemos a formulação de injeção do empréstimo com o privado lá, e foi isso que foi tentado, houve depois um chumbo em assembleia geral da proposta do Estado — contrato de financiamento e acordo complementar —, houve essa interação, até que, depois, teve de se fazer uma negociação para garantir que se resolvia o problema e que se encontraria uma solução que permitisse injetar o dinheiro e salvar a TAP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tenho pouco tempo e, portanto, vou escolher a última questão e o último tema para esta primeira ronda.

Não queria deixar de me debruçar sobre uma referência que fez, há pouco, a relatar nos debates políticos e parlamentares aquela ressalva que chegou a fazer de que: «Alto, a TAP está sob gestão pública, mas isso não pode significar uma gestão pouco rigorosa».

Ora, é exatamente esse o problema; é que é ao contrário, nós precisamos que se perceba que a gestão pública não pode imitar o que de pior a gestão privada tem e essa tem sido uma parte importante deste debate a propósito desta Comissão de Inquérito,...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não concordo!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... porque quando existem acordos de exoneração por acordo mútuo, quando existem comunicados ao mercado, à CMVM (Comissão de Mercado de Valores Mobiliários), a dourar a pílula — expressão de tradução portuguesa da original *vanilla expression* que a Eng.^a Christine disse na Comissão —, ou quando temos contratos de confidencialidade com uma cultura de opacidade na gestão, ou até quanto temos um desrespeito pelo Estatuto do Gestor Público com a inexistência dos contratos de gestão, isto não significa que a gestão pública seja assim, pelo contrário, foi isto que se passou e nada disto se devia ter verificado.

Ora, o esmagamento de salários, direitos e condições de trabalho, o desrespeito pela lei no direito de participação dos trabalhadores, nomeadamente a participação da Comissão de Trabalhadores (CT), que foi excluída da participação e do envolvimento conforme a lei determina que deve ser envolvida, todas estas situações, que aconteceram, não tinham a ver com a necessidade de uma gestão pública que fosse perdulária, porque não é isso que a gestão pública pode ser, mas, sim, uma gestão que deve, precisamente, rejeitar a opacidade, a falta de escrutínio, a falta de rigor, até nesse aspeto que tinha a ver com o cumprimento da lei, porque não era o Governo, nem o Estado, que tinha que esperar que um gestor público trouxesse o seu próprio contrato de gestão, não era o Governo que tinha que ficar à espera que o Estatuto do Gestor Público pudesse ficar à vontade discricionária de quem o tente cumprir.

Portanto, estes tipos de situações têm ou não a ver com uma problemática questão de opção política, que é defender a gestão pública e garantir que ela não é aquela que imita o que de pior tem a gestão privada.

Muito obrigado.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Já está?!

Risos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Era só para saber.

O Sr. **Presidente**: — Ainda terá uma segunda e uma terceira rondas, garantidamente.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu percebo o ponto, mas não concordo com a ideia de que a gestão pública da TAP tenha imitado o pior da gestão privada.

Para já, o pior da gestão privada é partir do pressuposto, de que eu também não partilho, de que a gestão privada é, necessariamente, pouco rigorosa, ou errada, ou má. Não sei se era isso que queria dizer, mas acaba por se depreender: o pior da gestão privada. Cometem-se erros nas empresas privadas e cometem-se erros nas empresas públicas. Cometeram-se erros na TAP. Cometem-se erros em empresas privadas. Cometem-se erros no nosso trabalho. Nós cometemos erros na nossa vida profissional, nós cometemos erros na vida privada... Isso faz parte da vida, faz parte da gestão, faz parte... Não quer dizer que isso, por acontecer, se justifique; mas faz parte.

Agora, essa ideia, como foi dita várias vezes, de que o problema da TAP foi o facto de ela ter sido gerida como uma empresa privada... Dizer «o problema da TAP», é logo partir do pressuposto de que há um problema com a TAP... Houve problemas, e este que nós estamos a tratar aqui é um deles, mas não houve um problema ou o problema com a TAP.

A TAP consegue, já aqui falei várias vezes, apresentar resultados. Isso não é irrelevante! Isso é muito importante! Há algumas práticas que nós achamos que são apenas do âmbito da gestão privada, que, obviamente, deviam ser transpostas para a gestão pública, porque não são erradas, são

corretas. Mas há práticas erradas na gestão privada, ou melhor, não é na gestão privada; é em algumas empresas privadas. Há empresas privadas que não cometem nenhum tipo de legalidade... Há práticas de gestão que devem ser adotadas nas empresas públicas. Há, Sr. Deputado! E isso não tem de criar nenhum anátema. Nós também, nós, responsáveis políticos e públicos, também temos de aprender com alguns casos de sucesso na gestão privada. Eu acho que isso não é mau, Sr. Deputado, mesmo para um comunista.

Por isso, a generalização que tem sido feita e que tem sido a linha aqui seguida pelo Sr. Deputado não é a correta. Há erros, houve coisas que não correram bem e elas têm de ser identificadas e esse é o trabalho que está a ser feito.

Fazer uma extrapolação e dizer que o problema da TAP é porque ela era gerida como uma empresa privada, isso não é correto! Porque, então, as outras que dão prejuízo estão bem, porque são geridas como uma empresa pública...? Eu não quero partir do pressuposto que uma empresa pública tenha de, necessariamente, dar prejuízo e nós provámos que não dava.

Eu acho que o S. Deputado, não o dirá, mas parcialmente está satisfeito com — diria eu, é um abuso meu de interpretação — o trabalho que se foi fazendo na CP, onde nós conseguimos, negociando e conquistando um contrato de serviço público para a CP, que a CP, finalmente, pudesse apresentar contas corretas ao Estado e aos portugueses.

Por isso, se houve matérias que não foram cumpridas, isso é errado, tem de se corrigir, tem de se apreender, mas isso não permite que se retire a conclusão de que o problema da TAP foi que ela foi gerida como uma empresa privada.

A TAP foi gerida como uma empresa privada até ao final de 2020, depois teve gestão pública, foi gerida como uma empresa pública, quando foram cometidos alguns erros, como são cometidos, infelizmente, no decurso de tudo aquilo que envolve a decisão humana.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Dr. Pedro Nuno Santos.

Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, gostaria de dizer que fui informado, já na decorrência desta reunião, pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, de que não teremos de interromper os nossos trabalhos para as votações em Plenário, pelo que poderemos dar sequência à nossa reunião.

Já agora, aproveito também, se me dão licença, para informar que a reunião Comissão, que amanhã se iniciaria às 10 horas, por motivos que conhecerão, nomeadamente da presença da Presidente do Parlamento Europeu Roberta Metsola, às 10 horas, no Plenário, terá início às 11 horas. Fica, desde já, esta informação, mas seguirá um *e-mail* para todos os Srs. Deputados sobre essa matéria.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, cumprimento o Sr. Dr. Pedro Nuno Santos e coloco-lhe uma primeira questão muito simples e direta: depois de tudo o que ouvimos hoje, porquê é que se demitiu do Governo na noite de 28 ou melhor já no dia 29 de dezembro de 2022?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Porque, objetivamente, este processo não me correu bem. Há responsáveis políticos e um desses responsáveis políticos sou eu, que era Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

De alguma forma, o que aconteceu, aconteceu sobre a nossa égide e, portanto, nós somos responsáveis e foi por isso que nos demitimos. Aquilo que nós já sabíamos na altura da demissão era mais do que suficiente, ou

seja, sabíamos que tinha havido uma indemnização que era elevada, que as pessoas rejeitavam, que era impossível explicarmos que achávamos que poderia sair mais caro à empresa não permitir aquela substituição do que pagar aquela indemnização e, por isso, a conclusão que tomámos foi a de que tínhamos de nos demitir.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Nenhum dos dados que referiu aconteceram apenas na noite de 28 ou no dia 29, já eram realidade desde o dia 24 de dezembro. Porquê é que só tomou essa decisão nesse dia?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Se tivesse sido no dia 25, o Sr. Deputado estava a perguntar-me: «porque não na hora seguinte?». Foram quatro dias depois. Tem quantas demissões que foram tomadas quatro dias depois de um evento?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No entanto, no dia 26 de dezembro, ainda fez um despacho conjunto com o Sr. Ministro das Finanças a pedir esclarecimentos à TAP. Não tinha os esclarecimentos suficientes?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, Sr. Deputado, e isso é muito importante, porque vão fazer-nos a pergunta sempre até ao fim e vão continuar, e legitimamente, atenção.

O pedido de esclarecimento é sobre matéria que nós não conhecíamos. Nós não conhecíamos o enquadramento jurídico, ele não nos tinha sido transmitido e foi isso que foi perguntado nesse pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas não me referiu nas justificações para a demissão no dia 29 o enquadramento jurídico, por isso depreendo que não fosse esse um dos problemas fundamentais, até porque o

enquadramento jurídico não chegou com novidade nenhuma no dia 26, nem no dia 27, nem no dia 28, pois foi a IGF que, posteriormente, esclareceu o enquadramento jurídico.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim, é verdade, por isso é que não foi o pedido de esclarecimento o motivo da demissão.

O Sr. Deputado é que disse: «no dia 26 faz um pedido de esclarecimento» e eu enquadrei, contextualizei esse pedido de esclarecimento, dizendo que nós pedimos informação que não conhecíamos.

O tema foi ganhando dimensão, claramente, havia uma rejeição muito grande sobre aquela indemnização, o nosso Ministério tinha estado, de uma ou de outra forma, envolvido nela, a Secretária de Estado do Tesouro é demitida, e no dia seguinte nós achamos: «bom, temos de assumir responsabilidades também e temos de nos demitir.»

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas quais são as responsabilidades que assumiu nesse momento, porque, do que nos disse aqui, do que foi dito ontem pelo Secretário de Estado, Hugo Mendes, a decisão foi tomada pelos assessores jurídicos da TAP, ou da CEO da TAP, ou de Alexandra Reis, e apenas tomaram por boa essa decisão.

O que é que levou a essa justificação?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O problema, naquela altura, se estão recordados, não era nem sequer a questão da legalidade... Na altura, começaram logo a surgir questões, até entre nós, foi daí que nós fizemos o pedido de esclarecimento e foi aí que se começou a pôr em causa...

Agora, não foi por isso, de facto, porque ainda não tínhamos sequer resposta da IGF, ainda tinham passado poucos dias, mas, verdadeiramente, o motivo foi a reacção que houve à dimensão da indemnização.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Há pouco referiu que já andava nisto da política há muitos anos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Certo!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Uma indemnização de 500 000 euros, quando lhe chegou ao seu conhecimento, não chamou a sua atenção com essa experiência política?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não é não chamar a atenção... Eu já expliquei. Para já, eu não estive a acompanhar o processo, e, quando me chegou a mensagem dos 500 000 euros, chegou-me como um «não é possível baixar mais», ou «achamos, na nossa opinião, francamente, que não é possível baixar mais».

A decisão de substituição eu já a tinha tomado, e é como eu já disse: para mim, era um bem maior ter uma Comissão Executiva coesa e coerente, na qual a CEO se revisse na totalidade dos seus membros. Por isso, tendo ou não impacto político, eu achava que o mais importante era assegurar que a Comissão Executiva e que a presidente da Comissão Executiva tinha as condições todas para implementar o plano de reestruturação. Essa foi a questão mais relevante.

No passado, tinha havido indemnizações que eram o dobro daquela e não tinha havido um alarme social. Neste caso, houve um alarme social e é preciso fazer uma leitura política.

E, sim, dizer: «tem muita experiência política e não antecipa...?», mas nós não antecipamos tudo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No entanto, no dia 26, no

despacho que assina com o Fernando Medina, já invoca o regime legal que se aplica à transportadora aérea, à TAP, em particular, o facto de pertencer ao setor público empresarial e de Alexandra Reis estar debaixo do Estatuto do Gestor Público.

O que é que mudou entre fevereiro e dezembro nesse contexto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não mudou nada.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas a suspeita sobre a aplicação do Estatuto do Gestor Público só se levanta em dezembro?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não fui confrontado com a questão da legalidade do processo. Eu dou resposta a mensagens que recebo sobre o valor e eu nunca fui confrontado sobre o enquadramento jurídico.

O que acontece nessa altura, há notícia, há declarações, há uma atenção muito grande sobre o tema, há interrogações, e aí: «calma, vamos fazer um pedido de esclarecimento e vamos pedir à TAP para nos explicar qual o caminho jurídico que foi seguido para estes 500 000 euros.»

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas bastava telefonar a Hugo Mendes para ter essa informação.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, eu já ouvi essa questão várias vezes.

Para já, o Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes não conhecia, não foi informado do enquadramento jurídico, ou do caminho jurídico que justificava aquela solução a que a empresa chegou.

Segundo, nós precisávamos de uma resposta oficial da TAP para que fosse depois encaminhada para a IGF... Porque aí voltámos ao mesmo: «Sr.

Ministro, bastava ter telefonado ao Sr. Secretário de Estado». Não era nada disso que estava em causa quando nós fizemos o pedido de esclarecimento. Nós quisemos que a TAP explicasse qual era a solução jurídica, a forma como ela se articulava com a lei que se aplicava, com o quadro de legal que se aplicava à TAP, para, depois, termos a resposta oficial e podermos encaminhá-la para a IGF e a IGF poder, a partir do documento da TAP, fazer o seu trabalho.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Justificou a sua saída do Governo com o alarme social e a incompreensão sobre os 500 000 euros.

Nada disso mudou entre 24, 26, 27, 28 e 29 de dezembro, no entanto, ainda assumiu um ato de gestão, que foi pedir informações à TAP, no qual participou do lado da TAP o Sr. Secretário de Estado. Isto para mim é incompreensível!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Qual parte é que é incompreensível?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Toda ela, porque se já tinha tomado a decisão de demissão, não faz sentido o ato administrativo; se não tinha tomado a decisão de demissão, então alguma coisa terá acontecido entre o ato administrativo e a tomada da decisão para o senhor tomar essa decisão.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, há um momento em que nós falamos e parece que não conta, que não serve.

São quatro dias e são quatro dias que vão escalando... Há um momento em que nós ainda fazemos perguntas à TAP, mas, à medida que o tema vai escalando, nós também vamos avaliando de forma diferente a nossa possibilidade ou não de manutenção, e nós até fomos rápidos — foram

quatro dias em que fizemos a avaliação.

Pergunta o Sr. Deputado: «mas porquê?» Porque, obviamente, fizemos a avaliação de que a dimensão que o caso estava a tomar e as reações que estavam a ser suscitadas tornariam mau para nós, pessoalmente, e para o Governo, a nossa manutenção no Governo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Essa é uma interpretação....

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Pediu a minha, não é?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ..., mas há outra exatamente dos mesmos factos: quando se percebeu que não eram contornáveis as responsabilidades do Ministério é que o Ministério decidiu assumi-las.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu digo-lhe como é que é. Não é assim que funciona. Quando nós achamos que uma determinada situação se torna insustentável é esse exatamente o momento. Agora, podemos discutir quatro dias, três dias, dois dias, um dia, 10 horas, ao fim da notícia...

Sr. Deputado, não foi uma semana, nem duas, não foi um mês; foram quatro dias! Eu até já lhe pedi: «dê-me quantos exemplos destes conhece».

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, vou ser mais direto ainda na pergunta: foi um ato de teatro aquele despacho do dia 26 de dezembro?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Está a ver porque é que eu digo que nós, por mais que expliquemos, não adianta nada? Porque quando nós não queremos ouvir, não queremos ouvir...

Então, eu já disse aqui várias vezes que fizemos um pedido de esclarecimento sobre matéria que não conhecíamos. Perguntámos sobre o

enquadramento jurídico, sobre a fórmula, sobre como é que se chegou àquele montante e precisávamos daquela resposta para a entregar à IGF.

Eu, obviamente, que não posso... Há a fronteira, que é obviamente difícil de desenhar, sobre quando é que nós estamos ou não a ser desrespeitados, que é uma fronteira também importante...

Nós fizemos foi o nosso trabalho, e, portanto, não fizemos, porque não é esse o nosso trabalho, cenas de teatro ou golpes de teatro.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — O Sr. Ministro das Infraestruturas toma a decisão de pedir informação à TAP e a TAP reúne com o seu Secretário de Estado para responder, dando-lhe informação, a si.

Como é que isto não dá a ideia de ser um ato combinado?

O Sr. Dr. Pedro Nuno Santos: — Sr. Deputado, eu não sei se lhe dá a ideia de ser um ato combinado ou não; o que eu lhe posso dizer é que eu lamento que o Secretário de Estado tenha estado nessa corrente de *e-mails*, eu não sabia não pedi ninguém para estar nessa corrente de *e-mails* e não tinha necessidade nenhuma disso.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Então, pergunto de outra forma: não tinha falado com o seu Secretário de Estado sobre o que tinha acontecido e ele não lhe tinha dado essas informações antes do despacho de dia 26?

O Sr. Dr. Pedro Nuno Santos: — Sr. Deputado, é tal história, pronto. Nós fazemos a cadeia de perguntas e não as mudamos, independentemente da informação que é dada.

O Secretário de Estado também não conhecia o enquadramento jurídico, não foi informado da solução jurídica e o Sr. Deputado partiu do pressuposto que havia um conjunto de questões que tinham ficado já

consolidadas, mas nesta audição eu já o disse, aliás, durante a sua interpelação.

Outra coisa é o Sr. Secretário de Estado participar ou estar presente numa corrente de *e-mails* onde se está a preparar a resposta. Isso é errado e não lhe foi pedido.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso pode configurar uma participação política numa resposta que deveria ser técnica da TAP para condicionar o desfecho político dessa resposta técnica.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, mas esse era o tema da audição de ontem, não é desta... Quer dizer, pode ser desta, mas estou a dizer-lhe é que eu não sabia.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É isso, essa é a pergunta que lhe estou a fazer.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Mas eu já lhe tinha dito antes.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Qual foi a sua participação e que consequência retirou quando soube que o Sr. Secretário de Estado participou nessa reunião?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu só soube quando foi de conhecimento público, eu não sabia que ele tinha estado, ele não valorizou... Eu presumo que ele não tenha valorizado o facto de ter estado na corrente de *e-mails*... Ele aqui já explicou que há um momento em que quis saber e — no registo que o Sr. Deputado estava a dizer de «então, não telefona ao Secretário de Estado a perguntar» — telefonou a perguntar ao advogado...

Entretanto, estava no grupo de *e-mails* onde estavam a preparar a resposta. Mal!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, Alexandra Reis sai com uma indemnização de 500 000 euros, mais benefícios fiscais, no total 750 000 euros, o valor global da indemnização da TAP, que é consumada em fevereiro de 2022, e um mês e meio depois estava a trabalhar na NAV.

Não lhe levantou nenhum problema esta sequência de acontecimentos?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Antes disso... O Sr. Deputado falou agora em 750 000 euros... Eu não sabia que já íamos nos 750 000 e que a Comissão Parlamentar de Inquérito já tinha chegado a essa conclusão.

E por isso, quer dizer,...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Eu não quero criar confusão sobre isso: mantenham-se nos 500 000.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, quer dizer, nós estamos numa inquirição...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pois, não se fala mais disso...!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, concretamente qual é a questão que colocou?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, esta Comissão, durante a reunião de ontem, confrontou o Sr. Secretário de Estado, que

confirmou que, além do valor monetário, havia um conjunto de outras regalias que ele próprio contemporizou enquanto dinheiro, apesar de não as identificar individualmente, incluindo questões fiscais, e que, ao longo dos trabalhos desta Comissão, permitiam atingir o valor de 750 000 euros.

Eu não quero criar aqui um caso para desviar a atenção do conteúdo relevante da pergunta que eu estava a fazer ao Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

A pergunta relevante, se me permite refazê-la, e utilizando o valor de 500 000 euros de indemnização de Alexandra Reis, que foi aquele valor que foi inicialmente noticiado, é a seguinte: Alexandra Reis sai da TAP, consumada essa saída no início de fevereiro de 2022, com 500 000 euros de indemnização e pouco mais de mês e meio a seguir está a trabalhar na NAV. Esta sequência de acontecimentos não lhe levantou nenhum tipo de preocupação?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Peço desculpa, já houve outras situações destas. Não é: «Ai, não quero que desvie a atenção...». Não, é que, entretanto, nós vamos largando coisas, não é? Nós estamos aqui numa Comissão Parlamentar de Inquérito a ser exigentes com a pessoa que está a ser inquirida, e temos de ser exigentes com a pessoa que está a ser inquirida, mas cada um tem de ser exigente também consigo próprio, porque, obviamente, depois vão...

Eu não sei, e por isso é que eu fiz esse reparo, que salto é esse de 250 000 euros e que contabilização foi essa de 250 000 que o Sr. Deputado fez, por isso é que eu fiz a questão.

Quer dizer, às páginas tantas... Temos de ser todos rigorosos. E por isso é que eu... Desculpe, sei que há outros itens. Aquilo que eu ouvi, acho que até foi aqui, foi falar em 6000 euros, que não sei se são ou não... Agora, dá um salto de 250 000 euros, ou ele é explicado, ou não pode ser dado esse salto. E é por isso que eu quis fazer esta ressalva, e peço imensa desculpa por

isso, mas acho que é importante.

Eu não tenho ideia de que — mas pronto, posso estar enganado — a Eng.^a Alexandra Reis tenha saído da TAP para a NAV num mês e meio... Foi aquilo que eu ouvi da sua pergunta. Eu não sei, sinceramente, nós já estamos no fim da Comissão Parlamentar de Inquérito... Que eu saiba, eu tenho ideia de que a Eng.^a Alexandra Reis deve ter ficado mais um mês depois do acordo, até ao final do mês de fevereiro, presumo eu, portanto não sei de onde é que vem essa de «um mês e meio depois vai para a NAV».

É muito importante, mais uma vez vos digo, que nós sejamos todos, de facto, muito fiéis aos factos quando estamos a fazer aqui a inquirição, porque senão, então, a páginas tantas, nós dizemos as coisas, elas vão ficando no ar, as pessoas, depois, reproduzem em casa o que ouviram e ficam a achar que a Eng.^a Alexandra Reis vai da TAP para a NAV num mês e meio.

Peço desculpa, eu tenho de tentar... Mas nós também, temos de ser todos rigorosos no que dizemos e temos de saber aquilo que estamos a inquirir.

Portanto, primeiro, concluindo, não é verdade que a Eng.^a Alexandra Reis tenha ido da TAP para a NAV num mês e meio; segundo, os processos não têm nenhuma ligação entre si, como, aliás, foi bem explicado aqui; terceiro, se nós não achámos, no Ministério, que tinha havido alguma coisa de errado com a saída da Eng.^a Alexandra Reis, nós não podíamos, na passagem, no convite dela para a NAV, achar que tinha havido alguma coisa de errado. Não podíamos achar que tinha havido alguma coisa de errado!

Agora, estou eu na dúvida com essa de um mês e meio, porque também não quero estar a... Um mês e meio...? Bom, agora fiquei eu... e até me atrapalho na resposta, porque não quero também estar aqui a ser tão perentório, mas... Também tenho assistido a esta Comissão...

Portanto, a Eng.^a Alexandra Reis vai para a NAV, porque nós tínhamos uma falha na NAV, não tínhamos presidente, a Eng.^a Alexandra

Reis preenchia bem todos os requisitos para a função e foi convidada. Se nós achássemos que havia alguma coisa — e sabemos hoje que sim —, se, na altura, achássemos que tinha havido alguma coisa errada com a saída, essa autorização não tinha sido dada, mas não era a entrada na NAV; não tinha era havido saída da TAP nas condições em que foi.

Portanto, a questão da NAV é uma questão diferente. Vai para a NAV e, obviamente, que a outra questão está resolvida. Na nossa ótica estava, na nossa ótica estava bem resolvida. Infelizmente, não estava!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ontem, pelo menos, foi-nos dito que foi com o seu conhecimento — e o Sr. Doutor também o confirmou hoje — que o contacto de Hugo Mendes com Alexandra Reis, para sondar a possibilidade de ela ir para a NAV, aconteceu ainda antes da tomada de posse do Governo.

Ora, o Governo tomou posse no final de março. No meu calendário, entre fevereiro e março ainda vai um mês; Alexandra Reis saiu no início de fevereiro e, por isso, mês e meio depois estava a ser convidada para fazer parte da NAV.

A pergunta é muito simples, porque se ela estivesse numa empresa privada, provavelmente, isto seria questionado pelo empregador: um determinado trabalhador sai, num mês, levando uma indemnização de 500 000 euros, dois meses depois está a ser convidado para regressar à empresa, e ninguém pergunta como é que fica a indemnização?

Numa empresa pública isso também deveria ser questionado, porque é o dinheiro dos contribuintes que lá está a ser gasto. Não se perguntou se o Estatuto do Gestor Público lhe era aplicado e não se perguntou se fazia sentido que uma pessoa saísse de uma empresa pública, recebesse meio milhão de euros e, meses depois, reentrasse noutra empresa pública — tudo permanecendo sem nenhum tipo de questão.

Isso é que é incompreensível, e por isso é que lhe pergunto como é que, com tanta experiência política, não lhe saltou à vista aquilo que é incompreensível para a larguíssima maioria da população, independentemente, até, da questão dos valores: a ideia de se pagar indemnizações a quem sai do Estado para depois regressar ao Estado, quando esses valores de indemnização não deveriam ter sido pagos de início.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Começando pelo fim, essa parte é diferente. Essa parte final torna a coisa diferente: que não devia ter sido pago, que não era legal, que era irregular! Essa é outra questão, que nós, na altura, não conhecíamos.

O Sr. Deputado tem feito muitas questões sobre o Estatuto do Gestor Público, mas se ele é, de facto, importante para si, ele é importante para si no seu todo. E nenhum gestor público, saindo de uma empresa pública — mesmo com indemnização — por despedimento por mera conveniência, está impedido de entrar noutra empresa pública.

O Sr. Deputado diz que é incompreensível. Então, se é incompreensível, faça já uma proposta de alteração à lei que diga que quem sai de uma empresa pública, seja qual for a razão, não pode entrar noutra no prazo de x anos. Porque, então, o Estatuto do Gestor Público é que é incompreensível.

A Eng.^a Alexandra Reis, na nossa ótica, saiu com aquilo que lhe era devido e a lei não a impede, antes pelo contrário, prevê qual é o mecanismo que tem de ser, depois, cumprido e respeitado pelo gestor público para poder entrar na empresa e abater ou descontar à indemnização que recebeu do lugar de origem.

Portanto, ou o Sr. Deputado é contra o Estatuto do Gestor Público e acha que ele tem de ser alterado ou, então, desculpe lá, aí, não há problema nenhum. Onde ele, depois, infelizmente, não foi... Já tinham passado cinco

meses e havia uma devolução a ser feita pela Eng.^a Alexandra Reis, e isso é parte do estatuto.

Agora, a ida dela para a NAV, desculpe lá...! A ida dela para a NAV aconteceu como acontece com muitos gestores públicos, ou seja, saem e, mesmo que saiam com indemnização, não estão impedidos de ir para outra empresa pública. Isto, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, que, achava eu, o Sr. Deputado defendia.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, se me permite, gostava de ler os n.ºs 3 e 4 do artigo 26.º do Estatuto do Gestor Público, só para ter a noção se estamos todos aqui a falar do mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Vamos parar a contagem do tempo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Diz-se no n.º 3: «Nos casos previstos no presente artigo...», que é referente à dissolução e diminuição por mera conveniência, «... e desde que conte, pelo menos, 12 meses seguidos de exercício de funções, o gestor público tem direito a uma indemnização correspondente ao vencimento de base que auferiria até ao final do respetivo mandato, com o limite de 12 meses.»

No n.º 4 diz-se: «Nos casos de regresso ao exercício de funções ou de aceitação, no prazo a que se refere o número anterior, ...», de 12 meses, «... de função ou cargo no âmbito do setor público administrativo ou empresarial, ou no caso de regresso às funções anteriormente desempenhadas pelos gestores nomeados em regime de comissão de serviço ou de cedência especial ou ocasional, a indemnização eventualmente devida é reduzida ao montante da diferença entre o vencimento como gestor e o vencimento do lugar de origem à data da cessação de funções de gestor, ou o novo

vencimento, devendo ser devolvida a parte da indemnização que eventualmente haja sido paga.»

Porque o Sr. Doutor tem assim tanto amor ao Estatuto do Gestor Público, como eu certamente tenho,...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não é uma questão de amor!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Eu agora queria fazer a pergunta, Sr. Presidente, se me permite.

O Sr. **Presidente**: — Vamos reiniciar a contagem do tempo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, conhecendo isto, porque é que não pediu a devolução — mesmo admitindo que os 500 000 euros eram legais, à sua informação, naquela data — do dinheiro que ela deveria devolver quando entrou na NAV?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Bom, Sr. Deputado, porque essa não é a minha função. Eu não sabia que a Eng.^a Alexandra Reis não estava a cumprir. Aliás, tenho ideia de que ela deu declarações a dizer que ia fazer isso e que faltava o cálculo, ou que ainda não tinha identificado qual era o montante que tinha de devolver, mas que o iria devolver.

Quer dizer, de facto, não lhe telefonei a perguntar «ó Eng.^a Alexandra, já pagaste o que está por...». Não fiz isso e acho que não é minha função fazer isso; era uma responsabilidade do gestor público, que tem as suas próprias responsabilidades.

Daquilo que ouvi, mas posso estar enganado agora, a Eng.^a Alexandra Reis disse que faltava o cálculo e que iria fazer essa devolução. Mas, como não tenho certeza disso, não vou insistir nesta ideia.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Doutor, estamos a misturar duas coisas diferentes.

Há uma ilegalidade do recebimento dos 500 000 euros, que foi decretado pela IGF, mas diz o Sr. Doutor que a informação jurídica que tinha, na altura, não lhe dava de conta de que era uma ilegalidade e, por isso, aceitou como bom o valor de 500 000 euros, na lógica de que «os advogados disseram que era o mínimo que tínhamos de pagar e nós aceitámos pagar esse valor».

Outra coisa diferente, também debaixo do Estatuto do Gestor Público, é que quando reentra na esfera do Estado para ser a administradora da TAP, a convite do seu gabinete, Alexandra Reis deveria, nesse momento, mesmo em relação aos 500 000 euros, ter devolvido parte do dinheiro.

Por isso, são duas ilegalidades diferentes.

O que nos está a dizer é que não se apercebeu de nenhuma delas. É isso?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não lhe estou a dizer nada, e quem misturou não fui eu. Eu não misturei nada. Estava a fazer-me perguntas sobre a NAV e eu estava a responder-lhe sobre a NAV, não estava a misturar coisa nenhuma.

Não sei se foi cometida, ou não, alguma ilegalidade, porque não sei se a gestora Eng.^a Alexandra Reis tinha, ou não, devolvido, ou se ia, ou não, devolver.

Agora, o Sr. Deputado diz: «já são duas ilegalidades que o senhor não viu». Quer dizer, eu não sei... Há muita coisa que eu não sei se as pessoas... Um gestor público tem de entregar uma declaração ao Tribunal Constitucional. Eu também não perguntei: «olhe, entregou a declaração ao Constitucional?»

Se calhar, temos de acrescentar às nossas funções fazer esses telefonemas! E, já agora, perguntar: «pagou o IMI (imposto municipal sobre imóveis) ou o IRS (imposto sobre o rendimento de pessoas singulares)?»

Quer dizer, a determinada altura, há uma responsabilidade de gestor público e há uma responsabilidade da gestora pública. Peço desculpa, agora pode convir dizer: «não, o Ministro tinha de assegurar», mas é uma responsabilidade do gestor público.

Como eu disse, a Eng.^a Alexandra Reis, infelizmente, esteve cinco meses na NAV. Não quer dizer que não tenha de devolver, o que estou a dizer é que esteve cinco meses e que, aparentemente, o iria fazer, segundo a própria.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Doutor, vamos então ao pecado original, porque tudo isto decorre da aceitação de uma encomenda por parte da CEO da TAP, dizendo que queria que Alexandra Reis saísse da TAP, ou seja, da sua aceitação desses pedidos.

Pergunto: quais são as incompatibilidades irreconciliáveis que foram identificadas?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, para já, não foi uma encomenda. *Okay?* Há uma reunião entre uma CEO e o Ministro que tutela sectorialmente a empresa e a CEO coloca a questão. Eu não tenho, agora... Entretanto, ouvi aqui várias histórias...

Eu não estive a escalpelizar com a Eng.^a Christine os momentos ou as divergências concretas, mas, sim, para mim, ficou claro que a Eng.^a Christine não contava com a Eng.^a Alexandra Reis na sua equipa e que queria reconfigurar a Comissão Executiva, queria fazer uma redistribuição de pelouros, criar funções e substituir aquela vogal da Comissão Executiva e eu dei concordância a isso.

Não é uma encomenda; é a parte em que, de facto, o ministro setorial deve intervir. E eu acho que fiz aquilo que era correto.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, nessa reunião, não lhe foram indicadas nenhuma incompatibilidades específicas entre as duas?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não me lembro de casos concretos. Lembro-me de que, obviamente — e sei —, a Eng.^a Christine... Percebi que haveria, de facto, um mal-estar, mas mais importante do que isso era o facto de a Eng.^a Alexandra Reis não se enquadrar naquela que era a imagem e a ideia de Comissão Executiva que ela tinha.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E quando soube o valor de 500 000 euros a pagar por essa saída, não achou que era uma regalia demasiado grande à CEO da TAP?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Uma regalia à CEO da TAP?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ceder a essa reivindicação.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ó Sr. Deputado, não é uma regalia à CEO da TAP.

Nós, naquilo que nos compete enquanto acionistas, devemos dar as condições para que a empresa possa cumprir e entregar aquilo que o acionista exige e quer que entregue.

Por isso, aquilo que é dado são condições à presidente da Comissão Executiva, que queria fazer uma reformulação da Comissão Executiva; tinha já meio ano à frente dela e, portanto, fazia uma avaliação diferente sobre a Comissão Executiva que deveria ter; falou com a tutela setorial, que era

responsável por quatro dos membros da Comissão Executiva, e teve autorização para fazer... Não é uma regalia concedida à Eng.^a Christine; é a autorização para que a CEO sinta que tem uma Comissão Executiva coesa, coerente e na qual se reveja na totalidade dos seus membros.

Este é um trabalho... Sobre isso, não tenho... Podemos ter visões diferentes, e elas são aceitáveis, mas continuo a achar que é a atitude correta. E já dei aqui dois exemplos: reconheceu-se esse direito a Luís Rodrigues, na TAP e reconheceu-se esse direito a Paulo Macedo, na Caixa. A Eng.^a Christine não havia tido essa oportunidade quando assumiu funções. Meio ano depois, quando já conhece as pessoas — trabalhou meio ano à frente de uma Comissão Executiva —, pede para fazer uma alteração à Comissão Executiva. Ela foi autorizada, e, na minha opinião, corretamente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Antes dessa reunião com a Eng.^a Christine, em que ela lhe pediu a demissão de Alexandra Reis, tinha lido o *e-mail* em que Alexandra Reis colocava o seu lugar à disposição?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E não ligou as duas coisas, nesse momento, para dizer a Alexandra Reis «de facto, nós não queremos...»...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — No dia 29? No dia 29, a Eng.^a Christine...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não, posteriormente. Nem sequer respondeu a Alexandra Reis sobre esse *e-mail* — disse-nos há pouco —, e por isso estava ainda a tempo de responder, quatro ou cinco dias depois. Coloco-lhe esta questão.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Essa questão já foi colocada e eu respondi, mas vou responder outra vez, como é óbvio.

Cada um sabe como é que se relaciona com as pessoas, e eu não faço nenhum juízo sobre a forma como cada um vê estas interações. Mas nós temos de as tornar visíveis para podermos, depois, avaliar como cada um se quer comportar.

Eu recebo um *e-mail*, no dia 29, de uma administradora a dizer que coloca o seu lugar à disposição, mas que quer continuar. Perfeito. Para nós, ela é boa, não temos nenhuma razão para a substituir, por nós continua.

Cinco dias depois é colocada uma questão pela Eng.^a Christine: «Eu quero reformular, reconfigurar a Comissão Executiva, e na minha visão de Comissão Executiva a Eng.^a Alexandra Reis não tem lugar.»

Portanto, eu poderia ter feito uma coisa com a qual não concordo, em absoluto — nunca o faria, não tem a ver comigo, com a minha educação, com a minha forma de estar na vida —, que era dizer à Eng.^a Christine: «Olhe, não fale com ela, não lhe diga nada, que eu vou mandar-lhe um *e-mail* a dizer “Eng.^a Alexandra Reis, de facto, o acionista, saiu da SGPS, e, portanto, acho que faz sentido a Eng.^a Alexandra Reis ir-se embora”.»

O que é que isso diria sobre mim, enquanto pessoa?! A questão foi-me colocada pela Eng.^a Christine, por razões que não tinham a ver com a vontade do acionista, mas com a vontade e com a ideia de Comissão Executiva que a Eng.^a Christine tinha, e essa autorização foi dada à Eng.^a Christine.

Quando a Eng.^a Christine, e isso foi dito aqui nas audições, comunica à Eng.^a Alexandra Reis — acho que foi a Eng.^a Alexandra Reis que relatou essa conversa —, esta...

O Sr. **Presidente**: — Dr. Pedro Nuno Santos, desculpe interromper.

Está muito barulho na sala. Pedia aos órgãos de comunicação social, que estão lá atrás, que colaborassem para este silêncio, e a todos os Srs. Deputados, claro está.

Faça favor, Dr. Doutor.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Agora, perdi-me.

O Sr. **Presidente**: — Peço imensa desculpa, mas estava, de facto, muito barulho.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Estava a referir que Alexandra Reis, nos depoimentos que fez aqui na Comissão...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ah, já sei! Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... falou dessa conversa. Isto é a prova de que estamos atentos e a ouvir as respostas.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Está bem. Então, não fazem as perguntas só por fazer.

Julgo que foi a Eng.^a Alexandra Reis, mas se não foi a Eng.^a Alexandra Reis foi a Eng.^a Christine; acho que ficou claro, nas audições das duas — e não me pareceu que houvesse contradição —, que foi comunicado na reunião entre ambas que a Eng.^a Christine tinha suporte do acionista. Acho que foi a própria Eng.^a Alexandra Reis, mas não tenho a certeza, que perguntou... Ah, sim, a Eng.^a Alexandra Reis até usa uma expressão em inglês, que é *off course* — agora, lembro-me dessa audição.

Portanto, a Eng.^a Alexandra Reis sabia que aquela iniciativa da CEO tinha suporte do acionista.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E o que é que isso diz de si?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Diz que sou um ministro da tutela que quer que a empresa tenha condições e que a presidente executiva possa, na medida do possível, escolher a sua equipa.

É o que acontece, julgo eu, com... Não tinha sido dada essa oportunidade à Eng.^a Christine de início, mas julgo que é o que acontece com a direção do Bloco de Esquerda, em que a coordenadora escolhe a sua equipa.

Risos do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.

O que diz de mim é isso, é o reconhecimento de que a presidente de uma comissão executiva deve, na medida do possível, construir a sua equipa. É isso que diz de mim.

Do ponto de vista profissional, e como ministro, continuo a achar que tomei a decisão correta.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Alexandra Reis colocou o lugar à disposição, o acionista não lhe deu resposta e, depois, a CEO diz-lhe que o acionista não conta com ela. O que é que isso diz de si?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, o acionista... Desculpe lá! A Eng.^a Christine não disse que o acionista não contava com ela. A Eng.^a Christine explicou à Eng.^a Alexandra Reis, e isso foi dito aqui nas audições, mas o Sr. Deputado, se calhar, ainda não era membro da Comissão...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não era, mas...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não era, nessa altura, mas, com certeza, saberá que, nessa reunião entre as duas, a Eng.^a Christine começou por expor a reconfiguração da Comissão Executiva, a distribuição dos pelouros e, depois — não sei exatamente como foi a conversa, só sei o que ouvi aqui —, ter-lhe-á dito que não contava com ela. Ou ela perguntou «então, mas esses são os meus pelouros. Qual é o meu papel?» e ter-lhe-á sido dito: «eu quero que saia».

Não foi o acionista, e a Eng.^a Alexandra Reis sabe que não foi o acionista. O acionista deu, obviamente, a concordância à Eng.^a Christine, não porque achasse que a Eng.^a Alexandra Reis era incompetente ou que não tivesse as competências para estar na TAP, mas por entender que a CEO deve ter, na medida do possível, uma equipa escolhida por si.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O acionista até aceitou dar-lhe um prémio milionário e, depois, contratá-la novamente para a TAP. Foi isso que o acionista, depois...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Para a TAP, não.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sim, para a NAV.

Termino, com esta pergunta: não considerou que 500 000 euros, para dar essa possibilidade de reconfiguração do Conselho de Administração da TAP, era um valor demasiado elevado para uma CEO que já ganhava um salário também bastante elevado e tinha a obrigação de ser profissional a trabalhar com qualquer equipa?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, não é assim que funciona a vida, desculpe lá! Nem no trabalho, nem nas associações, nem nos partidos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Estamos a falar de empresas.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não, organizações; uma empresa é uma organização.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Os trabalhadores da TAP não dirão com quem querem trabalhar ou deixar de trabalhar.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Uma empresa é uma organização, tem uma direção, um partido é uma organização que tem uma direção, uma associação é uma organização que tem uma direção. Conseguimos estar de acordo nisto, julgo eu.

É importante que uma direção tenha coerência e coesão, e é importante que a liderança se reveja nos seus membros, o que nem sempre é possível. Olhe, quando uma sociedade tem dois acionistas, às vezes, há equilíbrios que se encontram na comissão executiva, e nem sempre corre bem. Nem sempre corre bem quando, porque há dois acionistas com peso, se indicam pessoas diferentes para a comissão executiva, às vezes corre mal.

Na medida do possível — mas nem sempre é possível, e quando não é, não é —, uma direção deve ser constituída, obviamente, também na base da confiança e da escolha do seu líder. Deve ser assim numa empresa, sendo que, obviamente, há muitas variantes, mas, em tese, é assim que deve ser, como é na maioria das organizações.

Portanto, não foi nenhum capricho concedido, não foi profissional... Às vezes, as relações não funcionam, Sr. Deputado. Às vezes, temos uma equipa e as coisas não correm bem! Quantas vezes já aconteceu no seu partido, a determinada altura, haver uma rutura ou uma saída? Ou em qualquer partido aqui presente?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Um partido não é uma empresa.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Diz que não é uma empresa, mas é uma organização e, desse ponto de vista, acontece o mesmo.

Por isso, houve um momento a partir do qual a líder da Comissão Executiva, a presidente, colocou a sua visão de comissão executiva, de futuro, e a tutela setorial deu-lhe essa condição, essa possibilidade de reconfigurar a Comissão Executiva, e eu continuo a achar que é correto.

Pronto, não me quero estender mais. Acho que fui claro, acho que o tema é claro. Não significa que tenhamos de pensar igual, obviamente, mas esta foi a linha que foi seguida por mim e que continuo a achar que é a correta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Pedro Nuno de Santos e Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carvalho, do Partido Socialista

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Dr. Pedro Nuno de Santos e começo a minha inquirição pelo processo de privatização de 2015.

Foi o próprio Dr. Pedro Nuno de Santos que afirmou aqui, na Assembleia da República, o envio para o Ministério Público da informação relativa à capitalização da TAP em 2015.

Embora não tenha tido a tutela imediatamente seguinte ou subsequente a este processo de privatização, tem conhecimento para responder a perguntas sobre este tema aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O Sr. **Presidente**: — Eu vou pedir, mais uma vez, a todos os que estão na sala — porque, depois, nem se consegue ouvir a pergunta nem se consegue ouvir a resposta do Dr. Pedro Nuno de Santos — que possamos colaborar para o silêncio.

Eu sei que os órgãos de comunicação social têm de fazer o seu trabalho e devem fazer o seu trabalho, mas, dentro daquilo que é possível, mesmo as movimentações dentro da sala, peço-lhes mais silêncio.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Vou, então, repetir a pergunta.

Embora não tenha tido a tutela política da TAP no período imediatamente subsequente ao ano 2015, foi o próprio Pedro Nuno Santos que afirmou aqui, na Assembleia da República, o envio para o Ministério Público da informação relativa ao processo de capitalização em 2015.

Portanto, a minha primeira pergunta era se tem conhecimento para responder a perguntas sobre este espaço temporal.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ao espaço temporal de 2015?

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Ao período subsequente à privatização de 2015.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Com muita dificuldade.

Eu vi algumas coisas no decurso desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Não foi um tema sobre o qual eu me tenha debruçado, na altura; vi e procurei ver antes da vinda à CPI e à própria Comissão de Economia. Quis perceber qual era o tema e algumas coisas, mas, quer dizer, não conheço toda a documentação envolvida, conheço o suficiente para fazer as intervenções que fiz na Comissão de Economia sobre o tema.

Já agora, Sr. Presidente — só para que as pessoas aqui atrás não fiquem chateadas comigo, porque eu não me estava a queixar —, a verdade é que há muito movimento e não se ouve bem, mas a queixa que ouvi aqui de trás é que também não têm muitas condições para fazer a cobertura da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Risos.

Desculpe lá estar eu agora a transportar este queixume...

O Sr. **Presidente**: — Dr. Pedro Nuno Santos, eu só agradeço, e os próprios órgãos de comunicação social podem fazê-lo diretamente a mim.

Quais são as dificuldades? São dificuldades de audição, ou que outras dificuldades?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — De espaço, condições...

O Sr. **Presidente**: — Quanto ao espaço, não consigo «elastificar» a sala, garantidamente.

Risos.

Bom... Já vi que o Sr. Dr. Pedro Nunes Santos pontificou e, portanto, vamos dar continuidade à audição.

Sr. Deputado Hugo Carvalho, faça favor.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Essa sua resposta é para nós importante, porque o que nos interessa, nesta CPI, é ter mesmo a informação

objetiva e rigorosa. Portanto, é, para nós, muito importante poder quantificar o período temporal em que as respostas podem ser mais efetivas.

Eu colocaria uma questão, que é relevante, sobre a data ou o período temporal em que teve conhecimento da capitalização da TAP por parte da Atlantic Gateway, com os chamados fundos Airbus. Quando é que teve conhecimento deste mecanismo?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Verdadeiramente, de forma concreta e consistente, só com a auditoria. Tudo o resto eram coisas muito vagas e pouco consistentes, e dessas há milhares. Portanto, não foi um tema, foi como já disse.

Já ouvi dizer que os ex-governantes não sabiam e tinham de saber. Eu chego em 2019, quando o assunto está ultrapassado e estabilizado! Quer dizer, em 2019, não vou ver 2016 nem vou ver 2015, nem 2010, nem 2008... Só se houver algum facto que suscite que tenha de o fazer, como aconteceu ter tentado perceber como é que foi a privatização de 2015.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Referiu que teve conhecimento por uma auditoria. Isso é, para nós, relevante, porque ainda na semana passada tivemos uma audição em que o ex-Ministro Pires de Lima disse que não tinha conhecimento de nenhuma auditoria, que duvidava da sua existência, apelidando-a de «papel».

Portanto, como aqui nos interessam factos e o relatório produz-se com factos, questiono se existe, verdadeiramente, esta auditoria.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, o ex-Ministro Pires de Lima, de facto, não a conhece e, portanto, é aceitável e plausível que possa ter feito essa afirmação, mas também podia partir do pressuposto que o que nós estávamos a dizer era verdade.

Obviamente, há uma auditoria. Ouvi dizer que era «um papel de quatro folhas», alguém disse que era um papel de quatro folhas... Os seus Deputados têm a auditoria, não têm?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ainda não temos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — *Okay*. Pronto, não é um papel de quatro folhas, ou de quatro páginas... A auditoria existe, claro que existe! Existe uma auditoria feita por três empresas, uma sociedade de advogados portuguesa, uma sociedade de advogados inglesa e uma consultora especializada no setor da aviação.

Portanto, a auditoria existe e nós não ganhámos nada em estar a contrariar. Olhe, eu desejava... Não sei se é possível a TAP torná-la pública, ou não, se terá de pedir autorização a alguém. Imagino que se ainda não receberam é porque estejam à espera da autorização do Ministério Público — imagino, não faço ideia.

Mas, como já disse anteriormente, até para algumas pessoas se poderem defender publicamente... Obviamente, se há uma investigação, vão ter sempre essa oportunidade, mas, do ponto de vista político, julgo que também é importante e, por isso, admito que um ex-ministro diga: «olhe, se existe não sei, porque nunca a vi e só posso falar daquilo que sei». Isto é, tentando pôr-me nos sapatos do ex-Ministro Pires de Lima, compreendo a resposta.

Agora, dando resposta à sua pergunta factual, sobre se existia ou não existia: existe!

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Retomando as perguntas sobre esse tema, porque é importante para nós, para esse mesmo esclarecimento, pergunto: de quem é que partiu a iniciativa de fazer essa mesma auditoria?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Da TAP.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Também é relevante para nós.

Já agora, quem é que lhe deu conhecimento dessa mesma auditoria?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Julgo que, na primeira vez que me falaram disso, foi o CFO (*chief financial officer*).

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Já sabemos das ações que tomou de seguida, do envio para o órgão competente para avaliar verdadeiramente aquilo que interessava.

Pergunto apenas — e isto já foi aqui respondido — se, desde essa data, teve algum conhecimento do desenvolvimento do processo, se foi chamado para algum pedido de esclarecimento adicional, se sabe qual o ponto de situação em que este caso está.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não sei, não tenho nenhuma informação sobre isso.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Foi também referido na audição, da semana passada, do Dr. Pires de Lima que, no processo de privatização de 2015, o Estado não ficou vinculado a nenhum risco futuro.

Do conhecimento que tem deste processo, até porque já fez declarações sobre esse tema na Comissão de Economia, entende que estas afirmações correspondem à verdade?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sobre esse tema, queria dizer o seguinte: ouvi a audição... As comissões parlamentares de inquérito têm

sempre situações mais ou menos desconfortáveis. Não conheço o ex-Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações, mas conheço o ex-Ministro da Economia e, embora estejamos nos antípodas político-ideológicos, é alguém por quem tenho muito respeito e consideração, pessoal e profissional. Por isso, foi ainda mais difícil para mim a intervenção que fiz na Comissão de Economia, porque é alguém que respeito e conheço. Mas, pronto, a política é mesmo assim e, se vou a uma Comissão de Economia, digo aquilo que acho e faço a avaliação.

Portanto, agora, pelo menos, para não parecer que é só opinião, ou meias-verdades, ou ignorância, ou seja, lá o que for, vou restringir-me ao documento de que o ex-Ministro Pires de Lima disse que gostava muito, que era o relatório do Tribunal de Contas — ele usou essa expressão «é um relatório que eu gosto muito» — e eu vou só usar esse relatório.

O ponto 66 do relatório diz que: «A PARPÚBLICA enviou em 12 de novembro de 2015, a cada instituição financeira, uma carta de conforto pela qual se responsabilizava, no quadro da reaqusição da empresa ao abrigo do direito potestativo que lhe assistia, pelo incumprimento das obrigações de pagamento de algum contrato de financiamento por parte das mutuárias e/ou compradora». Dito assim, não fica nada.

Só que o relatório do Tribunal de Contas tem excertos da carta de conforto — não vou dizer qual é o banco que está aqui, porque é irrelevante, uma vez que, diria, todos os bancos portugueses, sem exceção, provavelmente, receberam cartas de conforto — e eu acho que é mais claro na carta de conforto que foi enviada, e que diz assim: «Tendo em vista o referido interesse público, a PARPÚBLICA pela presente confirma que efetuará, mediante o exercício do direito potestativo previsto no Acordo (...) a compra da totalidade das ações da TAP SGPS, S.A. em caso de incumprimento definitivo, por parte da mutuária, de qualquer obrigação

pecuniária emergente do(s) contrato(s) financeiro(s) celebrados com (...)), e depois tem a instituição financeira.

Isto é público, não é? Aqui dá o exemplo da Caixa Geral de Depósitos.

Depois, no ponto 67, o Tribunal de Contas conclui — eu sei que os Srs. Deputados já leram isto várias vezes: «A assunção, pelo Estado, da responsabilidade pela dívida financeira da TAP SGPS, investe-o, objetivamente, numa posição materialmente similar à da qualidade de acionista único».

Portanto, o que eu disse, num registo diferente, é o que está aqui. E o que está aqui o que nos mostra é que, de facto, o Estado assumiu como responsabilidade que, se alguma obrigação com estas instituições financeiras não fosse cumprida, nós compraríamos a totalidade das ações da TAP SGPS.

Foi por isso que eu disse, num registo mais político, vá lá, que o Estado corria o risco de ficar com a totalidade das dívidas da TAP, não só as que estavam ao abrigo da carta de conforto, como — sendo a consequência era a aquisição da empresa — com as dívidas, entretanto, contraídas.

Eu li o tal relatório, mas o relatório não pode ser só usado para o que nos dá jeito, não é? Pronto! Portanto, se é bom para umas coisas, é bom para as outras.

Nas coisas boas sobre a privatização, eu também concedo. Agora, o que está aqui também é muito claro.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Foi também aqui dito que a resolução do Conselho de Ministros que acompanhava o processo de privatização da TAP, de 2015, referia que era acompanhado por duas avaliações objetivas que atribuíam um intervalo de valores negativos à TAP.

A minha pergunta, neste domínio, é a seguinte: é plausível, mensurável, que para um país o valor de uma companhia aérea seja apenas avaliado por fatores financeiros?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Para efeitos de negócio, propriamente dito, sim. Para efeitos de avaliação política, na minha opinião, não.

Bom, não sei nem interessa também agora estar aqui a especular, mas, sim, no quadro de um negócio, a avaliação é feita, julgo eu — não conheço a avaliação — foi feita nos termos corretos.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Nós também conhecemos!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Mas eu não conheço.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — A nossa questão de fundo é que foi sempre utilizada essa tabela de avaliação negativa para justificar uma venda de sucesso por 10 milhões de euros.

Avanço para um tema que foi muitas vezes aqui abordado ao longo desta CPI. Esta reta final, permite-nos fazer isso, contrapondo com intervenções anteriores. Foi aqui muitas vezes abordado um *e-mail* do Eng.º Fernando Pinto, de 4 de novembro de 2015, sobre a grave situação financeira da TAP.

A minha primeira pergunta é se, alguma vez, viu essa carta de Fernando Pinto, do dia 4 de novembro, que muitas vezes serviu de argumentário nesta CPI para a urgência do processo de privatização. Tem conhecimento dessa carta?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não tenho.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Na CPI, tivemos dela conhecimento na semana passada.

Assim, pedindo ao Sr. Presidente a mesma tolerância e boa prática que têm sido feitas nesta Comissão, gostaria de ler o primeiro parágrafo.

O Sr. **Presidente**: — Vamos suspender a contagem do tempo, Sr. Deputado, para ler esse parágrafo.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Diz a carta: «Vimos por este *e-mail* (...)» — «vimos», a TAP, entenda-se — «(...) confirmar uma série de dificuldades de tesouraria que a TAP tem vindo a sofrer nos últimos dois anos, fruto de diversos motivos, dos quais se destacam os anúncios de privatização que deram origem à impossibilidade de acesso ao mercado bancário e a conflitos laborais que afetaram a operação da empresa».

Também sabemos que o relatório do Tribunal de Contas refere que, entre a primeira tentativa falhada de privatização entre 2012 e a privatização de 2015, os capitais próprios da TAP degradaram-se cerca de 40 %.

Portanto, a minha pergunta é: entende que houve uma estratégia de descapitalizar a TAP para justificar a sua venda?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Diria, com certeza, que não houve uma estratégia para descapitalizar a TAP. Mas a carta que lê é ilustrativa de que há consequências da ação política que contribuíram para essa degradação.

Agora, uma estratégia deliberada, não acredito nisso.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Faço a pergunta noutra sentido, apelando ao seu sentido crítico enquanto participante na vida política de muitos anos, como aqui referiu.

Tem conhecimento de alguma medida, nesse período, que vá no sentido contrário, de valorizar a TAP?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Isso não! Já disse que achava justificar-se a intervenção, porque a empresa estava numa situação limite, como estava em 2020, mas achava que não se devia ter deixado a TAP chegar a essa situação limite, mas deixou-se!

Eu julgo que a razão de fundo é porque uma intervenção na TAP teria, aliás, como se vê agora, custos políticos, portanto é uma opção política. Acho que foi dito que foi opção não fazer a reestruturação da empresa.

Já várias vezes ouvi dizer, aqui ou noutros sítios, que o Estado estava impedido de injetar dinheiro na empresa. Sem passar pela Comissão Europeia, estava. Mas não estava, se houvesse possibilidade de, ao abrigo do *rescue and restructuring*, ser feita uma intervenção e uma reestruturação que implicasse também uma capitalização da empresa.

Essa não foi a opção política do Governo. O Governo PSD/CDS tinha como objetivo vender a empresa. Tentaram em 2012, não conseguiram. Conseguiram em 2015, nas condições e no tempo que é conhecido, que uns acham normal e que outros — na minha opinião, corretamente — acham anormal.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Passaria para um segundo tema, para o plano de reestruturação, este, sim, onde terá bastante mais a acrescentar.

Avanço a pergunta sobre o caminho que foi feito com o acionista privado, no sentido de que acho que isso está ultrapassado e sabemos que foi feita essa tentativa de capitalização conjunta com o acionista privado.

A minha pergunta é simples: foi muitas vezes referido que a alternativa ao plano de reestruturação era a liquidação da TAP. Qual era esse custo para o País?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Segundo a McKinsey, que fez um

estudo para a TAP, calculava em 10 000 milhões de euros o custo para o País, até 2030. Eu, sinceramente... É um trabalho que é feito com as técnicas que são normalmente usadas para aferir, com margens de erro que são sempre muito grandes neste tipo de estudos.

Sobre isso, queria dizer-vos o que acho que o País perderia, e nem sempre se conseguem facilmente colocar números.

Já o disse algumas vezes, mas acho importante — desculpe-me, aproveitar esta oportunidade, eu que não tenho tempo, que é uma das poucas vantagens que nós temos aqui — Portugal, já o disse uma vez e volto a dizer, é, no quadro europeu, um País periférico e isso tem custos. Podemos ter as políticas certas — com diferenças ideológicas de parte a parte quanto ao que é que são essas políticas certas — mas, objetivamente, o nosso posicionamento geográfico no quadro europeu é uma desvantagem e é uma desvantagem com relevância.

Já disse mais do que uma vez que não é a mesma coisa ter uma pequena ou média empresa no centro, onde estão a esmagadora maioria dos consumidores e dos consumidores mais abastados, ou ter aqui. Não é a mesma coisa ter uma empresa perto dos mercados consumidores ou perto do local onde estão as matérias-primas.

Isto é, a condição periférica de Portugal é uma desvantagem, que nós contrariámos, havendo muitas formas de combater essa periferia e de tentar contrariá-la. E foi assim durante toda a nossa história, ou seja, nós tentámos encontrar centralidade noutros espaços do globo.

Esta discussão é muito importante porque a aviação, além de acrescentar aquilo que eu já tinha dito, que é que a Portugal só se chega de avião... — nós não somos uma ilha, não somos um arquipélago, mas a verdade é que é mais vantajoso para qualquer turista que, mais uma vez, não viva em Madrid, voar para Portugal. Mas, além disso, a questão em que tenho tentado insistir, que não é mensurável, mas que é de uma importância

tremenda para o nosso País, é o facto de a aviação e do *hub* dar a centralidade que Portugal não tem no quadro europeu. É isso que o *hub* e a TAP proporcionam e que, infelizmente, a limitação na capacidade aeroportuária da região de Lisboa limita profundamente.

Nós — eu digo «nós», enquanto ela for nossa, nossa de todos nós —, a TAP é a primeira companhia aérea europeia a ligar toda a Europa à maior economia da América do Sul — e talvez central, também.

Mas, dizia, é a primeira companhia aérea a ligar a Europa (não é Portugal) a vários países da costa ocidental africana. E Portugal é um País que, também pela sua localização geográfica, pode explorar a sua ligação aos Estados Unidos da América, como tem explorado de forma crescente.

E quanto a este aspeto — já o fiz uma vez e faço outra vez sem qualquer problema, faço com gosto, porque é a verdade — saliento o contributo de David Neeleman para isto.

Ora, esta centralidade é uma riqueza tremenda para o País. Quantas vezes ouvimos que os nossos portos são portas de entrada e saída na Europa? O porto do Roterdão também é uma porta de entrada e saída na Europa. E aí temos desvantagens porque a mercadoria, depois, tem de fazer todo o percurso terrestre até ao centro da Europa. Mas, do ponto de vista da aviação, aí é onde eu não tenho a menor dúvida de que um *hub* desenvolvido é um ativo de maior importância para o País.

Perdoem-me só estender um bocadinho, porque há momentos em que temos de partilhar as reflexões, porque elas são, de facto, mesmo importantes. Os turistas cuja duração de estadia em Portugal mais tem crescido, portanto o tempo de permanência em Portugal, é o dos turistas brasileiros e americanos. Os turistas que mais gastam em Portugal são os turistas brasileiros e americanos. Estes turistas só chegam a Portugal, na sua esmagadora maioria — não é na totalidade —, pela TAP.

Por isso, isto mostra-nos bem... E é difícil conseguirmos colocar um preço e um valor nisto, porque isto dá centralidade a Portugal.

Um dos nossos maiores argumentos na defesa das negociações com Bruxelas era isto, porque nós sabíamos que tínhamos ali um ponto a favor. A TAP não era só uma companhia aérea que servia a Portugal, a TAP era uma companhia aérea que servia a Europa.

Essa era uma grande vantagem, bom, que, infelizmente, está profundamente limitada: como sabem, Madrid e a Iberia — e Barajas é o *hub* da Iberia — tem quatro pistas. E isso limita a capacidade que Portugal tem de potenciar esta centralidade no Atlântico, que não é nenhuma novidade, porque foi mesmo no Atlântico que nós nos fizemos.

Na aviação, nós também podemos, aos dias de hoje, aproveitar esta grande vantagem competitiva, e a TAP é central nisso. Sem a TAP e o *hub*, nós não conseguíamos aproveitar esta centralidade.

Portanto, queria dizer-lhe que, do ponto de vista quantificável, nós temos esse estudo da McKinsey. Mas há esta dimensão que não é facilmente mensurável, e, depois, também conhecem a importância que tem para as exportações, e para as exportações líquidas, e a importância que tem para outras empresas, para centenas largas de empresas portuguesas.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Aproveitando as considerações que foram feitas, eu avançaria para outro tipo de pergunta.

Muitas vezes é feita uma narrativa, no meu entender, demasiado simplista, de que, na inexistência da TAP, o mercado ocupar-se-ia dessas vagas. Ainda que isso possa ser verdade, ainda que não o imediato, nas ligações ponto a ponto, gostaria de conhecer a sua opinião relativamente às ligações intercontinentais da TAP.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Espero que não tenhamos de correr esse risco para comprovar, mas eu não tenho muitas dúvidas de que a TAP não seria substituída, enquanto transportadora intercontinental.

O investimento numa companhia a ocupar e a explorar um *hub* não é uma decisão simples, e, quando nós temos um *hub* que, ainda para mais, tem uma companhia aérea que liga à maioria dos países da América do Sul e da América Central, que é a Iberia, não era impossível substituírem a TAP na ligação ao Brasil.

Por isso é que eu digo várias vezes que a TAP seria ser substituída, não em Portugal, mas reforçando a operação, desde logo, da Iberia — não só, mas, desde logo, da Iberia. Portanto, não tenho muitas dúvidas de que, se a TAP fechasse, nós perderíamos essas ligações.

Mesmo no ponto a ponto, obviamente que muitas dessas ligações poderiam ser substituídas, mas há um conjunto de ligações... Porque, às vezes, diziam-me: «Ah, há ligações que são feitas a partir de Lisboa que são deficitárias, ou que não são altamente rentáveis, mas que existem.»

Há ligações que são feitas a partir de Lisboa para vários destinos europeus que só existem porque são parte de uma ligação que é feita a partir do Brasil e que, obviamente, depois tem de ter ligação para a Europa.

Isto é, nós fazemos 8000 km — imagino, não sei se estou a dizer bem — de São Paulo para Lisboa, ligação do Rio de Janeiro para Lisboa, de Washington para Lisboa, de Luanda para Lisboa, e depois os passageiros distribuem-se e viabilizam outras ligações à Europa, a outros países da Europa.

Por isso, a *hub and spoke* não seria substituída, essa função de distribuição de voos não seria substituída, na minha opinião, mas muitas das ligações ponto a ponto poderiam perder-se, sendo que também é verdade que sabemos que há uma procura que não está, neste momento, satisfeita e que poderia escalar.

Mas não tenhamos dúvidas: as ligações ao Brasil e aos Estados Unidos, e mesmo à África, ficariam fortemente abaladas e prejudicadas. E isso, de facto, é o que faz a grandeza e a viabilização do *hub*. É por isso que não tenho a menor dúvida do falhanço que seria para o País nós perdermos a TAP.

A ideia de substituição rápida é uma ideia teórica, que alguns adotaram como programa político, mas que não é confirmada pela realidade desde que existe economia de mercado e sistema capitalista. Não é assim que funciona a economia. As coisas não se ajustam dessa maneira, por variadas razões, mas não é esse o debate que interessa fazer agora aqui.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Esta intervenção vai no seguimento até daquelas que foram as declarações do Dr. Miguel Frasquilho na CPI, onde deixou claras reservas quanto a essas ligações poderem ser feitas através de Lisboa, mas mais facilmente a partir de Madrid ou Londres, o que seria uma dificuldade acrescida.

Eu avançaria para umas últimas perguntas, ainda sobre o plano de reestruturação.

A principal preocupação no desenho do plano de reestruturação foi mesmo ter uma TAP viável, independentemente de ela ser pública ou privada?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Também já o disse várias vezes: o objetivo da intervenção não era que a empresa fosse pública, 100 % pública. Esse não foi o motivo da intervenção; o motivo da intervenção foi salvar a TAP. E é por isso que o discurso que nos é apresentado, de haver uma espécie de hesitação, de divergência ou mudança de opinião... Nós, em 2020, não intervencionámos a TAP para que ela fosse 100 % pública; nós intervencionámos a TAP porque não queríamos que ela fechasse e é por isso

que, desde o início, foi dito que achávamos que a TAP devia abrir o capital e devia, de alguma forma, estar integrada num grande grupo da aviação.

Isto porque achávamos que isso permitiria à TAP ter sinergias que não tem estando a operar sozinha, mesmo fazendo parte de alianças. Uma coisa é estar integrada num grupo da aviação, outra coisa é integrar uma aliança.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — O equilíbrio que foi feito entre manter a operação, os cortes salariais, que agora estão a ser repostos, e o contratar na TAP, que está a ser repostos, podem ser entendidos, hoje, como um sinal de sucesso na implementação do plano de reestruturação?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — É um sinal claro de recuperação, mais rápida do que o esperado, da TAP e, portanto, de sucesso da implementação do plano de reestruturação, sim. Parece-me correto.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Uma última pergunta ainda sobre este tema.

Foi membro, desde o primeiro dia, deste Governo, que tomou opções diferentes na TAP, até à altura da saída. Em algum momento foi assumido que esse Governo pretendia uma TAP 100 % pública?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Nunca.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Passaria para um outro tema: a saída de Alexandra Reis.

A minha primeira pergunta é sobre o seguinte: recebeu, como já aqui foi referido, um *e-mail* da Dr.^a Alexandra Reis, a 29 de dezembro, depois da reconfiguração da estrutura acionista, onde ela colocava, evidentemente, o seu lugar à disposição.

De que forma é que foi interpretado esse *e-mail*?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Foi interpretado como cordialidade de alguém que o acionista indicou para a TAP, SGPS, não para a TAP, S.A., mas não mais do que isso, porque, obviamente, no mesmo *e-mail* a Eng.^a Alexandra Reis deixa claro que quer continuar na TAP. Portanto, era um assunto que para nós estava resolvido.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — O facto de não ter existido uma resposta formal também se prende devidamente com isto, por se entender que aquele *e-mail*, no fundo, é também uma espécie de *e-mail* de cortesia, face a uma alteração acionista. Podemos depreender essa afirmação?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim! Não, claro, para nós foi assim que foi interpretado.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Foi aqui também referido que, numa reunião com a ex-CEO da TAP, lhe foi transmitida a indicação de que pretendia proceder a alterações no Conselho de Administração.

Já aqui falou sobre o que entende que deve ser a autonomia que é dada a alguém que se contrata para desenvolver um programa muito exigente de reestruturação num momento difícil da empresa, mas foi-lhe dada alguma justificação objetiva de incompatibilidade com Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não consigo estar a reproduzir a conversa que tive a 4 de janeiro de 2022, mas a impressão com que fiquei até hoje foi de que havia não só uma vontade de visitar a Comissão Executiva, de ter uma ideia diferente para a mesma, mas que havia também um mal-estar.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Para o acionista, neste caso, aquilo que era fundamental era que a TAP tivesse as condições para executar a sua missão e não perceber qual é que era a insanabilidade desse mesmo conflito. Correto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O que eu soube e percebi na reunião para mim era suficiente.

Eu queria que a CEO que nós tínhamos contratado para liderar a Comissão Executiva e liderar a implementação do plano de reestruturação sentisse que se revia na totalidade dos membros da Comissão Executiva. Isso para nós era claro, para mim era claro.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Podemos assim resumir os seus momentos de participação neste processo: há este primeiro contacto, onde formalmente é dado o aval a que haja esta negociação de saída, e depois tem conhecimento, em dois momentos, de aspetos ligados a essa negociação, o dia 1 e o dia 2, dois dias antes da concretização desse acordo.

Em algum desses momentos recebeu, o Dr. Pedro Nuno Santos ou alguém do seu gabinete, mais informação do que os valores da operação em causa?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Que eu saiba, não. Eu não e, que eu saiba, os outros membros também não.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — O acordo de cessação de relações contratuais, o clausulado do justificativo jurídico do contrato, nunca foi recebido por si?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Uma nova questão: consegue perceber por que motivo o Presidente do Conselho de Administração nunca foi envolvido neste processo?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não consigo dar resposta a isso.

Ele foi envolvido no fim, a partir de uma determinada data — envolvido, ou informado, mas aí eu sei o mesmo que os Srs. Deputados, não sei mais.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Ainda sobre Alexandra Reis, mas numa vertente mais próxima da entrada na NAV, sabe qual é o principal motivo pelo qual este lugar estava vago desde 31 de agosto de 2021? Isto é importante para nós, porque, muitas vezes, parece que existe uma causa-efeito entre a entrada na NAV e o lugar livre.

Porque o meu tempo está a terminar, Sr. Presidente, deixaria duas perguntas seguidas: alguma vez foi questionada ou posta em causa a competência de Alexandra Reis para a função da NAV? Recordar-se de ter visto o parecer da CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) sobre a sua indicação?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Há aí várias coisas, Sr. Deputado.

Estava vago desde agosto, não esteve à espera... Quer dizer, acho que, entretanto, a informação e o debate que aqui se teve deixam isso claro.

Não se tinha conseguido encontrar ninguém que preenchesse os requisitos necessários para a NAV, aliás, como ainda hoje, e a Eng.^a Alexandra Reis tinha os requisitos todos necessários para a função. Obviamente, passou o crivo da CReSAP; se não passasse, não podia.

Mas, mais ainda do que isso, do que esse momento, que é relevante, do ponto de vista formal e legal, era alguém que nós sabíamos que era competente, trabalhadora, conhecia a aviação civil, e julgo que havia também a questão de género, que tem de ser, do ponto de vista legal, cumprida.

Portanto, a Eng.^a Alexandra Reis permitia cumprir todas as caixas, que a habilitavam a ir para a função. E, daquilo que sei, em pouco tempo, fez transformações já relevantes na NAV, que, aliás, confirmam a escolha certa que foi feita.

A ligação não é correta... Se os Srs. Deputados me dissessem: «Então, a Eng.^a Alexandra Reis sai assim e não recebe nada?» Claro que a NAV foi para garantir isso.

Quer dizer, os Srs. Deputados dizem que a Eng.^a Alexandra Reis recebe uma indemnização milionária e um emprego. Eu acho que, entretanto, foi ficando clara a falta de relação entre as duas situações. A situação foi concluída e havia uma empresa que tinha uma falha e acho que o Secretário de Estado teve uma excelente ideia e ainda bem que a Eng.^a Alexandra Reis aceitou e ainda mal que saiu.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Pedro Nuno Santos.

Srs. Deputados, vamos em mais de 4 horas de audição, pelo que vamos fazer agora um intervalo de 10 minutos como, aliás, temos feito convencionalmente antes das duas últimas intervenções da primeira ronda.

Eram 18 horas e 6 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos reiniciar a nossa reunião.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Dr. Pedro Nuno Santos, do que já ouvimos, estamos convictos de que o seu contributo é extremamente importante nesta fase da Comissão.

Volto a um assunto que tem a ver com um *e-mail* da Eng.^a Alexandra Reis, no final de dezembro, a manifestar a sua disponibilidade, fruto da reorganização societária, para não continuar no cargo da administradora, e com a reunião de 4 de janeiro com a Sr.^a Presidente Executiva, onde ela manifesta o interesse em não continuar a contar com a Eng.^a Alexandra Reis.

Gostava que nos voltasse a explicar porque não entendeu a disponibilidade de fim de dezembro como uma oportunidade para esta reconfiguração.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — A questão da reconfiguração é colocada posteriormente. Mas não percebi a pergunta, peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Paramos a contabilização do tempo para poder explicitar melhor, Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Talvez não me tenha explicado bem.

Entre o *e-mail* que recebe da Eng.^a Alexandra Reis a manifestar a disponibilidade para não continuar, fruto da reorganização, e, cerca de uma semana depois, a reunião com a Sr.^a Presidente Executiva, onde ela lhe comunica que não conta com a Eng.^a Alexandra Reis, pergunto: porque é que não aproveitou, no bom sentido, é evidente, esta disponibilidade manifestada antes para que a Eng.^a Alexandra Reis saísse da função de administradora?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Peço desculpa, Sr. Deputado, vai ter mesmo de repetir.

O Sr. **Presidente**: — Mantemos o tempo parado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, a Eng.^a Alexandra Reis, no final de dezembro, enviou um *e-mail*...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Certo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... a dizer que, fruto da reconfiguração acionista, e dado, obviamente, a sua indicação anterior, estava na disponibilidade, se assim fosse entendido, de deixar ou de não continuar no cargo. Cerca de uma semana depois, há a reunião com a Sr.^a CEO da TAP, onde ela manifesta, digamos, a vontade de não continuar a contar com a Eng.^a Alexandra Reis.

A minha pergunta é: se havia essa disponibilidade mostrada pela Eng.^a Alexandra Reis no final de dezembro de sair pelo seu pé, digamos assim, porque é que não considerou essa possibilidade?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Antes do dia 4, não tinha nenhuma razão para concordar com a sua saída. Enquanto acionista, enquanto tutela setorial, não tinha nenhum problema, antes pelo contrário, com a Eng.^a Alexandra Reis.

No dia 4 é colocada uma questão diferente e, portanto, a Eng.^a Christine é que, no quadro daquilo que é solicitado, da concordância que é dada por mim, vai falar com a Eng.^a Alexandra Reis, dizendo que tem o suporte do acionista.

Já expliquei isso. Não ia aproveitar para apresentar razões que não correspondiam à verdade. Teria de apresentar razões que não correspondiam à verdade...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não considerou, enquanto acionista, falar a verdade e, porventura, chamar a Eng.^a Alexandra Reis e dizer exatamente isso? Ou seja, dizer: «Olhe, há aqui uma vontade de reconfiguração da equipa e, como mostrou disponibilidade em sair, fruto da alteração societária, não vê inconveniente em que saia e, de facto, não haja aqui nenhum problema ou litigância posterior?» Não considerou ser esta uma possibilidade que poderia fazer, falando a verdade, evidentemente?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, Sr. Deputado, porque, a partir do momento em que a Eng.^a Christine coloca a questão e é dada autorização, a Eng.^a Christine vai falar com a Eng.^a Alexandra Reis e diz não só que quer reconfigurar a Comissão Executiva, como tem o suporte do acionista.

Acho que isso era suficiente e devia ser suficiente para a Eng.^a Alexandra Reis, pois tinha não só a opinião da CEO, como tinha o suporte do acionista.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, percebo a sua resposta, mas a função acionista é, por excelência, quem nomeia e quem retira dos órgãos sociais as pessoas.

Portanto, numa primeira fase, competia-lhe a si, enquanto acionista, poder ter a liberdade de ter esta conversa com a Eng.^a Alexandra Reis. Nunca considerou isso, ao invés de mandar um par da equipa do Conselho de Administração como a Presidente?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não mandatei ninguém. Dei autorização à Eng.^a Christine, à CEO, para iniciar o processo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bom, isso é uma questão de semântica.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não é.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Obviamente, ao dar autorização para a Presidente liderar o processo, está a dar o *okay*, está a mandatá-la para conduzir o processo, se é que estamos a falar português.

É evidente que a pergunta que lhe faço não é essa; essa já percebemos. A pergunta é: sendo isso, primariamente, no conceito da organização societária, uma responsabilidade do acionista, não considerou ter uma conversa de verdade, franca, não com subterfúgio, com a Eng.^a Alexandra Reis, e, porventura, nesta circunstância, aproveitar a sua saída a custo zero, sem a indemnização de que estamos aqui a falar? É essa a pergunta.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Aí é tirada uma conclusão que eu não tiro: a de que a saída era a custo zero se fosse eu a falar.

Hoje, pode dizer-se o que se quiser, mas a verdade é que, se havia disponibilidade para sair a custo zero, não é isso... Também disse há pouco que não é a diferença entre ser eu ou a CEO, dizendo que tem o suporte do acionista, que transforma um valor zero num valor de 1,5. É a minha opinião, Sr. Deputado. A CEO da TAP foi comunicar à Eng.^a Alexandra Reis a sua opinião, dizendo também que tinha o suporte do acionista.

Há pouco, sobre a questão do mandar, parecia que estava subjacente, e não estava, que tinha sido uma orientação minha e, sendo uma orientação minha, o tratamento poderia ser diferente. Foi uma aceitação da tutela setorial em relação a uma pretensão da CEO.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Uma vez que o motivo da saída é um desentendimento, um mal-estar, uma não sintonia entre as duas, naturalmente, se vai uma delas liderar o processo de saída, a probabilidade de não correr bem ou ser com maior litigância é maior. Portanto, achamos que, se o tivesse feito diretamente, talvez, e enquanto competência de acionista, o processo não tivesse tido o desfecho que teve.

Queria agora falar-lhe dos 55 milhões com que o Sr. Neeleman sai da TAP e pedia-lhe que nos explicasse em detalhe, por favor, como é que o valor é encontrado e a razão de ser substantiva para ele ter direito a sair com esses 55 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O entendimento da sociedade de advogados que assessorava o Estado era o de que havia o risco de, num contexto de saída e de litigância, pagar uma indemnização que era, no mínimo, o valor correspondente às prestações acessórias pelo seu valor nominal. Esta era a interpretação que, obviamente, faziam do acordo parassocial.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Acordo parassocial esse de 2016-2017 no processo de recompra. Certo?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Certo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Como sabe, na privatização de 2015 liderada pelo Governo PSD/CDS, os valores de prestações acessórias não eram passíveis de saírem da TAP em circunstância alguma.

A pergunta que lhe faço é: esses 55 milhões são deduzidos aos 224 milhões de prestações acessórias?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Neste caso, não. Não saíram da TAP. Foi o Estado português que comprou a participação de David Neeleman, os direitos económicos de David Neeleman, ou seja, as prestações acessórias. O Estado português comprou, não foi a TAP, e, portanto, não há saída nenhuma.

Agora, não sei se dá é para continuar a dizer que as prestações acessórias ficariam lá por 30 anos, desde logo porque, se David Neeleman pudesse sair da empresa e vendê-la, as prestações acessórias poderiam sair da TAP, mas as prestações acessórias acrescentam valor à TAP quando ela é vendida.

Não saíram como não saíram, estamos de acordo, nos 55 milhões de euros. É isso mesmo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Então, vou, talvez, clarificar um pouco melhor: não saíram das prestações acessórias porque se mantiveram na TAP, mas o Estado, todos os portugueses, tiveram de dar 55 milhões de euros para o Sr. David Neeleman sair.

A pergunta que lhe faço é: no acordo parassocial que existia e feito na privatização pelo Governo PSD/CDS, isso não seria possível. Digo «possível» no sentido de não ser necessário, melhor dito.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O Sr. Deputado está a perguntar?

Essa é uma afirmação que o Sr. Deputado está a fazer. Eu não conheço esse acordo de venda. O ex-Secretário de Estado das Infraestruturas e dos Transportes disse aqui que só tinha de pagar 10 milhões de euros — foi o que eu ouvi aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito —, mas eu não conheço nenhum documento que suporte isso.

Portanto, não sei quanto é que teria de ser pago se não houvesse a reconfiguração. Sei é que a reconfiguração foi feita porque os senhores, num tempo que já não era devido, venderam a TAP. E o Estado português, o novo Governo português, legitimado com uma maioria parlamentar, teve de negociar a reconfiguração acionista perante um negócio consumado, um facto consumado, de uma empresa vendida, quando o Governo sabia que já não iria ser Governo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, resulta claro que não conhecia o acordo parassocial do processo de privatização de 2015 feito e liderado pelo Governo do PSD/CDS.

Isto é, se tivesse conhecido este acordo, veria que, nomeadamente, existem questões de natureza estratégica, que estão devidamente salvaguardadas neste acordo, entre as quais: que o *hub* teria de ficar em Lisboa por 30 anos; a preservação de ligações-chave por 10 anos; a manutenção da sede em Lisboa por 10 anos; e a capitalização de Neeleman, como eu disse há pouco, por 30 anos.

Portanto, como não conhece esse acordo, faço uma pergunta que é obviamente necessária: o que é que de relevante e estratégico em 2016 e 2017 foi feito, do ponto de vista da companhia, de diferente daquilo que consta dos compromissos estratégicos de 2015?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, peço imensas desculpas, pode parecer uma maldade, mas não é: pode repetir aquilo que acabou de dizer sobre a sede durante 10 anos? Sobre as prestações acessórias de 30 anos eu registei.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Preservar as ligações-chave por 10 anos e manter o *hub* em Lisboa por 30 anos. Mas, digamos, a minha pergunta percebeu que não é essa...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não, mas é que isso é importante, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Isso é muito importante, porque são dois mundos diferentes.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Totalmente diferentes.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — São dois mundos diferentes.

As prestações acessórias... Olhe, quanto mais olhamos para o negócio dos fundos Airbus, mais dúvidas ficam sobre as prestações acessórias ficarem ou não 30 anos na empresa e de quem seriam aqueles 224 milhões de euros.

O negócio foi em 2015, o que quer dizer que aquilo que acabou de ler garantia as coisas que acabou de ler, nomeadamente as ligações-chave, que não sei se estão clarificadas, por mais dois anos. O grande negócio que garantia e defendia Portugal e defendia o *hub*... Essa diferença entre ligações-chave e *hub* por 30 anos é muito interessante. O que é que são ligações-chave e o que é que isso significa sobre o *hub*?

Aquilo que nós sabemos daquilo que acabou de ler é que, daqui a dois anos, a empresa há de estar obrigada a manter a sede em Portugal. É aquilo que acabou de ler. Então, estamos a falar de dois mundos. Obviamente que o Estado português estar na empresa dá um conjunto de garantias que não

têm comparação com a venda na totalidade da empresa a um privado. Na totalidade... Quer dizer, foi 61 % com a opção...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah...!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não, não é «ah»...! Foi 61 % de uma vez com a opção, que podia ser exercida por vontade de quem a tinha comprado até dois anos depois, que eram 100 %. Por isso é que eu digo que é a totalidade.

Isso desprotegia, obviamente, o Estado. Não é a mesma coisa o Estado estar dentro da empresa e ter uma voz dentro da empresa ou o Estado ter um documento assinado que diz «preservar as ligações-chave durante 10 anos e a sede 10 anos». Olhe, daqui a dois anos, daqui a três anos a sede já podia estar num outro sítio qualquer...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, eu percebi o que disse, mas a minha pergunta foi: o que era de diferente naquilo que fez em 2017 face a isso?

Porque tudo isso que eu lhe disse consta do acordo parassocial de 2017. Portanto, o que é diferente além disso? Essas garantias constam de 2017... Há de haver outras coisas diferentes para fazer esta garantia que acabou de nos dizer. Era essa a pergunta. O que era diferente?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu disse-lhe, mas, pronto, há um momento em que nós começamos a entender de forma diferente.

Ter a maioria, a metade, mas com voto de qualidade no Conselho de Administração, dava, obviamente, ao Estado português a possibilidade de travar um conjunto de alterações, que um papel — um papel não, peço desculpa —, que esse acordo não garantia ao fim de 10 anos.

O Estado estava dentro da empresa e tinha o controlo do Conselho de Administração. Não tinha o controlo, não tinha interferência, não tinha intervenção na gestão corrente da empresa... Baralho-me, porque tanto chega à frente e chega atrás que eu fico baralhado, peço desculpa, porque isso também me distrai.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, não, isso é complexo.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, é complexo esse movimento.

Mas isto não é nada complexo, porque, obviamente, o facto de o Estado estar no Conselho de Administração com metade do Conselho de Administração e voto de qualidade, dá uma segurança e uma capacidade ao Estado português de assegurar um conjunto de interesses que o acordo não garante, aliás, como acabou de ler — foi o Sr. Deputado que acabou de ler — que o máximo que estava garantido eram 10 anos para as ligações-chave e para a sede.

A presença no Conselho de Administração garante *ad eternum*, pelo menos enquanto o Estado tiver os 50 % do Conselho de Administração. A diferença é total, Sr. Deputado. Desculpe lá!...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, está a dizer que a diferença é, de facto, a mudança no Conselho de Administração. Percebemos, mas essa não foi a minha pergunta.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Então, qual foi?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — As dimensões estratégicas, as orientações, as opções, as grandes opções estratégicas da companhia, em 2017, em que é que se tornaram diferentes das de 2015? É essa a pergunta.

Já percebemos o Conselho de Administração, mas...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ainda bem, porque já é um passo.

Até podia haver, Sr. Deputado, em 2017, uma sintonia relativamente a alguns preceitos estratégicos, ou até à totalidade, em 2017. O que a presença no Conselho de Administração garantia era que, a qualquer momento, o Estado português pudesse ter uma intervenção sobre o caminho estratégico que a empresa estava a tomar. Aliás, nós sabemos que muito do que se faz na gestão corrente acaba por condicionar a implementação, a execução, o cumprimento da estratégia que está definida para a empresa, e ter uma presença forte no Conselho de Administração vai garantindo, não só que os objetivos estratégicos são cumpridos, como, se for interesse e vontade do Estado português, serem alterados.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Já percebemos que, de facto, não consegue identificar as alterações estratégicas em concreto, além da composição do Conselho de Administração.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não. Consigo, consigo!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu queria ver aqui um outro assunto consigo, que tem a ver com o seguinte: ouvimo-lo falar do sucesso, e iremos falar disso ao longo desta audição, provavelmente noutra ronda, na CP, onde, como sabe, desde 2016 não conseguiu sequer ver aprovados os relatórios e contas.

A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: não conseguiu que os contratos de gestão, peça fundamental para os membros da administração da TAP, fossem efetuados. Considera isso que é uma falha pessoal?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não. Os contratos de gestão não estavam aprovados, deviam estar, mas eu não posso ser responsável por tudo, nomeadamente por aquilo que não é da minha responsabilidade.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Paciência!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu assumo as minhas responsabilidades, e como sabem, assumo; não posso é assumir as dos outros.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Diga-me uma outra coisa que, de facto, parecendo complementar é importante para nós.

Quando vieram cá a Dr.^a Maria Araújo e, ontem, o Dr. Hugo Mendes, confirmámos que tiveram conversas consigo antes de virem à Comissão Parlamentar de Inquérito — e não é mal ter conversas consigo, são pessoas da mesma equipa — e o que eu queria era perguntar-lhe o seguinte: como é que considera isso antes de uma vinda à Comissão Parlamentar de Inquérito? É alguma concertação? É algum alinhamento? Qual é o seu entendimento? Acha que é perfeitamente normal?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — É alguém que vem à CPI, que está a recuperar muita informação e a relembrar-se de muita informação sobre muitos temas que vão sendo tratados aqui, e isso vai sendo feito com as pessoas com quem nós trabalhamos.

O Sr. Deputado ouviu aqui os ex-Membros do Governo PSD/CDS acompanhados dos ex-Chefes de Gabinete...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — «Claro», não é «claro», porque a sua pergunta parece supor que eu fiz alguma coisa de errado.

Portanto, na prática, repare, para irmos ao limite daquilo que o Sr. Deputado está a dizer — e, por isso, é que estas questões são importantes,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pois são! Pois são!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Porque, sinceramente, eu percebo o objetivo, mas não acho grande escolha... Mas cada um faz o que entende.

Eu sou ex-Ministro e tenho uma ex-Chefe de Gabinete....

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E bem.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O ex-Ministro Pires Lima é ex-Ministro e tinha um ex-Chefe de Gabinete.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E muito bem.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O Sr. Deputado está a interrogar-me sobre eu falar, olhar e visitar os temas com a minha ex-Chefe de Gabinete. Imagine, eu podia tê-la cá... Não podia? Não achava correto? Bom, não achava correto nem deixava de achar, porque ela tinha trabalhado comigo... Mas digo-lhe isto para levar ao limite... Quer dizer, o Sr. Deputado está a questionar-me sobre se eu acho normal falar com a minha ex-Chefe de Gabinete, mas não questionou os ex-Membros do Governo do PSD/CDS, achando ou não que era normal terem os ex-Chefes de Gabinete ao lado deles nas audições.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Sr. Doutor, eu penso que está a

esquecer-se de um detalhe que faz toda a diferença:...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Pois, imagino que sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... é que quando o Chefe de Gabinete esteve sentado ao lado do ex-Ministro depoente, não era nem nunca foi de depoente nesta Comissão, e essa é uma diferença brutal, como deve imaginar.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ó Sr. Deputado...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A sua ex-Chefe de Gabinete esteve sentada no seu lugar como depoente, o seu ex-Secretário de Estado esteve sentado nessa cadeira como depoente, enquanto as outras pessoas vieram acompanhar, eram da equipa — e nós percebemos —, para ajudar a esclarecer. Portanto, acho, não tem nada de especial, pois não eram depoentes.

A minha questão — e, repare, pode achar muito bem — é se há uma concertação prévia, uma vez que ambos confirmaram que estiveram a conversar na véspera de cá virem. É só essa a questão.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Por mim, pode continuar, e gastar todo o tempo com essa questão...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E a diferença é grande!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, eu sei o que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito — aliás, já fui membro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sei quais são os deveres e os direitos, sei qual é a

diferença entre uma Comissão Parlamentar de Inquérito e um tribunal, sei qual é a diferença entre um Deputado e um juiz, sei qual é a diferença entre um arguido, que tem medidas de coação que o impedem de falar com outros, e aquilo que é uma pessoa que é chamada a depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sim, sim, e...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — E, ou o Sr. Deputado evolui na sua posição e defende que as pessoas que vêm à Comissão Parlamentar de Inquérito não podem falar entre si, ou, então, esta questão, desculpe lá, na minha opinião, se me permitem ter opinião, diminui a própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu venho prestar declarações à Comissão Parlamentar de Inquérito e quero trocar opiniões com pessoas com quem trabalhei sobre o que é que foram aqueles anos para poder dar as respostas que os Srs. Deputados querem ouvir.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Nós compreendemos o seu entendimento.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Já é alguma coisa!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sobre o Dr. Frederico Pinheiro, de quem já falou hoje aqui, queria, por favor, que nos dissesse, se se recorda, se teve várias chamadas com ele na noite dos eventos tristes no Ministério das Infraestruturas.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Várias chamadas, não. Mas quando,

a determinada altura, já se falava do que é que tinha acontecido, já tarde, eu falei com ele e liguei-lhe a perguntar o que é que tinha acontecido. É verdade!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E quantas vezes, se, por acaso se lembrar...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Acho que foi só uma vez. Foi só uma vez.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Foi só uma vez!

O Sr. Doutor — já percebi que seguiu as audições — deve ter reparado que uma das coisas que incomodava o Sr. Ministro João Galamba era o facto de o Dr. Frederico Pinheiro tirar, estranhamente, fotocópias à noite.

A pergunta que lhe gostaria de fazer era se, porventura, essas fotocópias teriam sido destinadas a si.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, eu não sei para quem eram essas fotocópias.

A única coisa que ouvi sobre as fotocópias foi a interrogação do Sr. Ministro aqui, dizendo que não sabia para quem eram e gostava de saber, e do ex-adjunto a dizer que eram para o seu trabalho. Eu não posso dizer mais nada do que aquilo que ouvi, tal como o Sr. Deputado ouviu.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Naturalmente!

Sr. Doutor, a Dr.^a Eugénia Correia, quando aqui esteve, deu a entender que o seu Gabinete não tinha uma metodologia de organização da documentação, referindo que o plano estratégico da TAP estava só no PC portátil do assessor. Acha que isto é, de facto, assim?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não. Os Srs. Deputados tiveram a oportunidade de fazer audição à minha ex-Chefe de Gabinete e, portanto, perceberam que não, que nós tínhamos o nosso método de registo. Aliás, numa das entrevistas que o Dr. Frederico Pinheiro deu disse — e eu não sei quais são os documentos que foram classificados no computador dele —, do que ouvi e o que os senhores também hão de ter ouvido, que seis a sete desses documentos estavam no arquivo.

Sobre o plano de reestruturação estar só num computador, não foi no meu tempo; no meu tempo não estava só com o Frederico Pinheiro, como, aliás, os Srs. Deputados também já sabem, pois houve alguma confusão sobre isso.

No computador do Frederico Pinheiro, só no computador do Frederico Pinheiro, isso não foi no tempo em que eu fui Ministro.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. Doutor sabe, naturalmente, que já aqui foi também abordado o caso dos KPI (*Key Performance Indicator*), do cumprimento de objetivos da Sr.^a CEO.

Ontem houve aqui uma pergunta que não conseguimos esclarecer, que teve a ver com o facto do conteúdo de um *e-mail* da Sr.^a CEO para o ex-Secretário de Estado Hugo Mendes e para Miguel Cruz, onde é dito que o Sr. Doutor teria anuído com o cumprimento, digamos, dos objetivos, apesar de serem só seis meses, e que, portanto, por essa razão, não estava em perigo o bónus da Sr.^a Engenheira Christine Widener.

Ela escreveu um *e-mail*, se entender, eu posso...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu já ouvi, mas se quiser pode lê-lo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, se já ouviu,...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — É para lhe poupar tempo e fazer mais perguntas...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... porque assim poupamos tempo e aumentamos a eficácia.

Então, a pergunta que lhe faço é a seguinte: acha que, passados seis meses, pode reconhecer-se a *performance* da Sr.^a CEO?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, foi uma conversa informal com a Sr.^a CEO, da qual não se pode tirar nenhuma conclusão sobre a atribuição de bónus, como é evidente.

As coisas não se processam dessa forma, mas eu estava obviamente satisfeito com o trabalho da Comissão Executiva e da CEO naqueles seis meses e, naquele período, os objetivos do plano de reestruturação tinham sido cumpridos, sim, é verdade.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu vou, nesta ronda, porque o tempo urge, fazer-lhe uma última pergunta que tem a ver com as reuniões entre o Dr. Manuel Beja, o Presidente, o *chairman* do Conselho de Administração da TAP, em que ele referiu que, entre 28 de junho de 2021 e a demissão, esteve há alguns meses sem conseguir reunir consigo, particularmente no último trimestre de 2021 e cerca de quatro meses entre janeiro e maio de 2022.

A pergunta que eu lhe faço é: atendendo à importância da TAP, que já hoje aqui relatou, ao acompanhamento prioritário — aliás, ontem, o Sr. Secretário de Estado disse que a TAP roubava-lhe praticamente todo o tempo disponível, ou grande parte do tempo —, como é que interpreta que, sendo a principal, se assim se puder dizer, empresa do setor público empresarial, num

processo de reestruturação, com uma necessidade de acompanhamento diário, que o Sr. Doutor, enquanto Ministro, passe quatro e mais três meses com dificuldade de chegar à fala, de reunir com o *chairman*, naturalmente, para o acompanhamento, para se inteirar, para fazer aquilo que é uma obrigação prioritária? Como é que entende essa dificuldade? O que é que motiva isto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, os canais de ligação do Governo com os órgãos sociais da TAP estavam estabelecidos e definidos: o *chairman* tinha um interlocutor, que era o Sr. Secretário de Estado, que tinha as competências delegadas, com quem se podia ir relacionando e com quem podia ir reunindo, não tem de estar a reunir todos os meses com o Ministro.

Mas, obviamente, que eu compreendo a insatisfação do *chairman*. Nós, e também se retiram lições disso, vamos aprendendo...

O modelo que nós tínhamos, no quadro do Estado como acionista único, talvez não fizesse sentido. Aliás, a solução encontrada agora, em que o CEO acumula as funções de *chairman*, parece-me uma solução com sentido e correta, tendo em conta a situação concreta de Estado acionista único.

Por isso, não senti que no meu trabalho, naquilo que me cabia, fosse importante ter mais reuniões, mas o contacto do *chairman*, a qualquer momento, poderia ser feito com o Secretário de Estado, que era quem tinha as competências delegadas.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a inquirição do Deputado do PSD, passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o, a si e

a todos os membros da Comissão.

Dr. Pedro Nuno Santos, o Dr. Hugo Mendes, que esteve aí, nesse lugar, ontem, disse que no dia em que soube da indemnização a Alexandra Reis não conseguiu apurar a informação toda, porque perdeu o telemóvel. Perdeu-o; estava em Sines numa coisa qualquer, levantou-se, o telefone dobrou-se, caiu ao mar, depois foi parar não sei onde... Enfim, perdeu o telefone. E disse-nos que, por isso mesmo, não conseguiu ver as mensagens, logo, teve de esperar.

Não foi o seu caso, imagino, e, portanto, o seu telefone mantinha-se integralmente intacto, digamos assim?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E, assim sendo, não se preocupou, naquele dia em que saiu a notícia, em ir ver mensagens que tinha trocado sobre esse assunto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não me ocorreu, Sr. Deputado. Não me ocorreu, porque não vi necessidade disso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas que diabo, como é que não lhe ocorreu? Estamos a falar de meio milhão de euros pagos! O País em escândalo, entre o Natal e o Ano Novo; o País em escândalo, o senhor tem mensagens no telefone sobre isso e ficou a fazer o quê? A dormir em casa, sem fazer nada, e pensou: «Bom, isto há de resolver-se por si próprio»?!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não há de resolver-se por si próprio, não fiquei a dormir; tentámos perceber o que é que tinha acontecido, tentámos pedir à TAP que explicasse qual era o enquadramento jurídico

daquele acordo. Não, não estivemos parados!

A questão que o Sr. Deputado está a colocar é outra, diferente, que é: como é que tinha sido autorizado, ou se tinha passado por mim, ou não? Essa questão não se colocava naquele momento. Naquele momento, nós estávamos confrontados com uma indemnização que estava a ser um tema político e tentámos ir gerindo da melhor maneira, em quatro dias, até à nossa demissão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Posso ler uma notícia sobre o Dr. Pedro Nuno Santos?

«29 de dezembro de 2022» — 29! «Pedro Nuno Santos não sabia da indemnização quando nomeou Alexandra Reis para a NAV. Sabemos que antes da nomeação para a NAV, Alexandra Reis não informou o então ministro sobre o acordo para a saída da TAP, nem da indemnização que lhe foi paga».

Estavam a sair notícias destas todos os dias! O senhor tinha no seu telemóvel a resposta, que contradizia isto, em como sabia da indemnização, tanto que lhe deu o *okay*. O Secretário de Estado dá-lhe o valor e depois você diz *okay*, segundo aqui nos contou o Secretário de Estado. Então, não foi ver isso no telemóvel? Não foi confirmar que tinha isto? Demorou cinco dias a ir ao *WhatsApp* ver que tinha dado *okay* a uma indemnização?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não fui ao *WhatsApp*. E não foram cinco dias.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foram quatro?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não, na mensagem foi mais. No dia em que nós apresentámos a demissão eu tinha a explicação

estabilizada, daquilo que nós nos lembrávamos. Portanto, eu não senti necessidade, naquele momento, de procurar nada. Aliás, depois da minha demissão houve um período de descompressão, de luto, até, relativamente à decisão que nós tínhamos tomado. Portanto, eu não fui pegar em mais nada. Só mais tarde, quando se aproxima a necessidade de ter de prestar declarações à IGF, quis tentar perceber, exatamente, o que tinha acontecido naqueles dias. Foi aí que tentei perceber como é que tinha sido, ou não, informado — e percebi que não o tinha sido apenas verbalmente — sobre o encerramento do processo, porque não tinha estado no ministério naqueles dias e, portanto, tinha de ter havido outra forma qualquer. Então, fui procurar e encontrei a mensagem.

Não me passei a lembrar; encontrei foi as mensagens que explicavam como é que tinha sido o processo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. ex-Ministro, o que eu acho estranho é o Sr. Secretário de Estado ter ido logo à procura — mas não encontrou, porque não tinha o telemóvel; se calhar, tinha caído ao rio ou ao mar — e o Sr. Ministro não ter ido procurar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Deputado é que está a dizer que o Secretário de Estado foi logo à procura. O Secretário de Estado não foi logo à procura, ou melhor, eu não sei se o Secretário de Estado foi ou não logo à procura... Não foi, porque a ideia do Sr. Secretário de Estado, no dia em que nós estávamos reunidos para decidir o que fazíamos, era de que ele teria dado o *okay* — a ideia dele era esta — por telefone à Eng.^a Christine. Esta era a ideia que ele tinha naquela noite. Mas era suficiente para nós, aquilo que nós sabíamos, para apresentarmos a demissão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, nunca procurou no seu

registo de computador, de telemóvel, se tinha tido contactos sobre isto? Achou que não valia a pena. É isso?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não é «achou que não valia a pena». Eu não me lembrava de ter dado o *okay*, nem me lembrava do montante, o chefe de gabinete e o Secretário de Estado achavam que me tinham informado de que o processo tinha encerrado e nós não explorámos mais isso.

Portanto, o que nós tínhamos era que redigir um comunicado de demissão e torná-lo público. E demitimo-nos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Confesso que me faz...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim, Sr. Deputado, eu admito que lhe faça confusão. Eu já aqui disse que há verdades que são mais inverosímeis do que a mentira, mas as coisas são como são! E fui eu que tornei públicas a informação e a mensagem. Fui eu, não foi mais ninguém!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, se não a tivesse tornado, ela ir-se-ia tornar pública, porque era obrigatório nesta Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Como?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque a Comissão do Inquérito iria pedir as comunicações que houve sobre essa matéria, como fez noutros casos. A não ser que o Sr. Ministro ocultasse a verdade, cometendo um crime, que poderia ser até de desobediência. Mas isso ficará consigo, se assim entender...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não...

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que eu não consigo compreender é como é que sai uma notícia a dizer que você deu 500 000 euros a outra pessoa e você não vai ver a comunicação entre si e essa pessoa, ou, entre si e quem negociou com essa pessoa.

É que o outro — com o devido respeito —, o Sr. Secretário de Estado, disse que já não tinha meio de ver; você tinha, estava ali na sua casa, ao seu lado. Portanto, ficámos todos à espera não sei quantos dias, com algo que estava a dormir ao seu lado — desculpe lá a expressão — e ficámos todos: «ah, o que é que se passa? O que é que se passa?», quando era simples, estava no seu telefone. E onde é que estava?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — E então?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acha que isso é pouco?! Acha que isso não é relevante?!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ó Sr. Deputado, aquilo que era relevante era nós, com a informação que tínhamos, com aquilo de que nos lembrávamos, era tomarmos uma decisão. E uma decisão difícil, de demissão. Foi aquilo que nós fizemos. Quando identifiquei a mensagem, tornei pública essa informação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ainda não fez uma coisa nesta audição que eu acho que fazia sentido.

O Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, desculpe-me dizê-lo, veio aqui falar para o seu eleitorado, não veio aqui falar para uma Comissão de Inquérito. Mas

há uma coisa que ainda não fez aqui. Veio aqui, falou de Alexandra Reis, que só encontrou depois, e tal, o processo não correu bem... Não! Faz, ou não, um *mea culpa*, pede ou não desculpa por esta indemnização? Isso era importante. Assume, ou não, essa responsabilidade? Não acha que tem um pedido de desculpa a fazer aos portugueses por esta indemnização?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ó Sr. Deputado, isso é que é falar para o eleitorado. Peço desculpa, é a minha interpretação.

Risos.

O Sr. Deputado diz que eu estou aqui a falar para o eleitorado e a impressão com que eu fico, com todo respeito, é que estive a falar para o seu eleitorado, desde o início até agora.

Portanto, esse respeito tem dois sentidos e o Sr. Deputado faz as perguntas que entende, corretas e muito importantes, para apurar a verdade, e eu dou as respostas, com todo respeito pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, não falei para nenhum eleitorado. E o Sr. Deputado agora não está a apurar verdade nenhuma, também, com a pergunta que faz. Na minha opinião.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Faz *mea culpa*?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, eu fiz o meu trabalho sempre de boa-fé, as coisas não correram bem e eu assumi as responsabilidades demitindo-me. Essa é a punição máxima que aplicamos a nós próprios, quando entendemos que as coisas não correram bem e nós somos responsáveis.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso não é fugir?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não é fugir.

Sr. Deputado, não é fugir, é dizer-lhe como eu entendo que as coisas são. Eu não posso é dar as respostas que o Sr. Deputado gostava que eu desse. Isso é outra dimensão e teria de ser outra pessoa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu faço-lhe a pergunta de outra maneira: está arrependido de ter dado o *okay* a esta indemnização?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não posso falar nesses termos agora, porque quando eu dou *okay* a um valor eu estou a agir de boa-fé. Eu recebo uma mensagem de um Secretário de Estado que me pergunta e que me apresenta um determinado valor, dizendo, aliás, que não pode baixar mais, e eu respondo de boa-fé: «Então, fecha-se o processo.» *Okay*? E isso foi feito de boa-fé. Não posso estar ao dia de hoje...

Antes as coisas tivessem acontecido de outra forma, como é óbvio! Isso disse-o eu, desde o início desta audição, ou seja, que o processo correu objetivamente mal. Mas eu não posso estar a punir-me quando eu, na realidade, perante o contacto do Secretário de Estado, agi de boa-fé. Eu tinha tomado a decisão de aceitar que a Eng.^a Christine fizesse a substituição, foi feito um processo que chega a um valor que me dizem que não pode baixar mais e eu aceito que o processo se encerre.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não acha que foi negligente na forma como conduziu o processo, a partir do momento em que a notícia se tornou pública, por todos estes factos que eu acabei de lhe dizer e porque tinha a resposta no seu telefone?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não... Mas, Sr. Deputado: «tem a resposta no seu telefone»? O que é que isso quer dizer? O Sr. Deputado deve ter milhares de mensagens no seu telefone. Pronto, isso não...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas vou ver...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Está bem, e foi o que eu fiz, foi o que eu fiz no momento que senti necessidade de o fazer. Eu, naquele momento, tive quatro dias, entre a notícia e a minha demissão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Bom, já percebi que nesses dias não senti necessidade de ver a situação.

Há pouco, em resposta ao Deputado Pedro Filipe Soares, disse: «Bom, eu também não pergunto às pessoas se entregaram a declaração ao Tribunal Constitucional ou não» e, portanto, não tinha de lhe perguntar se devolveu a indemnização.

O Primeiro-Ministro tem uma interpretação sua, tanto que disse: «Costa não tem dúvidas: Alexandra Reis deveria ter devolvido a indemnização quando foi para a NAV» — para a NAV, nomeada por si.

A grande diferença do Tribunal Constitucional para a NAV é que foi você que lhe atribuiu a indemnização, portanto, você não é parte passiva nisto. Você sabia da indemnização, foi você que lha atribuiu!

Portanto, não lhe passou pela cabeça perguntar-lhe: «Por amor de Deus, será que devolveu aquilo que tinha de devolver?» Não estamos a falar de 500 euros; estamos a falar de meio milhão de euros, dos contribuintes!

Não lhe passou pela cabeça dizer assim: «Ó Dr.^a Alexandra, sabe que pode vir para a NAV»... É que estamos a falar de cinco meses, ou quatro. Não lhe passou pela cabeça dizer: «Olhe, tem de devolver o dinheiro que os

contribuintes lhe acabaram de pagar, de meio milhão de euros»? Nunca lhe passou pela cabeça a fazer isso?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, os gestores públicos têm as suas obrigações, eu parto do princípio de que elas são cumpridas. Eu, como Ministro, não tenho esse tema permanentemente na minha cabeça. Não tenho! Por falar em falar para o eleitorado...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas é que aqui a diferença é que foi você que atribuiu a indemnização.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não atribuí a indemnização...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi, foi!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não atribuí indemnização nenhuma. Aí também temos de ser rigorosos e o Sr. Deputado também, independentemente de falarmos, ou não, para o eleitorado. Numa Comissão Parlamentar de Inquérito temos mesmo de ser rigorosos.

Portanto, não atribuí nenhuma indemnização e não tenho na minha cabeça, permanentemente, essa... Olha, tenho de ligar à Eng.^a Alexandra Reis para perguntar se ela já devolveu.... Desculpe, mas não está no quadro das minhas funções e responsabilidades.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dr. Pedro Nuno Santos, vou ser sincero e vou dizer-lhe o que acho que aconteceu, e o Dr. Pedro Nuno Santos dir-me-á se tenho razão, ou não.

Sabe o que eu acho que aconteceu? Acho que aconteceu isto.

Sr. Presidente, permita-me, é um mero juízo de opinião, curto, mas é

a minha opinião.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, com certeza que sim.

Só lhe vou pedir uma coisa, é que trate o Dr. Pedro Nuno Santos por Dr. Pedro Nuno Santos e não por você.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, sim, é no decurso do discurso, peço-lhe desculpa e peço desculpa também ao Dr. Pedro Nuno Santos.

Dr. Pedro Nuno Santos, sabe o que eu acho que aconteceu? O Dr. Pedro Nuno Santos gostava da Alexandra Reis, profissionalmente — uma profissional boa, competente, já o disse aqui o Sr. Secretário de Estado, também. Mas também gostava da CEO da TAP e, portanto, nomeou a CEO da TAP. Só que também tinha nomeado Alexandra Reis e tinha um problema na mão, que era ter nomeado as duas e gostava das duas, profissionalmente falando.

Às tantas, começa o problema — as tais desavenças, desalinhamentos, confusão e tal — e como é que resolveu a coisa? Tirar a Alexandra Reis e prometer-lhe um lugar na NAV. Tanto que é impossível que ela tenha ido para a NAV quatro meses depois, sem que o Sr. Ministro — ou o Sr. ex-Ministro — tivesse a ideia de que ela iria lá parar. Só a tira da TAP quando já sabe que lhe vai dar um lugar na NAV — que, aliás, estava vago há vários meses.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Estava vago, e depois?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É isto que parece. E nesta Comissão de Inquérito ficava-lhe bem dizer se era isto ou não.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Por falar em «falar para o

eleitorado», Sr. Deputado...

Risos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu fiz-lhe uma pergunta!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, o Sr. Deputado não fez uma pergunta; fez mais do que isso, contou uma história!

O Sr. **André Ventura** (CH): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, agora sou eu.

O Sr. Deputado contou uma história, e depois pergunta: «Foi assim ou não foi, ó Sr. Doutor?» Não, não foi assim! Não foi assim! «As pessoas acham...» Não; o Sr. Deputado acha; o Sr. Deputado constrói uma história, conta uma história e depois pergunta-me se... Não, não foi assim! Não foi!

Eu não sei se o Sr. Deputado agiria dessa forma, achando que isso faz sentido, mas, para mim, não faz sentido. Os processos estavam separados... Aliás, a saída da Eng.^a Alexandra Reis não é decidida nem conduzida por mim; ou seja, o impulso para a saída da Eng.^a Alexandra Reis não é meu, nem essa questão foi, alguma vez, colocada.

Sr. Deputado, se houvesse necessidade de resolver alguma questão... A Eng.^a Alexandra Reis sai com uma indemnização altíssima: onde é que a questão da compensação, pela entrada da NAV, entra aqui? Qual é...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu não falei em compensação.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não falou de compensação?! Não

falou de compensação? É o que está implícito! Não, é óbvio, ela foi porque era boa profissional, sim, uma coisa não tem a ver com a outra, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, ela sai dali, vai para a NAV, da NAV acaba num Governo a que o senhor também pertence e tem a tutela daquela área...

Sr. Ministro, se não é isto, pelo menos é o que parece! Não sei se há verdades inverosímeis ou mentiras mal contadas, mas, neste caso, digo-lhe mesmo que é o que parece.

Ontem, o ex-Secretário de Estado Hugo Mendes disse sobre o comunicado da CMVM: «Foi-nos...», «foi-nos dado conhecimento». Pergunto-lhe se isto é verdade.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Antes disso, sobre o «é o que parece»; é o que parece ao Sr. Deputado, e é muito importante que isso fique claro, porque as coisas não são assim, não se passaram assim e nós não agimos dessa maneira.

A Eng.^a Alexandra Reis saiu da TAP e já estava fora da TAP... Essa questão nunca teve nenhuma ligação. Nós tínhamos um lugar vago na NAV, ela cumpria os requisitos necessários e ideais para integrar a NAV...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está bem, mas já estava vago há muito tempo!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Estava vago e, então? O que é que isso significa? Significa que, infelizmente, não tínhamos encontrado ninguém com os requisitos necessários para integrar a NAV. Uma coisa não tem que ver com a outra.

Sim, o comunicado foi-nos dado a conhecer, a todos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, quando o comunicado é feito à CMVM o Dr. Pedro Nuno Santos sabia que a TAP estava a mentir ao regulador.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não. Eu não consigo tirar essa conclusão. Eu não olho para o comunicado como uma mentira; eu olho para o comunicado como a transposição de um acordo e de uma solução jurídica que eu não conhecia e sobre a qual eu não tinha de me pronunciar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas o comunicado diz que a Eng.^a Alexandra Reis saiu para ir abraçar outros desafios profissionais e o senhor sabia que isso era mentira, tanto que soube das desavenças e disse há pouco aqui que tinha de manter a equipa coesa. Portanto, ela não saiu para ir abraçar outros desafios, ela saiu porque a CEO da TAP não a queria.

O Dr. Pedro Nuno Santos sabia que estavam a mentir ao regulador, aliás, a cometer um crime, não os ministros, mas a TAP — tanto que está sob investigação, também, mas isso é outra coisa. Mas o Sr. ex-Ministro sabia que isto era mentira.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Peço desculpa, eu não sabia que isso era mentira, porque eu não conhecia o acordo que as duas partes assinaram.

Eu não conhecia o acordo que as duas partes assinaram e o comunicado à CMVM é a transposição desse acordo, de um acordo que eu não conhecia e, portanto, não me cabia estar a fazer a análise daquele comunicado. Não fiz a análise daquele comunicado, não interferi naquele comunicado e, para mim, aquele comunicado era a tradução do acordo e da solução jurídica a que tinham chegado as duas partes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não sabia os termos do acordo, mas sabia que a Alexandra Reis não tinha sido despedida.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não conhecia o acordo entre as duas. Não sei, não sei!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não foi isso que lhe perguntei, perguntei-lhe se sabia que a Alexandra Reis não tinha sido despedida.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sabia que a Alexandra Reis tinha saído por acordo, mas não conhecia o acordo que as duas partes assinaram.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, eu solicito que peça ao Sr. Dr. Pedro Nuno Santos para responder a isto: sabia que a Alexandra Reis não tinha sido despedida?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu sabia que a Alexandra Reis não tinha sido despedida, na medida em que tinha saído com um acordo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora, faz algum racional para quem, seja jurista, ou para quem não seja, que alguém que não sai por ser despedida leve meio milhão para casa?!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, se tem algum racional? Nós hoje sabemos que no quadro de uma empresa pública, segundo a IGF, isso não é possível, mas o Sr. Deputado também sabe — espero eu! — que isso é possível no quadro do Código das Sociedades Comerciais.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, Sr. ex-Ministro, este comunicado mostra a realidade de que Alexandra Reis renunciou, porque ia abraçar outros desafios profissionais e tanto é assim que depois foi corrigido. E o senhor sabia, por isso é que depois o comunicado foi corrigido e foi dada outra informação ao regulador financeiro.

Portanto, no momento em que o recebeu, o Dr. Pedro Nuno Santos e o Sr. Secretário de Estado sabiam que estavam a dar uma informação que não era verdadeira, pelo menos, na sua totalidade.

Ontem, o Secretário de Estado chamou-lhe «uma forma não-convencional». Desculpe, é uma mentira, não é uma forma não-convencional! É uma mentira que foi dada ao regulador, e os senhores sabiam.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu peço desculpa, o Sr. Deputado diz que é uma mentira, mas eu não olhei para o comunicado como sendo uma mentira e, na realidade, a correção que é feita *a posteriori* pela TAP não abandona a informação da renúncia. O que a correção da TAP faz é dizer que a renúncia é antecedida de um acordo.

Portanto, a TAP, na explicação que dá, isto é, na correção que a TAP faz, não deixa de dizer que houve uma renúncia. E o Sr. Deputado sabe que, ao abrigo do Código das Sociedades Comerciais, podem chegar a acordo e, depois, na sequência do acordo, serem assinadas cartas de renúncia.

Portanto, eu não olhei para o comunicado como sendo uma mentira; eu olhei para o comunicado como sendo a tradução de um acordo e de uma solução jurídica a que tinham chegado e, se há aqui, de facto, um problema, o problema está a montante, na solução jurídica que a TAP seguiu e que, segundo a IGF, não poderia seguir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas que os senhores sabiam que não

correspondia faticamente à realidade.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, desculpe, nós aí estamos em desacordo. Estamos em desacordo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não sei como é que se pode estar em desacordo, honestamente. Com uma indemnização deste valor e a dar informação ao regulador financeiro de que, aparentemente, tinha sido afastada — porque para receber uma indemnização daquele valor só poderia ter sido afastada —, mas, na verdade, foi uma renúncia dela própria.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Isso não é verdade. Dizer: «aquele valor, só se for afastada...», isso não é verdade. E quando o Sr. Deputado...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas houve outros casos assim, então?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Na TAP?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desculpe lá, então, se não é verdade, houve outros casos assim, e eu acho que é o momento agora de partilhar ao País quais foram. Porque se houve outros e se é tão normal dizer isto ao regulador e pagar indemnização de meio milhão ou de um milhão, então quais são os casos? Diga-nos aqui o senhor, que foi ministro, se tem essa informação.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Na TAP, não. Mas que as empresas podem chegar a acordo e que isso é possível, no quadro do Código das Sociedades Comerciais, isso é.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não estamos a falar disso!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não; estamos. Aliás, se reparar na resposta que a TAP dá ao pedido de esclarecimento feito por mim e pelo Sr. Ministro das Finanças, a TAP e os seus advogados mantêm que cumpriram o quadro legal vigente, cumpriram o Estatuto do Gestor Público. Se leu a resposta, lá é explicado. A Inspeção-Geral de Finanças tem um entendimento diferente e, obviamente, que o entendimento da Inspeção-Geral de Finanças para o setor público empresarial ficará, mas a verdade é que a explicação e a fundamentação que são dadas pela TAP e pelos seus advogados dizem que o acordo não está previsto no Estatuto do Gestor Público, mas também não está vedado, e que o artigo 40.º diz que àquilo que não está previsto no Estatuto do Gestor Público se aplica o Código das Sociedades Comerciais e que, no entanto, foi cumprido o limite dos 12 meses que está previsto no Estatuto do Gestor Público.

Eu não tenho capacidade para ajuizar se isto faz sentido ou não e se isto é correto ou não, mas isto é para dizer que as coisas não são assim tão óbvias, tão imediatas e tão claras como o Sr. Deputado está a dizer.

Portanto, quando olho para o comunicado, primeiro, eu não iria interferir nem analisar o comunicado à CMVM, segundo, eu não parto do princípio de que aquilo é uma mentira e que é, sim, a tradução do acordo e, na realidade, na correção que a TAP faz, posteriormente, junto da CMVM mantêm que é renúncia, só acrescenta que foi antecedida de um acordo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Secretário de Estado disse que, afinal, o depoimento que fez à IGF não foi completo, porque tinha dito que só conhecia o valor da indemnização e ontem disse que também conhecia outros benefícios que foram atribuídos. Esses benefícios estão no anexo 2 deste acordo e eram desde benefícios fiscais, a seguro de saúde, telemóvel,

viaturas, etc. Sabia disto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Na mensagem que me foi enviada, foi-me enviado um *print* do *e-mail* que tinha esses benefícios acessórios.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas leu-os?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Vi na altura, imagino eu. Quer dizer, eu não tenho... Eu já lhe disse, a mensagem permite-me perceber como foi feito o contacto entre o Secretário de Estado, a chefe de gabinete e eu.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que estou a perguntar-lhe é se leu estes benefícios, na altura.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Imagino que sim.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, o depoimento que fazem à IGF não é completo nesse aspeto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não sei a que se refere. Aquilo que me ficou sempre dessa informação, obviamente, era a indemnização de 500 000 euros.

O Sr. **André Ventura** (CH): — No depoimento que fazem à IGF dizem que apenas tiveram conhecimento do valor.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — E foi: o valor da indemnização, os benefícios acessórios que fazem parte desse valor. Quer dizer, eu não fiz essa...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tanto não fazem que estão no anexo.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim, mas não houve nenhuma intenção de estar a mentir ou a dizer que não sabia. O essencial e o relevante eram os 500 000 euros... Relevei os outros itens que acompanham a indemnização.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dr. Pedro Nuno Santos, quando se dá a situação de tentar alterar o voo do Presidente da República, através do seu Secretário de Estado, ele falou consigo sobre isto?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nem por *e-mail*, nem por telefone, nem sequer lhe...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não. Nem presencial, nem por *e-mail*, nem por mensagem, nem por *WhatsApp*.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aquela decisão e aquele comentário que fez nunca seria uma decisão sua nem do Ministério das Infraestruturas?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não. Não.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Secretário de Estado disse que foi um mero comentário, uma instrução. Não foi feliz.

Ele não falou consigo sobre isto, mas, se tivesse tido conhecimento, o que é que lhe teria dito?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Que a Christine é que é a gestora da empresa. A Eng.^a Christine sabia que em matéria de operação eu não tinha intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Frederico Pinheiro disse, depois daqueles célebres episódios, que o Dr. Pedro Nuno Santos estava ao seu lado neste momento difícil. O que é que isto significa?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Aquilo que eu ouvi foi que eu estaria do lado dele como amigo, e como muitos amigos. Acho que é assim que é dito: «Pedro Nuno Santos está do meu lado como muitos outros amigos.» Foi interpretado de outra maneira e, sobre isso, eu queria deixar claro: eu não tomo lado sobre episódios que eu não presenciei.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Posso, Sr. Presidente? É só para ler aqui...

O Sr. **Presidente**: — Com certeza. Vamos parar contagem de tempo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É dito: «Pedro Nuno Santos está ao meu lado neste momento difícil. Falámos de todo o tipo de temas e também sobre a exoneração.»

Isto significa que está do lado dele ou compreende a exoneração que foi feita pelo Ministro João Galamba a Frederico Pinheiro?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não vou emitir opinião sobre esse caso. A única coisa que eu lhe posso dizer, porque, obviamente, essa expressão suscita leituras, é que eu não tomo lado sobre episódios que eu não

presenciei. Eu não vou emitir nenhuma opinião sobre esses factos, sobre factos que eu não presenciei. Conheço aquilo que disse um e aquilo que disse o outro... Eu não presenciei, não tem a ver comigo, não tenho de emitir opinião e não vou emitir opinião.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas sabe que o Sr. Primeiro-Ministro disse que foi um roubo; inclusivamente, levou à intervenção do SIS (Serviço de Informações de Segurança). Isso não o leva a ter uma opinião sobre o que aconteceu?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu não tenho nenhuma intenção e não vou emitir nenhuma opinião sobre esse caso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, disse também, em vários momentos, que os prémios na TAP eram uma falta de respeito para com os trabalhadores; disse, no dia 15 de outubro de 2020, que os despedimentos na TAP não eram inevitáveis; depois, anuncia quase 2000 despedimentos — 1700 despedimentos; e sabemos hoje que a TAP, já durante o seu tempo enquanto ministro, pagou várias indemnizações no valor de vários milhões.

Isto coloca em grande crise a sua perspetiva sobre a TAP e sobre estes temas, porque como é que pode considerar que os prémios da TAP são uma falta de respeito para os trabalhadores, mas este tipo de indemnizações não são uma falta de respeito para com os trabalhadores? Como é que pode garantir, em 2020, uns meses antes, que não ia haver despedimentos, e depois anuncia quase 2000 despedimentos?

Pandemias à parte, e tudo o que já nos habituámos a ouvir, mas, sobretudo, era importante perceber porque é que hoje sabemos que houve tantos milhões pagos, de indemnizações, durante o seu tempo como ministro

— sim, soubemos, até pelas várias auditoras que fizeram os vários valores — e o Dr. Pedro Nuno Santos tinha dito que os prémios eram uma falta de respeito. As indemnizações não são uma falta de respeito para com os trabalhadores?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Vamos por partes. Para já, não garanti que não iria haver despedimentos...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Disse sim.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não. O Sr. Deputado começa a dizer que eu disse que os despedimentos não eram inevitáveis, para depois acabar a dizer que o ex-Ministro garantiu que não iria haver despedimentos. É para não começarmos a dizer uma coisa e acabarmos a dizer outra, completamente diferente.

Por isso, não há aí nenhuma contradição com o que depois veio a acontecer e, na realidade, na maior parte dos casos, são formas alternativas, é verdade, mas foram rescisões por mútuo acordo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O quê?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — As rescisões por mútuo acordo não foram despedimentos. Há saídas, obviamente, que admito que as pessoas tenham optado por fazer a negociação para evitar o despedimento, isso é evidente, não precisamos de... Mas, formalmente, não foi despedimento. Mas foi uma saída, é óbvio, não há como esconder isso.

Várias indemnizações de vários milhões? Eu não me reconheço nessa expressão, porque eu não sei... Nós temos de avaliar do que estamos a falar. Se estivermos a falar de administradores, daquilo que é do meu

conhecimento há a saída, com indemnização, do Eng.º Antonoaldo Neves e da Eng.ª Alexandra Reis. Por isso é que há pouco perguntei do que é que falamos quando estamos a falar de várias indemnizações, porque houve vários acordos com trabalhadores que saíram com indemnizações. De administradores, eu só conheço — e é aí que entra a da acionista — a da Eng.ª Alexandra Reis e a do Eng.º Antonoaldo Neves.

Quanto à saída da Eng.ª Alexandra Reis, na minha opinião, o processo correu, obviamente, mal, nós sabemos que a solução jurídica encontrada pela TAP não é legal, mas a saída, em si, da Eng.ª Alexandra Reis, eu acho que faz sentido. Faz sentido, pelo menos, a possibilidade de a CEO ter uma equipa e construir uma equipa em que se reveja na totalidade dos seus membros. Isso não é faltar ao respeito aos trabalhadores. Dar as condições para que a empresa execute e para que a gestão execute bem o seu plano de reestruturação é respeitar a empresa e respeitar os trabalhadores.

E quero dizer mais sobre isso: este foi um processo muito difícil. Primeiro, em relação aos prémios. Eu achava que uma empresa que estava a dar prejuízo de 100 milhões de euros não devia estar a distribuir prémios. Os direitos podiam ser reconhecidos, se, de facto, estavam contratualmente previstos, mas a empresa não precisava de pagar os prémios, num contexto de uma empresa que estava a dar 100 milhões de euros de prejuízo. E aí, sim, eu acho errado, e defendi, assumi isso publicamente.

Relativamente à indemnização, eu acho que a saída se justificava, pelo menos a concordância com a CEO se justificava, e isso não é desrespeito pelos trabalhadores.

Nós tivemos um processo muito duro, com sacrifícios elevados assumidos pelos trabalhadores...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Perguntei sobre as indemnizações!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Está bem, mas agora é a minha vez. Agora estou eu a responder. Peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Relembro só que esta era a última questão da primeira ronda. Deixemos responder o Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sobre as indemnizações, já respondi.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não disse? Desculpe. Não disse?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Falou de uma!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Falei da que sei.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dá-me licença, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Posso ter sido eu que não compreendi. O que o Sr. ex-Ministro está a dizer, então, é que, no caso de Alexandra Reis, não considera a indemnização uma falta de respeito para com os trabalhadores?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Exatamente. Eu disse isso, eu disse que achava que a saída da Eng.^a Alexandra Reis, o pedido de substituição da Eng.^a Alexandra Reis, devia ser aceite e que isso não é um desrespeito para

com a empresa, para com os trabalhadores; foi, sim, o reconhecimento de que achava que a CEO devia rever-se na totalidade dos membros da sua Comissão Executiva. Portanto, eu não considero um desrespeito, acho que a decisão que me coube a mim foi uma decisão correta.

E para completar ou complementar, no que concerne ao respeito pelos trabalhadores, a minha atuação na TAP pautou-se sempre por isso. E foi no meu tempo que foram tomadas as medidas mais duras, mais difíceis, mais exigentes, por parte dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo — e isso é relevante e eu queria aqui deixar isso também, porque para mim é importante —, a minha relação com todos os sindicatos da TAP é uma relação ótima, mesmo ao dia de hoje, porque tivemos sempre uma relação de transparência, de honestidade, de franqueza, e conseguimos sempre trabalhar em conjunto com todos os sindicatos da TAP. Se o Sr. Deputado conseguir falar com algum dirigente sindical, confirmará isso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Terminámos, assim, a nossa primeira ronda e vamos dar início à segunda ronda, que, como é sabido, coloca uma interpelação durante cinco minutos em continuidade e o Sr. Dr. Pedro Nuno Santos responderá a cada um dos grupos parlamentares.

Vou dar, assim, a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Doutor revelou aqui — e refiro-me muito rapidamente a este tema que desconhecíamos, pelo menos, eu desconhecia — que tinha falado com Frederico Pinheiro naquela noite do episódio do computador e do SIS.

Gostaria de lhe perguntar se ele lhe pediu alguma ajuda, ou se lhe ofereceu alguma ajuda e, também, se falou com outros membros do Governo ou dos gabinetes do ministério naquela noite sobre este episódio.

No fim da minha primeira ronda, há pouco...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Desculpe, estou a registar as questões.

O Sr. **Presidente**: — Ia sugerir-lhe exatamente isso, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

No fim da primeira ronda, fez uma comparação com a gestão privada, mas eu penso que esta é uma comparação injusta, no sentido em que, como sabe, a gestão privada, na altura, não recebeu qualquer injeção do Estado, não recebeu apoios sociais, não despediu pessoas — pelo contrário, contratou 2000 pessoas —, não fez cortes salariais de 20 % ou 25 %, não teve benefícios fiscais. Caso contrário, se quisermos fazer essa comparação, muito provavelmente teria lucro todos os anos se pegarmos naqueles resultados e aplicarmos essa mesma fórmula. Mas este é um comentário, e há pouco não tive tempo, mas tinha de o fazer. Depois, obviamente, está à vontade para comentar.

Sobre isso, ontem, o ex-Secretário de Estado Hugo Mendes disse que não havia ingerência política, porque a Comissão Executiva decidia tudo e o Ministério das Infraestruturas deixava, mesmo quando isso ia contra muitos pedidos de alegado interesse público.

Temos ouvido dizer, sobretudo do seu lado, que o Governo, o Estado, tinha recuperado o controlo estratégico da TAP desde 2017. Por isso, eu queria aqui destacar três pontos de que Hugo Mendes falou ontem.

Primeiro, sobre a coesão territorial, que é um dos argumentos que é muito caro, o Secretário de Estado Hugo Mendes disse que a TAP não servia Faro, não abria rotas para Faro, quando o Turismo do Algarve o pedia, e, por isso mesmo, havendo esses pedidos, nunca houve aceitação desses pedidos e não fizeram pressão para isso. Isto a acrescentar àquilo que já sabemos, que a TAP pouco serve a outros aeroportos, de Faro, do Porto, da Madeira, dos Açores. Até o Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Açores? Madeira?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, serve pouquíssimo, é residual. Quer que eu lhe dê os aeroportos?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Açores? Madeira?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, agora não posso, mas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, vamos deixar o Sr. Deputado Bernardo Blanco...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu, a seguir, já lhe dou as cotas e os números da ANAC (Autoridade Nacional de Aviação Civil) para ver quão residual é.

E deixe-me perguntar-lhe, exatamente sobre a coesão territorial, se o Governo, então, fez alguma pressão, ou não, porque esse é um dos grandes argumentos para a TAP ser estratégica.

A seguir a isso, Hugo Mendes também disse que a TAP, durante a pandemia, até deixou de voar para alguns pontos da diáspora e que rejeitava ativamente novas rotas pedidas por embaixadores e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. E essa ligação à diáspora também era um dos seus grandes argumentos para a TAP ser controlada pelo Estado.

Em segundo lugar, outro dos grandes argumentos era também o de que a TAP é muito importante para a economia, dela dependem muitos fornecedores portugueses, e o Secretário de Estado Hugo Mendes também deu o exemplo de que, por exemplo, a operação da White, uma empresa portuguesa, acabou e foram contratados serviços de prestadores búlgaros e bálticos. E por isso, mais um argumento para a TAP ser muito importante estrategicamente, ser controlada pelo Estado, que, depois, na prática, acabou por não se concretizar.

Perguntava-lhe se esses tais argumentos para a importância estratégica da TAP, afinal, se aplicaram ou não na prática, tendo em conta estas declarações do ex-Secretário de Estado Hugo Mendes?

Em terceiro lugar, pergunto-lhe se considera que este tal interesse estratégico da TAP está assegurado, ou não, com a privatização da companhia. Concorde com a privatização da companhia ou acha que uma TAP com a maioria do capital público é o melhor cenário?

E, já agora, pergunto-lhe o que é que mudou de 2015 para agora, porque, em 2015, concorreu, até eleitoralmente, com um programa que defendia uma TAP com a maioria do capital público e, depois, começou a participar num processo de preparação de uma privatização da TAP. Agora já não a vai executar, mas o Governo vai continuar esse processo que o

Ministério de João Galamba irá concluir e, por isso, pergunto-lhe o que é que mudou para haver essa mudança de opinião em oito anos.

Pergunto-lhe também qual é a sua visão sobre a operação da M&E Brasil, embora já saibamos parte, pelas declarações da semana passada, uma operação que deu perdas de 1000 milhões de euros à TAP.

Pergunto-lhe ainda duas coisas: primeira, alguma vez deu indicações aos administradores do Estado para, de algum modo, fecharem a torneira a esta operação? E se, sem a M&E Brasil a estragar as contas do grupo, digamos assim, a TAP poderia ter ficado fora do mecanismo de resgate e reestruturação de que ainda há pouco falávamos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se me esquecer ou se não tiver apontado todas as perguntas, ou se não tiver percebido alguma, depois, obviamente, peço que me corrijam.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Claro que sim.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Primeiro, o Dr. Frederico não me pediu ajuda; eu apenas quis perceber o que tinha acontecido, nada mais do que isso, e não falei com mais ninguém do gabinete.

O Sr. Deputado disse que a comparação com o privado é injusta, porque o privado não teve o que o público teve. Ora, eu não vejo as coisas dessa maneira, Sr. Deputado.

Aquele período privado foi importante a alguns níveis. Eu já ouvi, e é muito importante, a renovação da frota, a entrada noutros mercados ou o aumento da intensidade, nomeadamente nos Estados Unidos, mas a TAP

também estava num ritmo de crescimento, provavelmente, insustentável. A TAP tinha um passivo, em 2015, de 1,9 mil milhões de euros e, em 2022, já estava em 5000 milhões de euros. E enquanto uma economia cresce, o negócio cresce, é possível a empresa continuar a crescer, e ela vai dando prejuízo, mas a empresa vai crescendo. O problema é quando há uma travagem brusca, como aquela que houve, e a empresa bate numa parede. E a empresa não estava, nem foi preparada para isso. O que teve do Estado foi a intervenção, o cálculo das necessidades da empresa até ao final do plano de reestruturação. Portanto, não estou a perceber bem o que é que o privado podia...

Quanto aos despedimentos, o privado foi contratando, mas foi contratando porque entendeu que a operação justificava, mas a verdade — de socialista para liberal — é que a TAP conseguiu produzir mais com menos. A produtividade aumentou, o senhor devia ser o primeiro a elogiar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Com menos?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Com menos, sim! Fez-se mais com menos trabalhadores! O senhor devia ser o primeiro a elogiar... Este era um dos objetivos da gestão, e que a gestão pública conseguiu. O plano de reestruturação tem, obviamente, aqui um papel, mas não sei se o privado estava impedido de tomar algumas medidas que foram tomadas posteriormente. Julgo que não.

Mas, pronto, percebo a necessidade de defender a gestão anterior, mas a verdade é que ela deu, naqueles últimos dois anos, quase 200 milhões de euros de prejuízo. E isso, Sr. Deputado, não há volta a dar, é o que foi. Foi assim, pronto. Portanto, para defender a sua posição, terá, na minha opinião, de aperfeiçoar esta argumentação.

Sobre a coesão territorial, viagens à diáspora e empresas portuguesas, isso garante-se, e a forma mais correta de garantir isso é salvando a TAP, e foi isso que foi feito. Salvar a TAP e termos a TAP a operar é a melhor garantia de que vamos garantir a ligação de Portugal às nossas comunidades, a ligação de Portugal a países de língua portuguesa, e essa garantia nós só conseguimos com a TAP salva, e isso foi feito.

Mais do que isso, ou seja, darmos instruções para voar para aqui ou voar para ali é um erro, é errado! Se houver alguma rota, e isso acontece, por exemplo, com os Açores ou com a Madeira, a ligação ao continente, se houver razões de serviço público que justifiquem, então, aí há uma intervenção pública adicional, normalmente há um concurso, a TAP pode ganhar ou não, esse serviço público pode ser prestado pela TAP ou por outra companhia e ser financiado pelo Estado e pelo Orçamento do Estado.

Este é o mecanismo correto, e é um processo também muito difícil e muito complexo, que tem de ser negociado com a Comissão Europeia.

Portanto, a melhor forma de garantir esses objetivos é salvando a TAP e tendo uma TAP viável. Essa é a forma de os garantirmos.

O mesmo com as empresas, ou seja, a probabilidade de as empresas portuguesas fornecerem uma companhia aérea é maior se a empresa existir em Portugal ou operar em Portugal.

Por isso é muito importante nós termos a TAP e salvarmos a TAP para as empresas portuguesas, mas isso não quer dizer que o Estado dê orientações à TAP sobre que contratos deve fazer e com que empresas.

Eu, por acaso, tinha-me esquecido disso, que também foi alvo de discussão na Assembleia República, a propósito da ingerência na gestão da empresa. Ouvi, mesmo durante a CPI, várias perguntas sobre essa decisão, que é uma decisão operacional, mas é o próprio Parlamento — para percebermos até onde é que vai a discussão sobre a gestão e a microgestão na TAP — que faz uma audição para ouvir uma empresa — não sei se, nesse

quadro, também ouviram a TAP — que tinha sido substituída por outra numa decisão operacional.

Isto para dizer que: sim, a TAP compra a mais de 1000 empresas portuguesas mais de 1000 milhões de euros; o Estado não dá orientações à TAP sobre com quem trabalhar.

Como é que se cumpre esse desígnio? A TAP existindo. É a TAP, existindo, que nos permite dizer que a TAP compra mais de 1000 milhões de euros a mais de 1000 empresas portuguesas.

E a quarta questão era sobre se estes interesses são, ou não, preservados ou mantidos com uma privatização, sem participação pública.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — E a outra é sobre a M&E Brasil e a mudança de opinião...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Se considera que o tal interesse estratégico que a TAP presta está assegurado com a privatização da companhia; se concorda com a privatização da companhia, ou se acha que a TAP com maioria de capital público é o melhor cenário; e o que é que mudou de 2015 para 2023, quando o programa eleitoral de 2015 defendia o cenário da TAP com controlo público, de maioria pública, e, agora, em 2023 começou, enquanto ministro, a preparação do processo de privatização. Já não a vai executar, mas o ministério que o sucedeu vai executar aquilo que começou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Vamos por partes.

Nós tínhamos o compromisso de recuperar o controlo estratégico da empresa, e isso foi cumprido. Hoje, o Estado português tem mais do que aquilo que o Governo achava, em 2015, que deveria ter. O Governo português, e o Partido Socialista, já agora, na campanha, nunca disse que queria 100 % da TAP. Ao contrário de outros partidos, com quem nós tivemos acordos parlamentares, a posição do Governo do Partido Socialista nunca foi essa, foi, sim, a de recuperar o controlo estratégico, e isso foi assegurado com a reconfiguração acionista.

Também é verdade que eu defendi, e defendo, que seja aberto o capital da TAP e que isso permita a integração da TAP num grupo de aviação. E defendo isso por razões de sinergias, porque acho que TAP e o *hub* em Lisboa ganharão muito, porque o grupo em que se integrar utilizará a TAP e utilizará o *hub* de Lisboa para distribuir passageiros de outras companhias aéreas, distribuí-los pela TAP no continente americano e talvez em África. E por isso, continuo a achar que essa integração num grupo de aviação é útil e é importante para a TAP crescer.

Sobre a privatização pós 4 de janeiro, eu não vou dizer nada. Não acho correto fazer nenhuma apreciação sobre o quanto, o quando e o modo da privatização pós 4 de janeiro e, portanto, não sei quanto é que vai ser privatizado, não sei quando, não sei em que condições. Neste momento, eu não tenho essa informação e não quero fazer nenhum juízo. Terminei as minhas funções enquanto ministro a 4 de janeiro, e acho que devo ter esse cuidado e respeito pelo trabalho que vai ser feito pelo Governo nessa matéria. E, portanto, sobre a privatização, sobre o quanto, não quero dizer nada.

Não há, na realidade, nenhuma mudança de opinião. Eu não sei como é que vai ser a privatização ao dia de hoje, ou melhor, aquilo que sei é que entre a intervenção que leva a que o Estado tenha 100 % do capital, em 2020, e a abertura do capital na sequência, ou depois, dessa intervenção, não há

nenhuma contradição, porque nunca foi intenção do Governo ter 100 % do capital da TAP.

Falta uma questão, mas não é destas, se o Sr. Deputado quiser repetir...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quer fazer o favor de repetir?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quero, Sr. Presidente.

Mas, primeiro, quero dar uma nota: o Sr. Doutor não esteve na privatização depois de se ter demitido, obviamente, mas, antes disso, esteve no processo de preparação da privatização e, por isso, pode, obviamente, responder.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim. Mas não estava decidido o quanto, nem o quando, nem o modo, eu sempre disse.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, e acho que ainda não deve estar, pelo menos que eu saiba.

Duas perguntas que fiz, começando pelo fim, pelo que disse agora. Não se falou em 100 % de capital público; o que eu perguntei foi o que é que mudou de 2015, quando defenderam que a maioria do capital deveria ser público, para agora, em que a maioria do capital vai ser privado.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não sei. É?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não é esse o processo que começaram de privatização?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, porque não estava decidido. Essa matéria não estava decidida enquanto eu estive no Governo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *Okay*. E a primeira antes desta...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Isto já é pergunta/resposta,...

Risos.

... mas tudo bem, eu estou à vontade.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A segunda questão é se concorda com a privatização da companhia, ou se acha que uma TAP com a maioria do capital público é um cenário melhor.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não quero, neste momento, tecer nenhuma opinião sobre esse *dossier*. E eu sei que as regras da Comissão Parlamentar de Inquérito e do Código de Processo Penal permitem-me que não tenha de emitir opiniões, se não quiser.

Ah, ainda sobre a M&E, porque esta era a parte da privatização/nacionalização, a minha opinião sobre essa matéria é conhecida e eu acho que fui muito claro na Comissão de Economia: aceitando e respeitando, com humildade, as opiniões diferentes, acho que, neste caso, os números entram-nos de tal forma que é difícil, pelo menos para mim, dizer que a M&E Brasil foi um bom negócio para a TAP.

Fez-me uma pergunta concreta sobre se teríamos de ir ao *rescue and restructuring*. Eu não tenho a certeza, mas, provavelmente... se calhar, não, não sei. Mas, se calhar não, porque, obviamente, quando olhamos para as contas, o prejuízo com a M&E Brasil é gigantesco, embora as necessidades

da TAP, como também vimos, sejam superiores àquele que foi o prejuízo que a TAP teve com a M&E Brasil, mas não sei se nos impedia, ou se nos habilitava, ou se nos dispensava do *rescue and restructuring*.

Não demos orientações, mas quando estávamos a preparar o plano de reestruturação, era, para nós, claro que a M&E Brasil tinha de ser resolvida e que aquele momento, em que estava a definir-se tudo aquilo que tinha de ser feito em matéria de reestruturação, para prever o encerramento, definitivamente, desse *dossier*, que pesava nas contas da TAP há tanto tempo e que era um problema.

Era, obviamente, um problema diagnosticado, conhecido, e o plano de reestruturação foi o momento ideal para o resolver. Ainda houve uma tentativa de venda, frustrada, e depois, sem hesitação, a TAP procedeu aos passos necessários para encerrar a M&E Brasil, e acho que foi uma decisão muito acertada e tardia.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, a minha primeira questão nesta ronda é a seguinte: ontem, Hugo Mendes, no essencial, passou para os gabinetes e consultorias jurídicas da TAP a responsabilidade por várias ilegalidades cometidas — falta de cumprimento do Estatuto do Gestor Público e do regime jurídico do setor público empresarial —, mas ficou por esclarecer uma questão.

De acordo com a lei, quem tem de apresentar os contratos de gestão é o Governo, e a pergunta é: porque é que não o apresentaram? Foram avisados, foram solicitados e não responderam. Pergunto-lhe se também foi assim nas outras empresas que tutelava.

A segunda questão é sobre a reestruturação e as suas dificuldades. Hugo Mendes disse ontem que a sorte das companhias aéreas dos Estados Unidos da América foi não terem lá uma Comissão Europeia. De facto, os apoios públicos de perto de 50 000 milhões de euros ajudaram o setor aéreo norte-americano privado, parte dele concorrencial direto da TAP, a recuperar.

Pergunto-lhe se concorda com aquele desabafo, porque termos uma Comissão Europeia, e termos uma Comissão Europeia que se comporta da forma como se comporta, não é um azar, nem dois azares, é uma opção política. E, depois, a questão é: o que é que a gente faz sobre isso?

A terceira questão é ainda sobre a reestruturação. A SPdH Groundforce continua em processo de insolvência. Está quase a sair dele, mas ainda há aquela fase inevitável em que os novos patrões vão tentar impor aos trabalhadores que aceitem ser mais explorados, usando a chantagem de dizerem: «ou aceitam ou não salvamos os vossos postos de trabalho» — já vimos este filme muitas vezes.

O seu Governo podia ter evitado toda esta desestabilização, se tivesse nacionalizado a SPdH, em 2020, como propôs o PCP.

Pergunto-lhe porque é que optaram pelo caminho da insolvência. E aqui não entramos naquela discussão da famosa diretiva. Eu só disse controlo público, nacionalizar, não disse entregar a chave e agora isto é formalmente da TAP. O operador público é uma coisa, e esse foi um tema que esteve em cima da mesa. E, portanto, havia uma solução que não fosse esta insolvência, que está ainda hoje a dar estes problemas.

Ainda ontem, Hugo Mendes afirmou que as regras dizem que a SPdH não pode estar dentro da TAP, o que é verdade enquanto o outro *handler* for a ANA-Aeroportos. Aí é que está o problema, porque as duas é que não podem acontecer, de acordo com as regras europeias, injustas, mas, a verdade é que o *handler* 1, no aeroporto, e o outro *handler*, na companhia

principal, isto é que não pode acontecer ao mesmo tempo... Mas a Vinci é sempre beneficiada. Mas ela pode ser detida pelo Estado, e a nacionalização era um caminho melhor, mais estável, mais seguro, e foi o caminho pior para os trabalhadores.

A quarta questão é a seguinte: já aqui explicou que a TAP privada estava a crescer demais e de forma não sustentada, de forma arriscada — ainda agora o fez — e que a travagem teve o impacto que teve, e que isso se somou aos prejuízos da M&E Brasil. Nós não temos dúvidas de que a TAP é viável. Sempre foi, e esta Comissão de Inquérito está a demonstrar isso, e acabou mesmo agora, na sua resposta anterior, de explicar porque é que assim é. E se a propósito do tema de SGPS *versus* S.A. já ficou claro que estava lá o buraco da M&E Brasil e até o buraco da Swissair, nas imparidades identificadas, estava lá o buraco da gestão privada, com aqueles capitais negativos todos que já mencionou.

Se, entretanto, temos os custos operacionais, os CASK (*Cost of Available Seat Kilometer*), os custos com o pessoal, os custos operacionais na TAP, que se aproximaram das Ryanair, para receitas e *yields*, que se aproximaram das British Airways e Air France, temos a contratação coletiva esmagada e os salários cortados para fazer mais com menos, como acabou de dizer, como os liberais gostam, a minha questão é: não deveríamos estar a reverter os cortes salariais aos trabalhadores, para que a operação possa recuperar, para que haja os trabalhadores que fazem falta?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Esta é a quarta?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Esta é a quarta. A quinta vai ser agora, é a última.

A quinta questão tem a ver com o envolvimento da Comissão de Trabalhadores na reestruturação — artigo 429.º do Código do Trabalho.

Falou há pouco em honestidade e franqueza com os trabalhadores, mas a Comissão de Trabalhadores da TAP, ao contrário do que a lei obriga, foi excluída do processo, porque, nos termos do artigo do Código, envolver num processo de reestruturação não é fazer uma, ou duas, ou três reuniões com eles e perguntar o que é que eles acham; é envolvê-los no processo! Eles nem sequer conheciam o plano de reestruturação, como nós também não, na altura, e eles muito menos.

Portanto, esta é uma violação da lei, e eu pergunto se aceita que isto fique na impunidade. Porque, neste momento, há uma violação da lei, os trabalhadores foram excluídos, formalmente, daquilo que tinha de acontecer. Pergunto se esta impunidade, este desrespeito pelos trabalhadores, afinal, deve ter alguma consequência, ou não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, para responder.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Relativamente à primeira pergunta, eu não consigo dizer mais sobre os contratos de gestão do que já disse. Os contratos de gestão não são responsabilidade das tutelas ministeriais, mas sim de uma relação entre as empresas e a tutela financeira, a UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial).

Eu não tenho informação de que seja o Governo a apresentar o contrato de gestão, antes pelo contrário, a informação que tenho é a de que é proposto pela empresa ou pelos gestores da empresa o contrato de gestão — é a informação que eu tenho — e que, depois, obviamente, há uma interação entre as Finanças, entre a UTAM, presumo, e os administradores e o Conselho de Administração da empresa pública para fechar o contrato de gestão.

Eu admito que haja empresas com contratos de gestão e gestores com contratos de gestão, mas a ideia que tenho é que numa grande parte das empresas eles não existem. Mas aí tenho mais dificuldade, porque não é da área de competência do meu Ministério garantir que os contratos de gestão existam.

Sobre a diferença entre os Estados Unidos da América e a União Europeia nesta matéria, acho que é um debate muito importante.

Depois, o Sr. Deputado colocou a questão de como é que se resolve, e isso é mais difícil, mas tive oportunidade de, num Conselho Europeu, colocar essa questão, porque achava que... O mantra na União Europeia é o chamado *playing level field*, e, portanto, nós temos de garantir que todas as empresas estão a cumprir as mesmas regras e que qualquer auxílio de Estado segue regras apertadíssimas com a exigência de sacrifícios também muito rigorosos e o objetivo é garantir o *playing level field*.

Nos Estados Unidos da América e na China, dois blocos com dimensão, as companhias aéreas foram intervencionadas de forma massiva, porque, obviamente, os respetivos países perceberam a importância do transporte aéreo para as respetivas economias, isto sem o mesmo nível de exigência a que a Comissão Europeia vota as suas companhias aéreas.

Eu tive oportunidade, porque lembro-me perfeitamente dessa discussão com alguns colegas, com outros ministros que achavam o mesmo, de referir que nós tínhamos um conjunto de regras que colocavam as companhias aéreas europeias em desvantagem competitiva com as companhias aéreas de outras partes do globo.

Por isso, acho que, apesar de tudo, apesar de os Estados Unidos da América terem o rótulo de «a economia mais liberal do mundo», em matéria de concorrência e de auxílio de Estado, a União Europeia é muito mais conservadora do que os Estados Unidos da América.

Ora, isto coloca, não é a TAP, mas todas as companhias aéreas

européias em maior dificuldade do que as companhias aéreas norte-americanas ou de outros pontos do globo — aliás, nós temos processos, como sabem, julgo contra todas as empresas que receberam apoio público, por parte de uma companhia aérea *low cost* e esses processos existem, porque existe determinada legislação.

Eu tenho a esperança e a convicção — e posso errar no futuro — que, apesar de tudo, o caso da TAP está mais bem defendido do que muitos outros. Nós já tivemos, aliás, uma decisão favorável, porque tivemos uma primeira decisão desfavorável relativamente ao auxílio de emergência, onde o Tribunal pede esclarecimentos adicionais à Comissão Europeia, a Comissão Europeia, com a colaboração do Governo português e/ou da TAP, presta esses esclarecimentos adicionais e a questão ficou resolvida em relação ao auxílio de emergência, mas também temos mais processos instruídos por essa companhia aérea *low cost* sobre o resto do auxílio.

Apesar de tudo, acho que nós temos uma solução mais bem defendida. Mas esse problema existe e é criado pelos próprios europeus a si próprios. Como é que se resolve? Uma coisa é certa: não se resolve sozinho! Nós fazemos parte da União Europeia com mais países e, portanto, é nesse quadro que estas questões devem ser tratadas em conjunto, obviamente, mas, acho, sinceramente, que é um tema que a União Europeia deve visitar, porque queremos garantir condições iguais para concorrência entre empresas que operam no mercado europeu — e isso é compreensível —, mas, depois, quando olhamos para setores que operam no mercado global, como é o da aviação, colocamos, objetivamente, em desvantagem as companhias aéreas europeias quando comparadas com as companhias aéreas norte-americanas.

Nunca ninguém tinha levantado esta questão, como o Sr. Deputado levantou, mas eu, de facto, acho que este é um tema relevante que deve ser tido no quadro europeu e posso dizer-lhe que eu, no Conselho Europeu, transmiti — é o máximo que eu podia fazer —, pelo menos, essa contradição

entre a forma como os Estados Unidos estavam a lidar com o auxílio às companhias aéreas e a forma como a União Europeia o estava a fazer.

Sobre a reestruturação da SPdH, não era a nossa intenção nacionalizar — e conhecemos a posição do PCP da altura —, nós queríamos que se encontrasse uma solução para a Groundforce, foi uma situação complexa, que causou muita ansiedade justificada a quem trabalhava na empresa, e, obviamente, admito que essa ansiedade ainda ao dia de hoje exista, mas nós não queríamos nacionalizar pelas razões que o Sr. Deputado já conhece, porque seríamos obrigados — eu sei que disse que «não fale nisso»... — a privatizar logo de seguida a maioria do capital...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu não disse «não fale disso»...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O senhor disse: «não venha com a história do decreto comunitário ou da diretiva comunitária»... Disse isso, *en passant*.

Na nossa ótica, uma nacionalização implicaria uma privatização posterior e nós não quisemos fazer o processo dessa forma.

O Sr. Deputado traz aqui um dado novo que eu não tenho capacidade para perceber se isso é possível, porque pareceria — posso estar completamente enganado — um expediente, porque o acionista é o mesmo, o acionista da TAP, 100 % pública, e da Groundforce era o mesmo, portanto, não sei, sinceramente, admito a minha ignorância, se são situações diferentes: o acionista ser o mesmo e a Groundforce ser separada da TAP, e se essa é uma situação diferente de a Groundforce ser detida pela TAP, sendo a TAP propriedade do Estado português.

Não sei se, na prática, isso não levaria à mesma conclusão por parte da Comissão Europeia de que o Estado português não podia ter a maioria do capital da Groundforce, porque tinha a maioria do capital ou a totalidade do

capital da TAP.

É uma questão que está a ser colocada, agora, pela primeira vez, e que eu não tenho os conhecimentos necessários para lhe dizer, com certeza, que essa solução, que é inteligente, se ela depois... Porque a Comissão Europeia também costuma ser e eu diria que isso poderia ser entendido como um expediente para contornar a regra que está estabelecida.

Em matéria de cortes salariais, eu disse sempre duas coisas sobre a reversão dos cortes salariais: a TAP só estará em condições de começar a reverter os cortes salariais ou com novos acordos de empresa que deem segurança às relações profissionais para o futuro, e esse é um argumento muito forte do ponto da Comissão Europeia e acho que isso nos permitiria fazer essa antecipação mais facilmente, mostrando que há uma atualização dos acordos de empresa, ou quando a empresa estiver a dar lucro.

Sempre disse que com a empresa a dar prejuízo, é difícil explicar que ao prejuízo acrescentemos prejuízo, reduzindo os cortes, mas que quando a empresa começar a dar lucro, começamos a ter as condições para começar a rever os cortes salariais. Aliás, isso tinha já começado, mas acho que, obviamente, parte do sucesso da TAP deve ser canalizado para quem, na realidade, foi alvo de sacrifícios muito intensos nos últimos anos — os trabalhadores.

Estes resultados que eu apresento politicamente são consequência do trabalho da administração e dos trabalhadores da TAP, com muito sacrifício pessoal e familiar. Por isso, acho que os resultados positivos da TAP, de alguma forma, devem refletir-se também numa reversão mais rápida, e não estou a dizer na sua totalidade, porque não tenho, neste momento, os números e, portanto, não sei o que significa reverter totalmente os cortes salariais.

Acho que esse caminho pode ou devia poder começar a ser feito, porque estes resultados são dos trabalhadores e a perda de rendimento que

eles tiveram foi, de facto, significativa, não só porque participaram como contribuintes, como participaram com cortes salariais. E isso tem peso, ainda para mais porque, recentemente, todos os trabalhadores portugueses enfrentaram aumentos significativos da inflação, mas os trabalhadores da TAP continuaram com os seus salários cortados.

Temos de ter a consciência de que este sacrifício é real e que o resultado positivo da TAP, de alguma forma — parcialmente, pelo menos —, deve começar a ser refletido nos salários dos trabalhadores.

O plano de reestruturação foi feito no tempo que nós sabemos, tinha de ser apresentado a Bruxelas, houve consultas, eu não sei se pode dizer que a lei foi desrespeitada, eu não tenho essa informação de que a lei foi desrespeitada nesse plano.

No que diz respeito, pelo menos, aos sindicatos... A Comissão de Trabalhadores foi ouvida, admito que isso, para a Comissão de Trabalhadores, tenha sido insuficiente, mas os sindicatos tiveram uma participação de outro nível, porque, obviamente, houve negociação de acordos de emergência e, por isso, naquilo que mais lhes impactava, eles tiveram uma negociação assinada por todos os sindicatos, pelos 14 sindicatos. Lembro que os acordos de emergência são uma das componentes mais relevantes do plano de reestruturação e são aquela que, na realidade, no plano de reestruturação mais impacto tem sobre os trabalhadores.

Sobre o plano de reestruturação não ter sido conhecido, já falamos várias vezes sobre isso, quero relembrar que o plano de reestruturação tinha uma parte confidencial, que, acho, todos entendem que é uma parte confidencial por razões comerciais, e essa parte foi classificada como confidencial entre nós e a Comissão Europeia, mas acho que a classificação é até da Comissão Europeia, para proteger o segredo comercial, ou a informação comercial relevante para a empresa para não ser acessível pelos seus concorrentes.

Quanto à outra informação, eu tinha a ideia de que não fomos nós, não éramos nós que o faríamos, mas julgo que o Governo, via Ministério das Finanças, tinha enviado a parte não confidencial ao Parlamento, mas não sei, não estava cá...

Como sabe, eu defendi que o plano de reestruturação viesse ao Parlamento e, se viesse ao Parlamento, obviamente, que seria num contexto em que os Deputados se debruçariam sobre o próprio plano de reestruturação com todos os cuidados que teriam de ser assumidos, mas que implicaria essa decisão política.

Mas não consigo corroborar a ideia de que a lei foi desrespeitada no que diz respeito ao envolvimento dos trabalhadores no plano de reestruturação.

O Sr. **Presidente**: — Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, vou colocar um conjunto de três temas e meio nesta segunda ronda.

O primeiro tema tem a ver com a indicação que deu de ter falado com o Dr. Frederico Pinheiro na noite do dia 26 de abril, sendo que referiu que lhe telefonou para se inteirar da situação.

Tenho duas perguntas muito simples para lhe fazer: primeira, aconselhou-o a entregar o computador? Segunda, aconselhou-o a entregar o computador ao SIS para resolver a circunstância perante a qual ele estava colocado?

O segundo tema prende-se com os 55 milhões de euros pagos a Neeleman na sua saída da TAP. Já deu aqui respostas a algumas das questões sobre a matéria, mas há outras sobre responsabilidade política que gostava

de lhe colocar.

Os 55 milhões de euros, ouvimos dizer por várias pessoas, não eram uma inevitabilidade; havia até alternativas, que foram defendidas aqui por juristas, não só por políticos, de o Estado português não ter de pagar nada pela saída de Neeleman da TAP, no entanto o Estado pagou os 55 milhões de euros.

É certo que o Sr. Doutor já referiu, num outro momento, que essa é a diferença entre ver o copo meio cheio ou o copo meio vazio. Poder-se-á ver o copo meio cheio, dizendo que ele saiu com menos de 160 ou 170 milhões de euros do que o teria direito.

Na verdade, legalmente, é discutível essa argumentação, porque, aparentemente, era um acionista que estava a indicar aos seus administradores, por si indicados para a empresa, para terem uma posição contrária aos interesses da empresa, à sua manutenção e à sua solvência. Por isso, desse ponto de vista, no que toca a direito comercial, é discutível que ele não pudesse ser aqui até acionado por essa via.

Em todo o caso, dentro dos planos possíveis de ação, havia o tal plano *n*, o plano de nacionalização da empresa, que o Sr. Doutor, por várias vezes, em público, foi elencar e afirmar.

Pergunto: essas afirmações foram só *bluff*, ou havia, de facto, considerações sérias para levar esse plano por diante?

Por outro lado, como é que a questão da litigância e o bom nome do Estado português é sempre um problema tão relevante quando se prende com o relacionamento com acionistas — Neeleman —, com administradoras — Alexandra Reis —, mas, depois, com os trabalhadores a parte da litigância e do corte de direitos já não é um problema tão relevante quanto isso, porque há sempre aqui uma desvalorização. Afinal, o socialismo quando há, não é para todos, é essa a conclusão que se retira dessas escolhas.

Desse ponto de vista, imagino que poderá dar a resposta, que já

ouvimos anteriormente, de que os 55 milhões de euros foram a forma como os próprios advogados reconheceram que seria a saída airosa do Estado daquela situação difícil.

Mas, mais uma vez, é entregue uma decisão política a advogados que chegam a um valor que, consideram eles entre advogados, entre advogados que representam as partes, é o valor aceitável para se sair a bem.

E, mais uma vez, há uma governação por *outsourcing* em que se entrega a advogados o atingir dos melhores termos para aquilo que eles consideram que é a defesa dos interesses do Estado e dos contribuintes.

Pergunto-lhe: acha aceitável esta forma de gerir estes processos? Isso não é, de certa forma, por um lado, a desresponsabilização dos dirigentes políticos, e, por outro lado, uma prova da falta de capacidade de o Estado ter quem advogue em defesa dos seus próprios interesses?

Último rol de perguntas. O Sr. Primeiro-Ministro, no que toca à putativa alteração da viagem do Presidente da República, referiu que, caso tivesse conhecimento da postura do ex-Secretário de Estado Hugo Mendes, sugerir-lhe-ia que o demitisse na hora.

A minha pergunta é se o demitiria na hora, nessas circunstâncias. É porque António Costa não só teve esta postura, já depois da sua saída do Governo e da saída de Hugo Mendes, como naqueles dias de inverno, entre o Natal e o Ano Novo, pediu explicações, insistia em que desconhecia, em absoluto, os antecedentes que levaram aquele pagamento de indemnização a Alexandra Reis e que tornaram, de certa forma, muito mais plausível a pressão política que estava a existir.

Mais do que isso, o Primeiro-Ministro também se mostrou muito estarecido, perplexo, por três semanas depois ter sabido da tal mensagem em que o Sr. Ministro referiu que tinha dado autorização ao pagamento da indemnização.

Pergunto-lhe: sentiu essa falta de solidariedade de António Costa em

todos estes momentos e como é que se afirma perante ela?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos**: — Relativamente à primeira questão, quando telefonei ao Dr. Frederico Pinheiro já todos esses acontecimentos tinham decorrido, já ele tinha entregado o computador ao SIS e, portanto, essa questão não se colocou; a única coisa que se colocou nessa chamada foi o relato da sua versão, que os senhores conhecem.

Sobre os 55 milhões de euros, o Sr. Deputado diz que várias pessoas disseram que não era uma inevitabilidade... Bom, não foram assim tantas... Sabe quais foram?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, peço-lhe para não fazer perguntas.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Pois, não estou cá para fazer perguntas... Peço desculpa, Sr. Deputado.

Vamos lá ver uma coisa: sobre estas matérias há diferentes opiniões. Há diferentes opiniões e elas são respeitadas, respeitáveis e, obviamente, legítimas.

Agora, o Estado português tinha uma sociedade de advogados contratada e, portanto, trabalha com a sociedade de advogados que está contratada, que faz uma determinada apreciação da lei, uma apreciação de todo o quadro regulamentar que se aplicava à empresa e, depois, faz um aconselhamento jurídico ao Estado.

Por isso, aceitando que possa haver visões diferentes e que no quadro da Comissão Parlamentar de Inquérito isso seja invocado e seja dito que

«nem precisavam, foi porque quiseram»... Não, as coisas não funcionam assim! Havia aconselhamento jurídico e a leitura que foi transmitida ao Governo português era diferente dessa que foi aqui apresentada.

E aqui salto para a questão dos advogados e, depois, volto à suposta orientação de David Neeleman para os seus administradores, os seus representantes, atuarem, conscientemente, para bloquearem ou provocarem insolvência.

Dizia o Sr. Deputado que isto é governar por *outsourcing*, que se chega ao valor por advogados... A determinada altura, cria-se aqui um anátema como se o Estado português não se deva proteger com serviços jurídicos externos, quando não tem capacidade interna, para defender a sua posição. Isto é o correto; não é governar por *outsourcing* e, obviamente, faz parte, ou seja, o Estado vai entrar num processo, num processo complexo, e quer estar protegido na relação que vai ter com terceiros. E esta é uma forma correta, na minha opinião, de cuidar do Estado.

O Sr. Deputado dirá: «mas eu preferia que nós tivéssemos uma bateria de advogados dentro do Governo, especializados, que pudessem dar essa consulta ao Estado.» Eu acho que, do ponto de vista ideal, esse é o caminho que deve ser perseguido e, aliás, este Governo criou um centro de competências jurídicas exatamente por isso.

Agora, esse é um trabalho — e há um *know-how* que se vai acumulando —, mas este tipo de processos exigia especialização jurídica na área e, por isso, o Estado recorreu aos advogados externos e, na minha opinião, bem.

A outra parte mandata uma sociedade de advogados para fazer a negociação. Não é suposto, nem é o correto ser o Ministro das Finanças e/ou o Ministro das Infraestruturas a sentarem-se a negociar com a sociedade de advogados que representa o privado, nem seria também a forma correta serem os ministros a negociar com o acionista.

Todavia, as decisões não são tomadas pela sociedade de advogados; as decisões, neste caso, foram tomadas pelo Governo em Conselho de Ministros. Há uma negociação, há um valor que, atingido, permite o acordo e, depois, o Governo aceita ou não. O Governo aceitou e autorizou por decreto-lei que esse acordo fosse pago, e foi assim que se processou.

Eu não posso concordar, e já falei sobre isso — era um abuso de minha parte —, com a ideia de estar a dizer que David Neeleman deu orientações para, conscientemente, os seus administradores vetarem o acordo para provocar insolvência. Não vejo sentido nisso.

A única coisa pela qual eu tenho de me guiar, para ser sério, nesta questão, é pela ata e pelas declarações de voto da reunião de Conselho de Administração onde a questão foi discutida e aquilo que eu retiro é, de facto, que há divergências sobre algumas das condições das quais o Estado não queria abdicar.

O Sr. Deputado, legitimamente, coloca a questão, mas é um salto que eu não sinto que possa ou deva sequer dar, porque há justificações e fundamentação que explicam porque é que não dão o voto favorável para a concretização do contrato de financiamento e daquele acordo complementar. Aliás, julgo que a votação há de ter tido seis votos a favor e seis abstenções do privado, sendo que esta é uma matéria que exigiria maioria qualificada e, portanto, as seis abstenções objetivamente chumbam.

Mas há justificação por parte do privado e daqueles administradores para aquele voto. Por isso, posso estar a dizer que foi porque quiseram provocar uma determinada situação, mas a verdade é que havia uma discordância e essa discordância foi justificada pelo privado com argumentos objetivos.

Podemos acreditar ou não nos argumentos, mas os argumentos são objetivos e, portanto, têm de ser considerados dessa forma.

Sobre se a ameaça de nacionalização era *bluff* ou não. Não, não era

bluff. Para nós, o que era certo era que a TAP não podia fechar, mas não queríamos e esse não era o cenário que desejassemos. Nós não queríamos nacionalizar a empresa. Nós quisemos fazer o acordo para evitar a nacionalização. Nós não queríamos nacionalizar a empresa, mas, mais importante do que não nacionalizar a empresa, era não deixar a empresa fechar e, por isso, no limite, a nacionalização era uma opção que estava em cima da mesa e era firme, não era *bluff*.

O Sr. Deputado faz um comentário sobre a questão da litigância, dizendo que só os trabalhadores é que não têm... Com os trabalhadores, com muitos deles, houve negociação e, com alguns deles, negociação direta, acho eu, mas não com todos.

Portanto, houve negociação para grande parte dos trabalhadores que saíram com rescisão por mútuo acordo.

As coisas são diferentes, seja a compra de uma empresa, seja a indemnização a um administrador, sejam as rescisões por mútuo acordo, mas em todas elas há um acordo. Obviamente que com os trabalhadores a dimensão é diferente, o processo foi conduzido, exclusivamente, pela empresa e aí tenho menos conhecimento de como é que se processa a rescisão por mútuo acordo, mas cada situação é diferente e tem, obviamente, um tratamento diferente.

Sr. Deputado, acho que não ficou nada por responder...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, ficaram ainda três questões por responder.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ah, sim, só tenho aqui mais duas a que vou responder.

Tomando conhecimento daquele *e-mail*, qual deveria ter sido a minha posição? Bom, não consigo dar essa resposta ao dia de hoje, não é correto da

minha parte, porque tenho uma relação com o Secretário de Estado, conheço o Secretário de Estado para lá desse *e-mail*. Portanto, eu iria conversar com ele sobre aquele *e-mail*, que eu acho que não podia ter acontecido, que é infeliz e ele acha o mesmo.

Agora, o Secretário de Estado, Hugo Mendes, é muito mais do que aquele *e-mail*. Aquele *e-mail* não o define, para mim. Não o define! Portanto, eu, enquanto Ministro, pelo menos, quando faço uma avaliação sobre o todo e não sobre um momento que, para usar as palavras do próprio, não foi feliz.

Relativamente à outra questão, Sr. Deputado, sobre se eu senti a falta de solidariedade do Primeiro-Ministro... Eu tinha e tenho uma boa relação com o Sr. Primeiro-Ministro, eu vou sempre vendo muitas leituras sobre as relações, internas, seja com o Primeiro-Ministro, seja com os ministros das Finanças... Nunca senti falta de solidariedade do Primeiro-Ministro, a questão não se colocou nesse patamar. A decisão de demissão foi minha e pronto! Quando decido demitir-me, decido demitir-me, ponto final.

Não sobra nenhuma pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carvalho, do PS.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, renovo os cumprimentos.

Ao longo destas oito horas de audição, algumas das perguntas vão sendo respondidas e não há necessidade de revisitar todas elas, mas há pontos de vista que podem ser explorados de forma diferente em algumas perguntas e isso também faz parte do trabalho político de cada um dos grupos parlamentares que aqui estão, ou seja, o de fazer essa mesma diferenciação.

Gostaria, agora, porque não o fiz na intervenção inicial, de falar dos famosos 55 milhões de euros. Já aqui foi explicado o processo negocial,

quem tutelou esse processo negocial, as balizas entre as quais esse processo negocial esteve, entre os zero e os 224 milhões de euros, mas eu gostaria de puxar a fita do tempo atrás, porque aquilo que esta CPI nos tem mostrado, em particular nos *dossiers* da TAP, é que tudo tem um lastro, ou seja, a história da TAP não começou nem em 2015, nem em 2017, nem em 2020, e continuará assim no futuro.

Quando, muitas vezes, referimos que o acordo parassocial de 2017 condiciona esta negociação, aquilo que eu gostaria de trazer a esta discussão e que gostaria de perguntar é o seguinte: a posição negocial, em 2015, do Estado, a partir da decisão de 12 de novembro de 2015, não condiciona todo este processo, até aos dias de hoje, neste lastro da TAP ao longo do tempo?

Ainda sobre este tema dos 55 milhões, gostaria de deixar uma segunda questão sobre se a questão da litigância é um tema menor. É que tivemos já, em audições anteriores, responsáveis pela área das Finanças que não deixaram este aspeto como secundário, naquele que é o crivo da União Europeia numa ajuda de reestruturação que era fundamental para a TAP.

Uma questão sobre outro tema prende-se com a entrada da CEO na TAP. Ao longo desta Comissão de Inquérito, foi muitas vezes questionado o plano de reestruturação que estava em vigor nessa altura, que implicava cortes salariais aos trabalhadores, e foi muitas vezes aqui colocada a questão de que a CEO da TAP não teve esse corte salarial.

Portanto, aquilo que gostaria que ficasse claro, até porque teve responsabilidades diretas nessa nomeação, é se a preocupação esteve a montante, ou se, efetivamente, esse foi um aspeto que foi descurado, por assim dizer, na sua contratação.

Um último tema sobre o plano de reestruturação: mais uma vez, não vou discutir aqui se havia fórmulas alternativas ao plano de reestruturação, não entrarei por aí. Tivemos pessoas presentes nesta Comissão de Inquérito, como o Dr. Sérgio Monteiro, que referiu que havia, tivemos aqui outras

peessoas — Mário Centeno, João Leão, Humberto Pedrosa —, que procuraram demonstrar que não havia alternativa à forma como foi feito o plano de reestruturação.

A questão que queria colocar sobre isto é a montante: nesta tomada de decisão, naquela urgência dos dias em que é preciso tomar decisão, em que não há tempo ilimitado para tomar essa decisão, a questão que se colocava era de base ideológica? É que essa discussão também teve algum lastro nesta CPI, portanto, nesta semana final, também é importante que se possa esclarecer esse mesmo tema, ou seja, se, efetivamente, há aqui um lastro ideológico.

Aproveito para colocar uma última questão relativamente ao plano de reestruturação e à renegociação de contratos em vigor: a par de todos os outros cortes que era necessário fazer, havia metas balizadas naquela que devia ser a relação com os fornecedores e os ganhos que se poderia ter também nestes domínios?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O acordo parassocial só existe, porque o Governo anterior vendeu a TAP nas condições e no tempo que são conhecidos.

Houve um momento da Comissão Parlamentar de Inquérito em que se queria deixar claro que o processo tinha começado muito antes. A questão não era essa; a questão é quando é que ele foi concluído.

Sabendo que há uma maioria parlamentar que é contra a privatização, pelo menos, da maioria do capital da TAP, aquilo que era, na minha opinião, correto era dizer: «Olhe, entretanto, vai haver um novo Governo em Portugal, vamos deixar o novo Governo concluir este processo.» E, se esse

processo tivesse sido concluído — concluído! —, admito que o Governo não fosse fazer tábua rasa de todo o trabalho que já tinha sido feito pelo Governo anterior, pelo menos, o Governo do Partido Socialista. Mas, obviamente, estaria em condições completamente diferentes para fazer essa negociação.

Toda a gente sabia... Quem estava a comprar e quem estava a vender sabia qual era a posição não só do Partido Socialista, como também dos outros partidos, que, com o Partido Socialista, acabaram, na realidade, por viabilizar o Governo.

Isto aconteceu, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares. Olhou para mim... Foi o que aconteceu e foi bom, enquanto durou.

Risos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, faça favor de prosseguir.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Peço desculpa, Sr. Presidente. É que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares olhou para mim como se eu estivesse a dizer alguma asneira, mas não; houve mesmo um acordo assinado e tudo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O olhar não mata!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não!

Mas acho que correu bem...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Principalmente, para o PS!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, correu bem para todos: para o País, em primeiro lugar, e para o povo português. A memória que os portugueses têm desses quatro anos é uma memória boa.

Portanto, aquela venda não devia ter acontecido e, se ela não tivesse acontecido, quando já se sabia que a maioria do Parlamento que representava a maioria do povo português não o queria, as condições da negociação teriam sido completamente diferentes. Isso é óbvio.

Queremos sempre dizer que foi um momento anterior e eu já aqui disse: havia um mandato, o ex-Ministro das Infraestruturas faz uma negociação difícilíssima perante um facto consumado e consegue concretizar aquele que era um objetivo de Governo perante um quadro difícil, que era o de a empresa já ser de David Neeleman, o Estado já tinha assinado.

Por isso, o acordo parassocial é construído nessa base. É natural que o privado tenha exigido um conjunto de condições. Pode haver leituras diferentes e isso é legítimo, mas, obviamente, aquilo que é feito a seguir parte daquilo que existia, e aquilo que existia dependia e estava condicionado, obviamente, pelo negócio que tinha sido acabado de fazer poucos dias antes.

A litigância não é um tema menor, porque a litigância, o que é que significa? Significa pagar. Nacionalizar e não negociar significaria que haveria uma disputa judicial e que o Estado português poderia ser responsabilizado e ter de pagar. Seria feita uma avaliação da empresa, acho que é assim que funciona, o privado, que iria ter a sua empresa nacionalizada, iria, obviamente, intervir, ia defender-se, presumo que até em tribunais internacionais, e isso teria consequências imprevisíveis que nós queríamos evitar, também em termos de valor. Por isso, achamos que a decisão...

Depois, havia outra variável muito relevante: o tempo. E essa variável também é uma variável importante nesta questão.

A CEO teve corte salarial, à cabeça, no contrato. A referência para os cortes era os salários que existiam e a referência para o corte da CEO era o

salário do CEO que lhe antecedeu. Portanto, a CEO teve um corte salarial, segundo a informação que tenho, superior a 30 %. Teve esse corte.

Sobre a questão «não havia alternativa ao plano de reestruturação», quero dizer-lhe que o plano de reestruturação pode assumir sempre modalidades diferentes na sua composição, mas é muito difícil ser muito diferente daquilo. Seria muito difícil!

Agora, a existência do plano de reestruturação, isso era óbvio. Digo-vos mais: como já tinha dito noutra intervenção, mesmo que a TAP não fosse ao abrigo do *rescue and restructuring* e fosse ao abrigo do apoio covid, teria tido de se fazer uma reestruturação. Provavelmente, a TAP teria maior autonomia na decisão, mas, quando olhamos para aquilo que fizeram outros grupos de aviação europeus, em matéria de redução de frota e de cortes salariais, eles não ficam longe daquilo que a TAP fez.

A TAP era uma empresa que estava numa situação financeira muito difícil e, por isso, tinha de ser reestruturada — aliás, julgo que cheguei a dizer isso —, independentemente da Comissão Europeia, se quiséssemos ter uma TAP viável e sustentável a prazo.

Sobre se a motivação para a intervenção pública foi ideológica, essa é uma questão importante, porque foi ficando para a história que tinha sido... Agora, falta-me o termo... A esta hora já é mais difícil...

O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD): — Teimosia!

O Sr. Dr. Pedro Nuno Santos: — Não, não, é essa.

Peço desculpa, Sr. Presidente, estou a tentar lembrar-me e a direita para dar os seus contributos...

Risos do PSD.

Eu sei que é suposto nós lembrarmo-nos de tudo, mesmo daquilo que aconteceu.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Uma bravata?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Era isso! Uma bravata ideológica. Exatamente. Muito obrigado. O Partido Socialista nunca falha!

Risos.

Essa expressão foi usada e a razão é muito mais prosaica: ou nós intervencionávamos a empresa, ou ela fechava. Eu disse-o várias vezes, em vários debates parlamentares. A questão, para nós, não era a empresa ser nacionalizada e 100 % pública; era existir TAP ou não existir! Uma vez que o privado não tinha dinheiro, vontade ou disponibilidade para o fazer, a alternativa era encerrar a empresa. As alternativas eram: ou a empresa fecha, ou o Estado intervenciona a empresa.

A motivação não foi ideológica! Dião: «Lá está Pedro Nuno Santos, o esquerdista, que queria era nacionalizar a empresa!» Não foi nada disso!

Além de a decisão não ser minha, há este pequeno pormenor que eu já disse, aliás, na última Comissão: o Ministério das Infraestruturas não tem 3,2 mil milhões de euros no seu orçamento, nem autonomia, nem poder de decisão.

Dirão: «O Sr. Ministro das Infraestruturas tem muito poder político!» Não tinha ao ponto de decidir nacionalizar uma empresa. É uma decisão corretíssima e colegial do Governo, porque aquilo que estava em causa era a empresa fechar, ou a empresa sobreviver; não era a empresa ser pública ou privada. Era existir ou não existir! Era isso que estava em causa na altura, não era nenhuma bravata ideológica do esquerdista Pedro Nuno Santos.

Houve renegociação dos contratos com os fornecedores, na medida daquilo que era possível. Isso foi feito, mas não é fácil! Houve algumas que dificilmente teríamos conseguido, nomeadamente no que tem a ver com a imposição de perdas aos credores.

Queria só, se me permite, aproveitar esta questão, que já foi aqui debatida, nomeadamente a de impor perdas aos obrigacionistas e o que é que isso significaria. Uma empresa que, a partir do momento que tem uma intervenção pública, durante 10 anos, não pode voltar a ter auxílio de Estado, mas que teria, no futuro, de voltar ao mercado, dificilmente conseguiria voltar ao mercado em condições aceitáveis se tivesse imposto perdas aos obrigacionistas.

O parágrafo 73 da versão não confidencial do plano é clarinho sobre isto. Portugal explica ainda que «a TAP SGPS terá de regressar aos mercados de crédito o mais rapidamente possível, tal como previsto no plano de reestruturação. O impacto de uma imposição de perdas aos credores prejudicará uma eventual tentativa futura de a TAP SGPS obter fundos junto do setor privado, mesmo com garantia.»

E continua: «Seria considerada pelos participantes nos mercados de crédito que uma situação de incumprimento de facto se traduziria numa descida imediata da notação atribuída pelas agências de notação para a categoria de crédito mais baixa.

Por sua vez, os bancos abster-se-iam de negociar com a empresa no futuro.

Por último, Portugal observa que as renúncias a determinados direitos dos criadores no âmbito dos acordos de empréstimos e missões de dívida aplicáveis devem ser consideradas uma forma de repartição de encargos, de *burden sharing*, ao abrigo das orientações.»

Isto está no plano de reestruturação, na versão não confidencial, e para nós é claro: nós fomos e a TAP foi até onde era possível ir. Mais do que isto,

poderia parecer que, no curto prazo e no imediato, era uma boa solução, mas a prazo era desastroso para a TAP. A TAP não podia voltar a receber auxílio de Estado, a TAP necessitava de, a prazo e rapidamente, voltar ao mercado, e seria difícil à TAP voltar ao mercado se nós tivéssemos, por exemplo, imposto perdas aos obrigacionistas, aliás, muitos deles pequenos obrigacionistas portugueses, mas não só. Seria muito difícil o regresso da TAP ao mercado.

Fiz questão de referir isto porque na última Comissão essa questão tinha sido levantada por uma Sr.^a Deputada e eu queria explicar porque é que se renegociaram contratos com fornecedores, mas não foram impostas perdas, nomeadamente aos obrigacionistas, pelas razões que acabei de descrever.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Pedro Nuno Santos.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Pedro Nuno Santos, queria começar por lhe fazer uma pergunta que tem a ver com uma posição de abuso, de uma posição monopolista, ou dominante, que é o facto de a TAP, desde sempre, para Moçambique, ter voos a um preço relativamente constante na ordem dos 1200 €, ida e volta.

Isto, de facto, para uma diáspora que se quer ligada ao País é uma circunstância que se mantém e, para percursos equivalentes, sem alteração. Pergunto-lhe: não acha que há aqui um problema de concorrência ou, se quiser, um problema de monopólio?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Refere-se à ligação Lisboa-Maputo?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sim, Lisboa-Maputo, ida e volta.

Outra situação, e essa também nos parece muito complexa, porque se liga com uma realidade dos dias de hoje, tem a ver com o que está no acordo parassocial e nos compromissos estratégicos de 2016, que passo a citar: «O aeroporto de Lisboa encontra-se congestionado em alturas de pico, o que é uma vantagem para a TAP, caso saiba utilizar devidamente os seus atuais e futuros *slots*.»

Quer dizer, daqui parece evidente para as partes que, para a TAP, a Portela, quanto pior, melhor — isto está escrito. Eu li o que está escrito no acordo parassocial.

A pergunta que lhe faço é se isso não é a assunção objetiva, clara e inequívoca do Governo de que parte da confusão, a que hoje assistimos na Portela, absolutamente inaceitável, resulta desta consciência e desta opção, no pressuposto que aqui está e conforme eu li, de que esta situação beneficia a TAP. Isto parece-nos inaceitável. Isto é incompreensível! Há a aceitação pelas partes de que esta situação da Portela, quanto pior, melhor para a TAP, aproveita a TAP. Como é que acha que se pode interpretar isso à luz da concorrência?

A outra questão que lhe quero colocar é a seguinte: há pouco, disse que falou com o Dr. Frederico Pinheiro após os incidentes, mas nós só tivemos conhecimento dos incidentes nos dias seguintes. Como é que falou no dia com o Dr. Frederico Pinheiro? Eu não tenho memória de ter havido notícia sobre isso,... Se calhar, estive desatento e gostava que nos corrigisse ou clarificasse.

O segundo aspeto que eu lhe queria abordar diz respeito ao facto de o Sr. Doutor se demitir de Ministro. Naturalmente o seu pedido de demissão foi aceite e logo a seguir, entre aspas, passado uns tempos, o Sr. Ministro João Galamba demite-se e o Sr. Primeiro-Ministro não aceita a demissão. Aliás, até diz que os ministros têm de ter um período de aprendizagem, uma

curva de aprendizagem... Não é fácil fazer-se um ministro, digamos, subentende-se.

Mas no seu caso ele aceitou sem pestanejar. Sente que há aqui, digamos, um tratamento diferente do Sr. Primeiro-Ministro entre o seu pedido de demissão e o pedido de demissão do Sr. Ministro João Galamba? Parece que há aqui uma certa, digamos, uma preferência ou, dito de uma forma que as pessoas percebam, o Sr. Ministro João Galamba para o Sr. Primeiro-Ministro é mais indispensável que o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos.

O Sr. Hugo Carneiro (PSD): — Está na aprendizagem!

O Sr. Paulo Moniz (PSD): — Tenho ainda uma pergunta sobre o comunicado da saída do Dr. João Weber Gameiro. Teve conhecimento dele? Não concorda que esse comunicado contém as afirmações, também elas, erróneas ou, se quiser, a roçar a mentira? Teve conhecimento também deste caso?

Tenho aqui uma última pergunta que é a seguinte: imaginemos que se decide que a Sr.^a Engenheira — se decide, os tribunais, bem entendido, se houver litigância — Christine Widener tem direito a uma indemnização de 3 ou 4 milhões de euros.

Sente-se ou sentir-se-á, caso isso ocorra, em algum momento, corresponsável por essa indemnização, decorrente do processo que, de algum modo, se inicia e da confusão que se inicia, ainda, quando o Sr. Doutor era ministro. Portanto, pergunto se, de algum modo, se sente corresponsabilizado por o desfecho poder vir a ser esse, ou não.

Pedia-lhe que não se esclarecesse essas questões e, se não tiver conseguido tomar nota, naturalmente, farei novamente as perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Obrigado, Sr. Presidente. Não sei bem como lhe responder e como abordar a primeira questão, Sr. Deputado. Tinha vontade de dizer muitas coisas sobre ela.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Esteja à-vontade!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Depois de todo o debate sobre a ingerência na gestão da empresa, era extraordinário... Era mesmo esta a pergunta que faltava,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ora, está a ver?!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, porque este era o grau máximo, não é? Quer dizer...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Fica para a terceira ronda.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Agora, não percebi...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado estava a referir-se à terceira ronda, mas ainda estamos na segunda.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu estava a referir-me à terceira ronda?

O Sr. **Presidente**: — Não, não, o Sr. Deputado.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Ah! Sei que há terceira ronda e eu estou preparado para a quarta e para a quinta, se quiser.

Risos.

Os Srs. Jornalistas é que não... Ou melhor, afinal, dizem que estão!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar a responder, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Desculpe, Sr. Presidente.

Em relação a esta do preço das viagens, se calhar, há quatro horas, dizia uma coisa melhor... Porque, efetivamente, não deixa de ser caricato que, tendo andado a discutir-se a interferência na gestão da empresa, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Deputado me fale do preço das viagens entre Maputo e Lisboa. Peço-lhe imensa desculpa... Imagino o que seria eu interferir ou, por exemplo, imaginemos — porque seria a consequência, não é? — que eu dizia: «Olhe, os preços das viagens entre Maputo e Lisboa e Maputo são tão altos, podem fazer o favor de rever isso?»

Era a consequência natural da sua pergunta. Pergunta-me sobre as viagens entre Lisboa e Maputo, deve ter conhecimento de causa sobre isto... Olhe, aquilo que eu vou ouvindo mais é das ligações de Lisboa com o Brasil, cujos preços estão altíssimos. Quer dizer, sinceramente, até tenho...

Não sei bem como lhe responder, porque a TAP é uma empresa que opera no mercado concorrencial e que faz, dentro daquelas que são as regras do jogo de mercado, aquilo que é suposto, que lhe cabe, que deve fazer para gerir bem a empresa. Portanto, faz os preços que o mercado lhe permite que faça.

O Sr. Deputado está a dizer: «Não, mas as viagens, então, pelo menos, deviam ser subsidiadas...» Não sei bem qual é a conclusão que quer tirar, aí já não é com a TAP. A TAP é uma empresa que opera no mercado concorrencial, tem um algoritmo para definir os preços das viagens e é preciso respeitar a autonomia. É assim que entendo a relação do Estado e do acionista com a empresa, Sr. Deputado. Acho que o acionista não deve interferir na política de preços da TAP.

Risos do Orador.

Esta teve piada, Sr. Deputado, tenho de lhe dizer.

Agora, para a TAP, a Portela quanto pior, melhor. Isso não sei...! Ouvi o que leu obviamente — não sei, não posso falar pelas outras pessoas —, mas eu não entendo do que leu que para a TAP quanto pior, melhor. Desculpe, não foi assim que eu o interpretei, até porque eu sei que isso não é verdade.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — eu só li!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não estou a dizer que não é verdade o que o Sr. Deputado disse. Então? Vamos partir desse princípio.

Aquilo que não é verdade é que seja melhor para a TAP que seja uma confusão no Aeroporto Humberto Delgado! Foi o que eu disse: não é verdade que seja bom para a TAP que seja uma confusão no Aeroporto Humberto Delgado.

A TAP tem metade, sensivelmente metade, dos *slots* do aeroporto. Se a operação no Aeroporto Humberto Delgado funciona mal, o principal atingido é a TAP. Também tenho alguma dificuldade em interpretar essa conclusão, Sr. Deputado, porque é óbvio. Há duas coisas que são óbvias: a

primeira é que o principal prejudicado pela situação em que está o Aeroporto Humberto Delgado — e quando eu digo pela situação é estar a rebentar pelas costuras! —, repito, o principal prejudicado é a TAP, primeiro facto; segundo, quem gere o aeroporto não é a TAP. Este é o segundo facto importante, porque se deduziria que a TAP é que provoca a confusão no aeroporto, porque beneficia dela.

Nenhuma tem sentido, porque a TAP, de facto, é a principal, a primeira prejudicada pela situação-limite de capacidade em que está o Aeroporto Humberto Delgado, repito, é primeira prejudicada, não só não pode crescer, como é fortemente prejudicada pelos atrasos. Aliás, os atrasos que muita gente atribui à TAP, infelizmente, uma grande parte deles, não são por causa da TAP — nem estou a dizer que sejam por causa da gestão do aeroporto —, mas, sim, por uma realidade concreta que nós enfrentamos, que é a de ter um aeroporto que, na grande parte do dia, está no limite da sua capacidade e basta haver um atraso no início da madrugada ou no início do dia para que seja difícil depois recuperar esse atraso, porque os *slots* estão todos ocupados a seguir.

Por isso a TAP, primeiro, é a maior prejudicada, a primeira prejudicada com a situação aeroportuária que nós temos na região de Lisboa e, segundo, a TAP não gere o aeroporto e, portanto, se houver algum problema ele não é provocado pela companhia aérea, porque a companhia aérea não gere o aeroporto.

Portanto, a TAP não beneficia nada, infelizmente, da situação em que está a capacidade aeroportuária na região de Lisboa.

Sobre a conversa com Frederico Pinheiro, naquela noite as pessoas começaram a conversar, não me lembro quem é que me disse que aquilo tinha acontecido, mas sei que liguei ao Dr. Frederico Pinheiro já tarde para ouvir dele o que é que tinha acontecido.

Sobre o Primeiro-Ministro aceitar o meu pedido de demissão, não tenho qualquer comentário a fazer à observação que o Sr. Deputado fez. Embora seja como eu já disse: quando decido demitir-me, decido demitir-me!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Pois claro!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — O que eu quero dizer é que não depende de terceiros. Neste caso, não fui demitido, eu demiti-me! É uma decisão que depende de mim, exclusivamente.

Sobre o comunicado de saída de João Gameiro, eu ouvi a audição e mantenho o que está naquele comunicado. Nós nem sempre nos lembramos de tudo, mas há memórias que são mais fortes e são aquelas que têm carga emocional. Essas são as memórias que nós guardamos mais e, por isso, a minha conclusão é de que foram motivações pessoais as que estiveram na base da demissão.

O Sr. Deputado Hugo Carneiro está a abandonar a cabeça, mas quem esteve na conversa com o administrador João Gameiro fui eu ...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ele esteve na Comissão.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu sei, eu vi a audição.

Sobre a questão do contrato de gestão não tenho qualquer memória, mas não excludo que a dimensão do seguro tenha pesado na dimensão pessoal, porque, obviamente, ela impactava pessoalmente, mas nós também sabemos, e a Comissão Parlamentar de Inquérito também, que não havia forma de resolver aquilo.

A TAP não estava em condições de conseguir negociar seguros com uma cobertura maior e o Estado português não se podia substituir. Portanto,

essa é uma questão que não era ultrapassável. A minha leitura da conversa que tive com o ex-administrador João Gameiro era de que foram razões pessoais que estiveram na base da sua decisão.

Eu saí do Governo a 4 de janeiro, e, portanto, não posso sentir-me corresponsável por consequências de decisões que eu não tomei. Isso não posso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, quer regressar a alguma questão?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, é que, de facto, a primeira pergunta, talvez por erro, não sei se foi de entoação, porque eu tentei ler exatamente um parágrafo do acordo parassocial dos compromissos estratégicos de 2016, mas, pela resposta do Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, fico na dúvida sobre se ele terá percebido ou se eu não me terei expressado bem, e, por isso, gostava de voltar a ler.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Diz o seguinte: «O aeroporto de Lisboa encontra-se congestionado em alturas de pico, o que é uma vantagem para a TAP, caso saiba utilizar devidamente os seus atuais e futuros *slots*» — isto é o que consta do acordo assinado.

A minha pergunta é porque, de facto, há aqui — como, julgo, decorre da leitura —, uma vantagem, aliás está cá escrito, para a TAP, caso saiba utilizar esta circunstância de congestão na altura de pico. Ora, há aqui assumidamente uma posição ou uma proteção de uma posição monopolista, se souber tirar partido dela.

Era essa a minha pergunta, não sei se agora ficou mais bem esclarecida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tinha percebido a pergunta, respondi e volto a responder agora, porque me voltou a perguntar: eu não vejo como seja possível ser bom para a TAP o aeroporto estar na situação que está.

O Sr. Deputado disse que quanto pior melhor, é melhor para a TAP, a confusão que existe hoje beneficia a TAP, mas eu não concordo com essa visão.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Está aqui!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sr. Deputado, não concordo com essa... O que é que quer que lhe faça? Não concordo com essa visão!

Eu acho que a situação de congestionamento do aeroporto é prejudicial para todas as companhias aéreas, em primeiro lugar para aquela que mais utiliza o aeroporto. Pronto! Posso estar enganado, mas é a minha visão e acho que qualquer... Quer dizer, acho... não, não tenho de achar se os outros acham o mesmo que eu; agora esta é a minha leitura, ou seja, é mau para a TAP, é mau para todas as companhias... É mau para o País, em primeiro lugar, é mau para vários setores económicos, é mau para todas as companhias aéreas e é, em particular, mau para a TAP.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

Dou, agora a palavra, para terminar esta segunda ronda, ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, queria voltar aqui ao tema de Frederico Pinheiro, com duas questões: a primeira é muito específica e pedia-lhe também uma resposta específica, porque talvez também não esteja muito bem recordado disso, mas foi o Dr. Pedro Nuno Santos que lhe ligou ou foi ele que lhe ligou a si nessa noite? Porquê? Porque, tanto quanto sei — mas também posso estar enganado, não tenho aqui a informação toda —, nesse dia, estamos a falar de 26 de abril, se não me engano, não houve notícia pública imediata desses factos, mas posso estar enganado e, se for assim, então, terá outro enquadramento.

Portanto, a minha questão é: como é que poderia ter sabido do acontecimento na própria noite? Alguém lhe disse, alguém lhe transmitiu, ou soube pelas notícias o que tinha acontecido no Ministério das Infraestruturas? Foi o Dr. Pedro Nuno Santos que o contactou, ou foi ele que o contactou a si e lhe disse: «olha, aconteceu isto, isto, isto e tal... Este Galamba...» No fundo, como é que soube destes acontecimentos e o que é que ele lhe transmitiu? Isto se não for nada que seja, enfim, privado ou pessoal, uma vez que isso pode ter importância para o que está a ser investigado nesta Comissão de Inquérito.

O outro tema tem de ver com os documentos confidenciais, classificados ou confidenciais, enquanto era Ministro das Infraestruturas, isto porque tivemos aqui a notícia de que os documentos da TAP apenas tinham sido classificados depois do início desta Comissão de Inquérito, ou seja, só teria havido ordem para classificar documentos quando esta Comissão de Inquérito começou.

Ora, é importante percebermos se já era assim, isto é, se durante o tempo em que foi Ministro, e ainda não havia esta Comissão de Inquérito,

não havia documentos da TAP classificados? Havia ou não? E se havia, quem é que os classificou?

Quando classificavam documentos, nomeadamente o plano de reestruturação ou outros relativos à TAP, não houve intervenção do Gabinete Nacional de Segurança? Pergunto isto, porque a lei assim o determina, tanto quanto sei, e, portanto, penso que há toda uma metodologia e critérios que tem de ser o Gabinete Nacional de Segurança a intervir.

E pergunto isto porquê? Para fazer a diferença entre o que nos disse aqui João Galamba — e que, honestamente, me parece que foi uma grande confusão e que não ajudou nada ao esclarecimento, mas isso não é da sua responsabilidade, nem lhe cabe a si comentar —, e o que nos irá dizer sobre se havia ou não documentos classificados sobre a TAP nessa altura. Então, pergunto: quem é que os podia ter e aceder-lhes? Como é que era feita essa classificação?

A terceira questão prende-se com uma frase de David Neeleman que lhe vou ler e que diz o seguinte: «A Airbus só ajudou a TAP aceitando a troca dos aviões e dando a sua contribuição financeira porque acreditava em mim...» — «em mim», David Neeleman.

Depois diz: «O Governo do PSD/CDS conheceu e aprovou a nossa proposta, mas agora, sete anos depois, alguns Membros do Governo do PS dizem que não sabiam do assunto, numa tentativa de se exonerarem de responsabilidade, que qualquer governante responsável e competente sabe que são suas quando assume o poder. Das duas uma: ou não dizem a verdade, ou nunca consultaram os documentos e as cartas que entregámos à PARPÚBLICA e aos vários Governos, nem os pareceres dados na altura, hipótese que não deve ser aceitável para nenhum contribuinte e que não é aceitável para mim.» — isto diz David Neeleman.

Ora, eu queria perguntar-lhe como é que responde a isto, no sentido em que ele diz que toda a informação foi passada, mesmo informação que

agora todos os ministros que aqui vêm dizem desconhecer e era importante perceber porque é que ele diz isto. Como é que responde a esta questão?

O Sr. Doutor disse, várias vezes, nesta Comissão de Inquérito: «A decisão de me demitir foi minha... O Primeiro-Ministro não pediu a minha demissão».

Mas, Dr. Pedro Nuno Santos, convenhamos, era inevitável a sua demissão.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Foi uma decisão minha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exato! Mas, olhando para os factos, foi uma decisão sua, mas seria do Primeiro-Ministro se não fosse sua, penso eu, porque a sua demissão era inevitável nesse enquadramento.

Na verdade, a demissão ocorreu — continuo a dizer — em circunstâncias em que a sua conduta, na perspetiva que temos, foi negligente por não ter antecipadamente, logo que a notícia surgiu, ter sabido dar um esclarecimento que tinha à sua disposição, porque, como disse há pouco na primeira ronda, a resposta estava mesmo no seu telemóvel. Portanto, era uma questão de fazer essa pesquisa.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não se importa de repetir a pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queria reiterar uma questão que já lhe coloquei na primeira ronda.

A sua demissão, se não fosse decisão sua, teria de ser do Primeiro-Ministro, face à informação que conhecemos hoje e à sua anuência política à indemnização paga a Alexandra Reis.

Considera, ou não, hoje, que a sua conduta foi negligente nessa matéria, sobretudo quando as notícias surgiram e quando andámos quatro dias, ou cinco, não me recordo agora quantos, sem saber se tinha havido intervenção do Ministério das Infraestruturas ou das Finanças, e a resposta estava na troca de mensagens entre si e o seu Secretário de Estado?

O Secretário de Estado disse que tinha perdido o telefone e que não tinha acesso a essas mensagens, mas o Sr. ex-Ministro, tanto quanto sei, não tinha perdido o telefone e tinha acesso a essas mensagens; era só ter feito uma pesquisa logo quando as notícias surgiram.

Uma questão relacionada com esta: há pouco, perguntei-lhe se se arrependia da indemnização que pagou a Alexandra Reis e a sua resposta foi: «Eu agi de boa-fé». Nós, às vezes, fazemos coisas de boa-fé, mas que nos arrependemos. Olhe, podemos casar de boa-fé e arrependermo-nos,...

O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD): — Ora...!!!!

O Sr. André Ventura (CH): —... podemos abrir negócios de boa-fé e arrependermo-nos, até podemos comprar um carro de boa-fé e arrependermo-nos.

Eu já percebi que, segundo disse, agiu de boa-fé, percebi e tenho a minha opinião sobre isso, que não interessa para aqui.

Portanto, o que eu lhe pergunto não é se agiu de boa-fé; é se está arrependido de ter dado *okay* a essa indemnização? Não é a questão de se agiu de boa-fé, se achou que era o ponto de equilíbrio, como nos disse o Secretário de Estado Hugo Mendes. Não. Pergunto-lhe é se se arrepende hoje, se reconhece hoje que foi uma decisão errada, politicamente, e, por isso, assumiu essa responsabilidade, como já disse. E, arrepende-se desta indemnização?

E, finalmente, Sr. Presidente, com a sua tolerância, o negócio M&E Brasil. Sabemos que o Dr. Diogo Lacerda Machado disse que foi o melhor negócio que foi feito em 50 anos. Este melhor negócio que foi feito em 50 anos deixou-nos, em 2021, com um prejuízo recorde de 1,6 milhões de euros.

Diogo Lacerda Machado não é aqui um personagem, personagem sem nenhum desrespeito, qualquer, é um dos mais próximos do Primeiro-Ministro, foi alguém que teve intervenção direta nestes *dossiers*, foi ele próprio administrador da TAP e consultor para os vários processos de privatização.

Como é que, hoje, olha para este negócio e acha que, de facto, este foi o melhor investimento em 50 anos? O acha que foi um desastre para a companhia aérea, porque, de facto, a TAP já tinha presença no Brasil, e isto deixou-nos com um prejuízo muito, muito significativo e muito, muito acentuado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e agradeço a tolerância.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Frederico Pinheiro tinha-me ligado quando foi demitido, a dizer que tinha sido demitido, mas isso sem qualquer relação com a ida dele para o Ministério ou com o que aconteceu no Ministério.

Sobre os acontecimentos, propriamente ditos, e na decorrência dos acontecimentos a chamada foi feita por mim...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nesse dia?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim, nesse dia. A resposta já a dei, ou seja, já depois da entrega do computador. Eu soube disso, as pessoas ligam, já corria o que é que tinha acontecido e ligaram-me, eu já não me lembro quem é que me disse...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não se lembra quem é que...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não! Mas foi eu que liguei no final da noite...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não foi o Frederico?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não!

Não havia documentos da TAP classificados no meu período enquanto Ministro.

Relativamente à questão que David Neeleman coloca no seu artigo de defesa, legítimo, a única coisa que eu posso dizer, é que eu chego, assumo funções no Ministério das Infraestruturas em 2019 e a questão da privatização e de todo esse processo não se colocava em 2019.

Portanto, eu não fui ver nenhum documento de 2015. Eu herdo uma determinada situação que estava, como eu já disse aqui, societariamente estabilizada, e é a partir dessa situação que eu inicio o meu mandato, por isso, não me revejo nessa leitura que David Neeleman faz, porque, obviamente, os documentos importantes para o meu trabalho eram do meu conhecimento.

Situações que estavam já resolvidas, superadas, ultrapassadas, pelo menos a questão da privatização e de reconfiguração já estava estabilizada, eu não as revisei.

Todavia, entretanto, nós também fomos ouvindo aqui várias intervenções, nomeadamente sobre a forma como esse processo, do ponto de vista de transmissão de informação, foi feito. Isto porque, ainda hoje, nós, de facto, quando olhamos para o relatório de Tribunal de Contas, não há nenhuma referência a esse negócio, pelo que não sei se o Tribunal de Contas teve, ou não, acesso a esses documentos.

O que sei, sei pelo que vi na Comissão Parlamentar de Inquérito, é que quando houve a reunião, o tema não foi apresentado. Ao que sabemos hoje, foram documentos entregues numa *pen*. O tema tem importância suficiente para ter sido falado, não foi, e, de facto, o relatório do Tribunal de Contas não fala sobre ele.

Portanto, não sei o que é que os meus antecessores souberam ou não souberam e não quero estar a fazer juízos. Ouvi as intervenções deles aqui, mas só posso responder por mim, portanto, vou seguir.

Não considero a minha conduta negligente, Sr. Deputado, porque eu não estava a acompanhar o processo, tinha competências legadas e sou confrontado, no final do processo, com um contacto do secretário de Estado sobre um valor, ao que eu digo que acho que é muito alto, e, depois, no dia seguinte, com outro valor em que me é dito que não é possível baixar mais.

É neste contexto que a minha intervenção é feita. Não me cabia, a mim, naquele quadro, e no quadro que expus nesta audição, estar a fazer nenhum juízo sobre a legalidade. Por isso, é difícil estar a dizer-lhe que me arrependo de uma resposta que dei, numa base de confiança com a minha equipa, que, por sua vez, a faz numa base de confiança para com a empresa.

Obviamente, desejava que não tivesse acontecido assim. Foi um erro, foi um processo que correu mal e que custou a minha permanência no Governo e a minha presença na Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, antes não tivesse acontecido.

Em consciência, e por isso é que eu disse que agi de boa-fé, foi nesse sentido, em que sou confrontado com uma solicitação e com uma pergunta à qual eu respondo. Não ia, perante uma pergunta do Secretário de Estado, dizer: «espera aí que...» Eu não só tinha as competências legadas, como tinha o processo a ser conduzido pelo Secretário de Estado, que, por sua vez, agiu, como ele explicou, no princípio da confiança de que a TAP estava, obviamente, a cumprir a lei.

Relativamente ao negócio da M&E Brasil, também já o disse várias vezes, não o considero o melhor negócio da TAP nas últimas décadas, porque os resultados da M&E Brasil são demasiado impactantes, saltam-nos à vista, impactaram a vida da TAP, de forma negativa, e por isso não consigo fazer...

Respeito quem tem uma visão diferente, aliás, já o disse da última vez e quem tem uma opinião diferente tem muito mais conhecimento sobre esta matéria do que eu, e tem um histórico que eu não tenho, e, por isso, tenho de assumir, como disse da última vez, uma discordância com humildade, mas, obviamente, que, a partir do momento em que tomo contacto e responsabilidade com o *dossier*, não consigo dizer, com aquilo que sei, dizer que foi um bom negócio.

Percebo a ideia, admito, e tem racional, a ideia de que uma intervenção possa ter sido valorizada pelo Governo do Brasil, que isso possa ter ajudado a TAP a ganhar direitos ou a assegurar direitos de voo para o Brasil, mas, na realidade, acho que os fatores que explicam o crescimento da operação da TAP no Brasil vão muito para lá da M&E Brasil.

Acho que, obviamente, têm, desde logo, que ver com a falência da Varig e a substituição do espaço que foi desocupado pela Varig. A TAP ocupou-o, admito-o, e é aqui que faço essa concessão, que a M&E Brasil possa ter ajudado, mas a TAP tinha um conjunto de vantagens também imbatíveis: era uma companhia portuguesa, de um País com ligação histórica ao Brasil; tinha o posicionamento geográfico do *hub* de Lisboa; a liderança

de Fernando Pinto, que não só era brasileiro como tinha dirigido a Varig, o que nos dava a nós, via CEO, uma vantagem grande; e depois a comunidade brasileira que temos em Portugal, que obviamente, só por si, viabiliza parte da operação, e isso também é relevante.

Portanto, acho que haveria sempre um conjunto de vantagens, para a TAP, na ligação ao Brasil, que, a TAP bem gerida, aproveitariam e acho que eles dispensavam bem...

Não sei se, na altura, ou melhor, acho que, na altura, não dava para perspetivar, julgo eu, o que foi acontecendo ao longo dos anos, mas, entretanto, passaram anos suficientes para, a determinada altura, se ter percebido que quanto mais depressa aquilo fechasse melhor.

E aí acho que se fez pouco, por isso, em resposta ao PSD, que escolheu este tema várias vezes, eu referi que o PSD também esteve quatro anos no poder e não fez nada em relação à M&E Brasil.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Pedro Nuno Santos e Srs. Deputados, terminámos a nossa segunda ronda.

Para a terceira ronda, de três minutos para cada Deputado, a Mesa regista as inscrições dos Srs. Deputados Paulo Moniz, Hugo Carneiro, Bernardo Blanco e Pedro Filipe Soares.

O Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, responderá em conjunto a todos os pedidos de esclarecimento.

Podemos dar seguimento, ou pretende fazer algum pequeno intervalo?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Quantos pedidos são, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — São quatro Srs. Deputados que estão inscritos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Então, vamos já seguir.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Dou, então, a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Pedro Nuno Santos, todo este filme tem-me provocado um certo sentimento de *déjà vu*: um ministro ambicioso, grisalho, mas jovem, um menino de ouro do seu partido, com muitas certezas e carisma.

Há 18 anos todos nos lembramos desse menino de ouro e há 12 anos que todos sabemos como ele acabou e, pior do que isso, como é que nós acabamos todos por causa dele. As aparências iludem e, no seu caso, iludem quem quer e o tempo não está para ilusionistas.

O Sr. Doutor teve oportunidade de manifestar o seu regozijo pelos lucros da CP, mas eu queria recordar-lhe que a CP teve mais de 3800 milhões de euros de injeção de dinheiros públicos, desde 2016. E, ainda assim, o Estado não aprovou os relatórios e contas desde 2016. A TAP teve, até agora, 2500 milhões de euros de injeção de dinheiros públicos, até um limite que será de 3200 milhões de euros.

Por isso, o foguetório que faz, nós percebemo-lo, mas não podemos dissociá-lo do facto de que, em quatro anos, não ter conseguido terminar o famoso Ferrovia 2020, que continua ainda atrasado e que, talvez, não termine antes de 2024 ou 2025.

Há uma outra questão que gostaria que nos esclarecesse e que parece mais profunda do que à primeira vista podemos entender.

Sabemos que foi a IGF quem fez o relatório, digamos, de avaliação do caso Alexandra Reis, o famoso parecer. Em nenhum momento lhe passou pela consciência que — sendo o Sr. Ministro das Finanças, potencialmente, um visado desta ação; que a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, foi Secretária de

Estado do Tesouro do Ministério das Finanças; que a esposa do Sr. Ministro das Finanças, à data, quadro da TAP — tudo isso configurava ou podia configurar um grosseiro desrespeito pelo Código de Conduta do Governo em matéria de incompatibilidades?

Em nenhum momento, enquanto ator, enquanto participante, não deu o alerta que isto violava os mais básicos princípios daquilo que é o entendimento da isenção, quer do funcionamento das instituições quer neste caso particularmente grave?

O que nos assalta aqui é que este conjunto de atropelos procedimentais, quiçá, em alguns casos, de desleixo, de falta de atenção, de não respeito por normas que nos pareciam de bom senso, desembocaram na circunstância que hoje o traz a essa cadeira.

A pergunta que lhe faço é: este problema da IGF, em nenhum momento, lhe causou perturbação que lançasse um alerta e que dissesse «cuidado, pode estar aqui em causa um problema claro de incompatibilidade e de isenção»?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Pedro Nuno Santos, no início da sua inquirição fez, mais ou menos, esta afirmação: 500 000 euros é muito dinheiro e, portanto, suscita a perplexidade de qualquer pessoa, mas olhem para o que aconteceu na Caixa Geral de Depósitos, onde também foram pagos muitos milhões de euros.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não disse bem isso...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Bem, terá a oportunidade de corrigir depois quando for responder.

Mas, pelo menos aquilo que fez foi, sem desvalorizar, valorizou e depois desvalorizou outra vez a indemnização dos 500 000 euros. É a sensação que nos deu, ao dizer que na Caixa também foram pagas duas indemnizações de valor avultado.

Só que há uma grande diferença, e vou explicar-lhe qual é: a Caixa Geral de Depósitos, desde que recebeu apoios do Estado, já devolveu ao Estado, até hoje, cerca de 800 milhões de euros.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É verdade: devolveu 800 milhões de euros ao Estado!

Desde que anda a fazer, ou até ao momento em que andou a fazer, experimentalismo na TAP, quanto é que a TAP devolveu ao Estado? Zero! Pergunto-lhe: quanto é que a TAP vai devolver nos próximos anos? Está em condições de nos dizer aqui se vai devolver alguma coisa? Quando for vendida qual é o valor mínimo pelo qual é que deve ser vendida? Quanto é que vai devolver dos 3,2 mil milhões de euros? É importante que os portugueses ouçam este valor para terem noção: 3,2 mil milhões de euros!

Portanto, há aqui uma grande diferença entre a situação da TAP e a situação da Caixa Geral de Depósitos.

Acho admirável que tenha tentado desvalorizar uma indemnização de 500 000 euros e dar os exemplos da Caixa Geral de Depósitos, porque foi isso que tentou fazer. Isto sem eu me pronunciar sobre o que acontece na Caixa, mas constatando que, pelo menos, ao nível dos dividendos há uma grande diferença entre as duas empresas.

Gostava de lhe fazer uma segunda, e última, pergunta que tem a ver com as conversas que, eventualmente, poderá ter tido — e dir-me-á se teve

ou não — com Fernando Medina, Ministro das Finanças, quando Alexandra Reis vai para Secretária de Estado.

Fernando Medina pediu-lhe opinião sobre a personalidade e as capacidades de Alexandra Reis para o exercício dessa função de Secretária de Estado? Se sim, quando e o que é que lhe disse, em concreto? Se, eventualmente, não lhe pediu opinião, quando é que soube que Alexandra Reis ia para Secretária de Estado no Ministério das Finanças? O que é que achou dessa promoção de Alexandra Reis para o Ministério das Finanças? Depois de, eventualmente, ter sabido — se não soube antes — falou com o seu colega de Governo? O que é que lhe disse, ou o que é que ele lhe disse a si?

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente.

Pedia-lhe só uma pequena tolerância, só para esclarecer aqui uma coisa sobre estes acontecimentos no Ministério.

Disse-nos, primeiro, que — segundo o que percebi — soube da demissão de Frederico Pinheiro e dos acontecimentos no Ministério, bem antes da grande maioria do Governo, até.

Disse que não se lembra de quem é que o informou, mas, ao mesmo tempo, também me respondeu que não falou com ninguém do Governo nem dos gabinetes. Certamente, não foi o segurança do edifício que lhe ligou, nem a polícia, nem o SIS, pelo que tem de ser alguém — não estou a dizer que tenha lá estado —, que tenha sabido daqueles acontecimentos muito rapidamente.

Por isso, volto a perguntar-lhe se não se lembra mesmo de quem é que lhe ligou, porque o leque de pessoas que lhe possam ter dito isto não é muito largo.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Por acaso, é.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por acaso é? Então, deve conhecer muita gente no SIS e na polícia, certamente.

O Primeiro-Ministro António Costa disse que apreciava o relacionamento estratégico que os ministros mantêm com a Metro, com a Caixa ou com a Águas de Portugal. Gostava de saber o que é que aconteceu de tão errado na relação entre a administração da TAP e o Governo, para este não ser um exemplo de um caso positivo dado também pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Em terceiro lugar, para terminar, no início da audição disse que não há interferência na gestão da empresa, «porque, para mim, era claro que as coisas tinham de correr bem e eu não percebo do negócio da aviação.»

Com esta parte final eu acho que a maioria dos portugueses, hoje, já concorda. Em relação à parte inicial, penso que é muito difícil que nos diga que não houve interferência política na gestão da TAP.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Está visto que não tivemos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, vou dizer-lhe: tivemos o Governo a alterar apresentações comerciais e comunicados oficiais, sendo o maior exemplo de todos, mas não o único, a resposta ao despacho em que tivemos o seu Secretário de Estado a responder ao próprio esclarecimento pedido pelo Sr. Ministro; tivemos o caso da frota automóvel, que é uma interferência, que até o Sr. Deputado já admitiu; tivemos o Secretário de

Estado a dizer para a TAP não falar com outros ministérios; tivemos várias indemnizações milionárias, mas uma em concreto, que é aquela que discutimos hoje, e a pessoa que a recebeu foi, logo a seguir, para uma empresa pública, não a devolveu e, logo a seguir, foi para o Governo; tivemos o seu Secretário de Estado a pedir para se alterar um voo do Sr. Presidente da República, porque ele era o maior aliado político, mas, certamente, se poderia tornar o maior pesadelo.

Isto são tudo exceções? Bem, a mim, parece-me que são tantas que eu diria que é a regra.

E pergunto-lhe mais uma vez: como é que, com todos estes exemplos que foram dados — e não estão aqui todos os que se souberam durante estes meses —, é possível dizer que a TAP não teve uma gestão política? E, se calhar, em alguns casos, até uma gestão partidária, como se viu nessa última mensagem relativa ao voo do Sr. Presidente da República.

Evidentemente que a TAP era para prestar serviço público, mas, em alguns destes casos, parece que foi mais para prestar serviço político. E não me diga que é só uma exceção quando eu acabei de elencar aqui seis ou sete casos. E há mais, durante...

Risos do Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

Pode responder a seguir e pode rir-se, pois, efetivamente, foi isto que aconteceu: tivemos interferência política em diversos casos e estes são os mais graves, sobretudo, obviamente, o da alteração do voo do Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Doutor referiu que foi imprescindível a atuação do Estado na TAP para a manter enquanto empresa, senão ela poderia ficar colocada em risco, poderia mesmo acabar. De 2015 para 2016, o Governo também admitiu que a presença estratégica do Estado na TAP era fundamental para salvaguardar o interesse nacional.

Pergunto-lhe: no processo de entrada da nacionalização de 2020, como é que foi salvaguardada essa presença estratégica para o futuro? Ou estaremos perante a possibilidade de a TAP ficar na totalidade de um interesse estratégico privado?

Sei que o Sr. Doutor já referiu que não quer discutir futuras possibilidades de privatização, mas faço-lhe a pergunta ao contrário: do trabalho que fez na TAP, que salvaguardas é que nós poderemos de ter que ela não vai ser completamente alienada ou que a posição estratégica do Estado na TAP não será colocada em causa?

Tenho uma segunda questão, sobre a mesma matéria, mas gostava de ouvir a sua explicação. Há uma referência na documentação que esta Comissão recebeu sobre uma possível reunião entre o CEO da KLM, o CEO da TAP e o Sr. Ministro, a 22 de junho de 2022, no Ministério.

Pergunto-lhe se essa referência se materializou numa reunião, ou se é algo que não aconteceu na realidade. E, se se materializou na realidade, numa reunião, qual era o intuito dessa reunião.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma resposta conjunta, única e última, dou a palavra ao Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Moniz, com exceção do agradecimento sobre o carisma, acho que é melhor não comentar. É melhor, para mim — para si, admito que gostasse —, não comentar a primeira parte da sua intervenção, que não posso qualificar, embora eu tenha sido adjetivado.

Sr. Deputado, sobre «ministro ambicioso», «grisalho»... Sinceramente, prefiro nem estar a recordar o que disse, porque sinceramente,...

O Sr. **Presidente**: — Isso foi um elogio.!

Risos do Sr. Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — ... isso diz mais sobre si do que sobre mim. Portanto, prefiro não fazer mais nenhum comentário sobre essa primeira parte.

Sobre a CP, sim. Quando fazemos o nosso trabalho, ainda para mais quando somos parlamentares, é importante que saibamos do que é que estamos a falar e a CP, que eu saiba, não recebeu injeção nenhuma. Não sei do que é que o Sr. Deputado está a falar, o que é que lhe disseram, o que é que os seus assessores lhe disseram, mas a CP não recebeu injeção nenhuma. Nenhuma, Sr. Deputado! Nenhuma! Posso dizer-lhe o que é... Quando entramos, ou sabemos do que estamos a falar, ou, então...

A CP tem uma dívida gigantesca. A esta altura, não com esta dimensão, mas pode chegar aos 3 mil milhões, e deve ser daí, porque uma das minhas lutas foi tentar e conseguir o saneamento financeiro da dívida da CP e, até à minha saída, não consegui. Aliás, isso já tinha gerado uma vez uma picardia pública com um ex-ministro das finanças, quando o Presidente

da CP, o melhor do mundo — e nós, agora, também temos outro que é o melhor do mundo à frente da CP —, o Eng.º Nuno Freitas se demitiu.

Este era um ponto muito importante para mim, mas não consegui sair com a dívida saneada. Não sei qual é o ponto da situação, mas presumo que o processo esteja a avançar e que esteja a ser feito o trabalho entre as Finanças e o Ministério das Infraestruturas para o resolver.

Já agora, deixe-me dizer o que é que isso significa. Ouvi muitas vezes, «Ai, mais 3000 milhões...» — ou 2000 milhões, agora já não lembro — para injetar na CP, mas isso nunca esteve em causa. A CP tem uma dívida gigantesca, que é ao Estado, à DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças).

Não se trata de injetar dinheiro na CP, trata-se de o Estado assumir aquela dívida e limpar o balanço da CP. É uma operação contabilística, ela já está consolidada na dívida pública.

O Sr. Paulo Moniz (PSD): — Ah!

O Sr. Dr. Pedro Nuno Santos: — Não, não aconteceu sequer. Não é, «Ah!», porque aquilo que disse não aconteceu. Estou a dizer-lhe outra coisa, portanto não dá para dizer «Ah!».

Não houve nenhuma injeção de 3,8 mil milhões de euros na CP, nem nunca se tratou de injetar dinheiro na CP. A dívida histórica da CP está consolidada na dívida pública. É preciso libertar a CP dessa dívida para a CP ganhar autonomia que lhe permita financiar-se para poder comprar os comboios de alta velocidade, para a CP, no futuro, poder operar a nova linha entre Lisboa e Porto, porque é mercado liberalizado e esse material circulante não pode ser subsidiado pelo Estado nem financiado com fundos comunitários, como acontece com o material circulante que é usado noutra tipo de operação.

Naquela operação, na ligação Lisboa-Porto-Vigo, a CP tem de se endividar para comprar esses comboios. A CP, com a situação contabilística que tem, nunca o conseguirá fazer.

Para mim, essa era uma questão muito importante e urgente, porque, obviamente, o pior que pode acontecer é um dia nós termos uma nova linha Lisboa-Porto-Vigo e a CP não ter comboios para a operar, porque isso significará que quem vai operar, ainda para mais no mercado liberalizado, facilmente desce da Galiza para cá.

Por isso, era importante resolver este problema.

Já agora, por razões de justiça com a CP, e para, entretanto, também percebermos porque é que chegámos ao ponto em que a CP dá lucro e porque é que não dava antes — e isto é importante para irmos também percebendo aquilo que nós vemos como males do nosso País e da governação — o que acontecia era: a CP presta um serviço, em muitas linhas, que é deficitário, e será deficitário por definição. São operações que não são lucrativas e são a maioria, com exceção da linha do Norte, que é lucrativa, ou seja, as outras linhas são deficitárias, porque o Estado determina que a CP tem de fazer a operação e tem de a fazer a determinado preço, mas o Estado não tinha uma relação de justiça para com a empresa a quem atribui obrigações.

Ora, o que acontecia era que a CP foi-se apresentando desequilibrada do ponto de vista financeiro ao longo dos anos, porque aquilo que o Estado ia fazendo era permitir à CP endividar-se. Ou emprestava, ou permitia à CP financiar-se, e a CP lá ia sobrevivendo, mas a dívida ia crescendo.

Aquilo que nós conseguimos, ainda com o Ministro Mário Centeno, foi uma relação contratual com a CP. Foi um contrato de serviço público que, basicamente, identificou um valor da seguinte forma: esta operação custa x , a CP recebe por ela x menos y , o Estado, se quer que a CP a faça a um determinado preço, tem de pagar y mais uma taxa de lucro razoável, que, neste caso, o que ficou no contrato de serviço público foi 5 %.

Isto é aquilo que se faz quando se negocia uma concessão com um privado. Então, tínhamos a CP a prestar um serviço e, sistematicamente, a acumular dívida, não porque a CP estivesse a ser mal gerida pelos gestores anteriores, mas porque o Estado não tinha o contrato de serviço público que tinha de ter com a CP.

Por isso, eu percebo o exercício... Sou-lhe sincero, como começou, com o conceito e a definição de «ministro ambicioso», o que me pareceu, sinceramente, Sr. Deputado, usando as palavras do Sr. Deputado André Ventura, é que o Sr. Deputado parecia que estava a falar para o eleitorado.

E eu, Sr. Deputado, quero descansá-lo, não sou candidato a nada! Vou ser Deputado na Assembleia da República no dia 4 de julho. Não precisava de estar a fazer o relambório daquilo que parece um discurso político, porque, até chegarmos à IGF, não havia TAP.

E calhou ter escolhido, logo, o tema pior...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O pior?

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Sim, a ferrovia, é, logo, o pior.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Só se for para si!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não é para mim. Toda a gente que acompanha o setor da ferrovia o reconhece.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É, é!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Por isso, escolheu mal! Podia ter escolhido outros, mas escolheu logo o da ferrovia.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, não.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Portanto, esse discurso ensaiado, porque foi lido, acho que deve ser aprimorado. Isto na minha opinião, mas quem sou eu? Embora guarde a ideia do carisma.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Guarda aquilo que lhe convém!

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Agradeço.

Sobre a IGF, Sr. Deputado, acho que ficou claro, na audição que foi feita ao Inspetor, que a Inspeção-Geral de Finanças é um organismo sólido e respeitado e que o trabalho foi feito de forma independente face ao Ministério das Finanças.

É a minha leitura, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É só a sua.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não é só a minha, não. Não é só a minha, mas é a minha leitura.

A IGF atua com independência e, portanto, não vejo, de todo, esse problema de incompatibilidade e de falta de isenção que o Sr. Deputado aponta.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, há uma grande diferença entre a Caixa Geral de Depósitos e a TAP. Há várias, mas, neste caso em concreto, há uma: à TAP aplica-se, com a exceção das remunerações, o Estatuto de Gestor Público e à Caixa Geral de Depósitos não. É essa a diferença.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O que interessa é explicar...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não, é essa a diferença. Já vamos ao resto. Agora sou eu, não é?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos deixar o Dr. Pedro Nuno Santos responder.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Os Srs. Deputados é que são membros da CPI; eu só fui chamado cá hoje, mas, agora, é a minha vez de responder.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD) — Vamos lá ouvir.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Quando dei o exemplo da Caixa Geral de Depósitos, foi para mostrar que o Governo reconheceu o direito ao novo CEO da Caixa de constituir a sua equipa, mesmo que isso significasse uma despesa significativa.

Por isso é que lembrei que dois administradores foram exonerados, um com uma indemnização de 1 milhão de euros e outro com uma indemnização de 750 000 euros. Não para dar menos importância aos 500 000, mas para...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, Sr. Deputado, eu é que sei o que disse. A intenção é minha. O Sr. Deputado pode ter uma interpretação diferente, mas eu estou a falar por mim, não estou a falar pela sua interpretação.

Ia dizer qual era a intenção daquilo que eu disse: mostrar que faz sentido e que tem valor um CEO poder constituir a sua equipa. Poder

escolher a sua equipa tem valor em si, e é por isso que também foi reconhecido, na altura, o direito de o Dr. Paulo Macedo constituir a sua equipa, nem que isso significasse uma despesa.

Agora, o Sr. Deputado diz, «mas a Caixa Geral de Depósitos deu muito dinheiro!». Bom, em primeiro lugar, o setor da banca e o setor da aviação são diferentes, e os últimos anos da banca foram os que nós conhecemos. E continuam a ser, aliás.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E comparar...

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não, não. Eu comparei uma situação muito específica, de uma forma muito específica.

Os negócios são diferentes, e o negócio da banca tem gerado os lucros que tem gerado, não é só na Caixa Geral de Depósitos, mas em todos os bancos — e não estou com isto a diminuir a qualidade da gestão da Caixa. Acho que a Caixa é uma empresa bem gerida, ponto final, e tem um grande CEO. Que não haja cá dúvidas sobre esta minha opinião. Não tenho sequer a menor hesitação em fazer um elogio ao trabalho que foi feito.

Mas, na altura, ainda não havia nada disso. Na altura, em que essa substituição foi feita, foi quando se deu a entrada do atual CEO. Até podíamos dizer que a situação da Caixa Geral de Depósitos era semelhante desse ponto de vista... ou seja, semelhante na medida em que estamos a falar de uma empresa que foi alvo de uma capitalização também gigantesca por parte do Estado — aliás, superior à da TAP.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas já devolveu o empréstimo.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Está bem, mas o Sr. Deputado está a falar de agora, e eu estou a falar do momento em que há a entrada de um

novo CEO e a substituição de dois vogais do Conselho de Administração e, nesse momento, a Caixa não tinha devolvido nada; a Caixa ou já tinha recebido, ou ia receber.

Caixa ia fazer uma reestruturação, ia fechar dependências... Tinha um plano, que não se chamava de reestruturação, acho que tinha outro nome, mas havia uma intervenção que tinha de ser feita na empresa e uma capitalização também muito grande, e bem, do Estado português.

Aliás, permitam-me recordar que essa capitalização da Caixa Geral de Depósitos foi uma grande vitória do Estado português, porque havia uma parte do poder político em Portugal que garantia, a pés juntos, que era impossível a Comissão Europeia autorizar a capitalização da Caixa mantendo-a 100 % pública.

Foi uma grande vitória do Governo português e do Ministro das Finanças da altura, em particular, que é o atual Governador do Banco de Portugal, ter conseguido autorização da Comissão Europeia para capitalizar a Caixa Geral de Depósitos, mantendo-a totalmente pública. Foi uma grande vitória do Governo português da altura, apoiado pelo Partido Socialista, pelo PCP, pelo Bloco de Esquerda e por Os Verdes.

Portanto, quero dizer que, na realidade, havia semelhanças: eram duas empresas intervencionadas, duas empresas que foram alvo de capitalizações muito grandes, sendo que, de facto, a Caixa tinha sido excecionada, não há muito tempo, da totalidade do Estatuto de Gestor Público, e, na minha opinião, bem.

Não era possível, naquele quadro, nós termos... É muito importante percebermos isto, porque hoje não se falou dos salários da TAP, mas já se falou noutras alturas. Os salários dos administradores da TAP são altos, mas estamos a falar de um setor concorrencial que exige que consigamos recrutar, nesse setor, gestores especializados e que percebam do negócio. E isso

implica que, numa empresa que opere num mercado concorrencial, também se paguem as condições que são praticadas nesse setor.

Portanto, a grande diferença era, de facto, aplicar-se a uma o Estatuto de Gestor Público, com a exceção das remunerações, e a outra não.

Quanto ao futuro, vamos ver. Na altura, também ninguém sabia como é que ia ser a evolução da economia e da própria Caixa ao longo dos anos. Vamos ver o futuro da TAP. Aquilo que já sabemos de 2022 não é mau. Aquilo que vimos de 2022 não é mau, e o que acho que se perspectiva para 2023 também é positivo. E acho que o primeiro trimestre, apesar de ter dado prejuízo — como sabem, o negócio da TAP é de picos, e esse é o pior trimestre —, teve resultados muito melhores do que os do primeiro trimestre de 2022.

Resumindo, o objetivo foi mostrar a importância de ter uma Comissão Executiva na qual o CEO, o seu Presidente, se reveja na totalidade dos seus membros. Dei o exemplo da Caixa e dei o exemplo da TAP hoje.

O Sr. Ministro das Finanças, e ele já falou sobre isso na Comissão, não pediu a minha opinião antes de convidar a Eng.^a Alexandra Reis. A mim, é-me comunicado, por ele, que ele convidou a Alexandra Reis. Eu soube no dia em que foi público. Fiquei com pena pela NAV, mas fiquei a achar que o Sr. Ministro das Finanças tinha ganhado uma excelente Secretária de Estado do Tesouro.

Agora, não me foi perguntado antes e, se me tivesse sido perguntado antes, eu não iria contrariar o Sr. Ministro das Finanças, pela importância que tem a Secretaria de Estado do Tesouro e pela competência que reconhecia a Alexandra Reis.

Mas a questão não me foi colocada, portanto nem vale a pena entrar por aí.

Sobre quando é que eu soube, soube no dia em que foi tornado público. Não lhe posso dizer mais nada do que o que já disse sobre a primeira questão.

Não sei se soube ou não antes da maioria do Governo, soube... Já não tenho mais nada para acrescentar sobre esse tema.

Não vou fazer nenhum comentário sobre declarações do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não lhe estou a dizer para comentar.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Não? Então pediu o quê?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Posso repetir, se quiser.

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Eu ouvi, não é preciso repetir. Só estou a dizer que não vou comentar as declarações do Sr. Primeiro-Ministro.

Sobre a ingerência, neste momento, fazem-se balanços, não é? O balanço do Sr. Deputado Paulo Moniz foi numa lógica mais de política geral, como se percebeu; o seu foi ainda focado no relatório da CPI, e eu percebo, porque há uma tese que o Sr. Deputado Bernardo Blanco tem tentado consolidar desde o início, mas, se pensar, chegado ao fim destas dezenas de audições, não tem nada de materialmente relevante sobre mim, ou sobre a minha ingerência na TAP.

Com a exceção da frota, que foi explicada, as outras matérias que aqui apresentou não me implicam, a mim, e considero que não deviam ter acontecido. Mas, a esta altura do campeonato, quero dizer, da Comissão Parlamentar de Inquérito...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Pedro Nuno Santos**: — Certo, está bem.

Mas a esta altura da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a interferência na gestão da TAP como sendo uma questão óbvia e evidente, o Sr. Deputado tinha de ter, digo eu, se os factos interessarem ainda para alguma coisa, matéria com relevância para me mostrar que, de facto, houve uma interferência de gestão na TAP e, objetivamente, não tem, como acho que as dezenas de audições revelaram.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, se o percebi bem: eu não tomei nenhuma decisão sobre a privatização que condicione qualquer decisão que vá ser tomada, porque eu não tinha tomado nenhuma decisão sobre a privatização.

Por isso, o Governo está livre para tomar qualquer decisão sobre a privatização. Nem poderia ser de outra maneira: o processo iniciou-se com a avaliação e, depois, seguirá o seu caminho e eu aí, já não tenho muito para dizer, mas não há nada no passado que condicione qualquer decisão futura.

Até à minha saída, não tinha sido tomada nenhuma decisão sobre — e eu disse isto várias vezes — esta trilogia, nem o «quando», nem o «quanto», nem o «modo». Por isso, desse ponto de vista, não tenho muito a dizer, a não ser que defendia que a TAP viesse a integrar um grupo de aviação. Essa minha posição sobre isso já era conhecida, e mantenho-a.

Não tenho nenhuma memória de uma reunião em que eu estivesse com o CEO da KLM e a CEO da TAP, portanto não o consigo mesmo ajudar. Ouvi essa questão algumas vezes, mas não o consigo ajudar sobre isso. Não tive nenhuma reunião com o CEO da Air France e a CEO da TAP.

Acho que é tudo.

Sr. Presidente, se me permite, quero dizer que foi um gosto muito grande estar aqui convosco. Não sei se foram 10 horas, mas espero ter cumprido.

O Sr. **Presidente**: — Foi também um gosto, muito obrigado pela sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e muito boa noite a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados e Sr.^{as} e Srs. Jornalistas.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 53 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.